

ESPECIAL

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

177

**SUPLEMENTO A CORES
COM A HISTÓRIA DA REVISTA**

SETEMBRO 1974 - 1994

VINTE ANOS



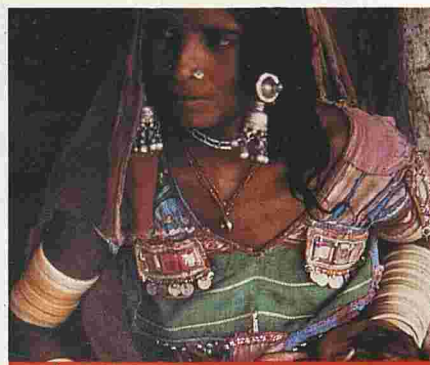
Moçambique-Independência (1975)



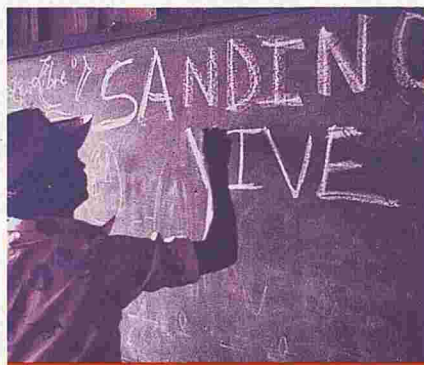
Reunião dos Não-Alinhados (1979)



Angola-Independência (1975)



Índia-Resistência cultural (1983)



Nicarágua-Revolução Sandinista (1979)



Campos de refugiados palestinos (1989)

DE JORNALISMO INDEPENDENTE



Administração Sul do Banco Mercantil, em São Paulo

IMPLANTAR. QUALIFICAR. EVOLUIR.

Acompanhando as tendências do mercado. Perseguindo qualidade e produtividade. É assim que o Mercantil tem conquistado seu crescimento. Fundado em 1970, o banco expandiu-se numa rede supra-regional, implantando agências nos principais centros financeiros do país. Uma prova de trabalho bem estruturado. Uma evolução direcionada pelo claro objetivo de situá-lo, solidamente, entre as mais importantes instituições financeiras do país.

*Ocupar espaços.
Consolidar parcerias.
perseguir qualidade e
produtividade.
Evoluir. Solidamente.
Conquistar novos mercados.
Valorizar, mais que tudo, o cliente.
Ser um banco contemporâneo.*

MERCANTIL

Banco Mercantil S.A.

O Banco que dá valor a você.

Administração - Sul:
Alameda Santos, 880, Jardim Paulista, CEP 01418, São Paulo, SP
Tel. (011) 289.4666 - Fax (011) 289.4007 - Telex (11) 33708

Administração - Sede:
Rua do Imperador D. Pedro II, 307, Santo Antônio, CEP 50.010, Recife, PE
Tel. (081) 224.3466 - Fax (081) 424.1069 - Telex (81) 2424/8801



Editora Terceiro Mundo Ltda.

Nossos leitores sabem que desde o começo de 1994 estamos comemorando os vinte anos de cadernos do terceiro mundo, que se cumprem em setembro deste ano. A proximidade do nosso vigésimo aniversário nos levou a criar uma nova seção, "Grandes Reportagens", onde estamos republicando os principais artigos desse período. Por isso, almejamos que os leitores mais conscientes conheçam melhor a trajetória de nossa publicação e os mais antigos avaliem, à luz das novas realidades, a cobertura que demos a fatos que marcaram estas duas décadas.

Mas a data não pode ser comemorada só olhando o passado. Pretendemos projetar nosso trabalho para o futuro, levando em consideração as mudanças produzidas nestas duas décadas e as novas expectativas de nossos leitores. Assim, queremos estabelecer um "diálogo" com nosso público para conhecer sua opinião sobre a revista, suas diferentes seções, o tratamento dos temas, a diagramação etc.

O questionário que publicamos a seguir é uma tentativa de estabelecer com nossos leitores uma relação mais direta. Desde já, agradecemos o tempo que dedicarem a respondê-lo.

As respostas devem ser dirigidas a:

Editora Terceiro Mundo Ltda.
 Rua da Glória, 122 - Gr. 105-106
 Glória - 20241-180
 Rio de Janeiro - Brasil

1. Que seções você considera mais interessantes?

- | | |
|---|------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> América Latina | <input type="checkbox"/> Minorias |
| <input type="checkbox"/> África | <input type="checkbox"/> Drogas |
| <input type="checkbox"/> Ásia | <input type="checkbox"/> População |
| <input type="checkbox"/> Oriente Médio | <input type="checkbox"/> Mulher |
| <input type="checkbox"/> Economia | <input type="checkbox"/> Outros |

2. Quais seções lhe parecem menos interessantes?

.....

3. Interessa que incluamos outras regiões?

- Sim Não

Quais?

4. Gostaria que tratássemos de outros temas?

- Sim Não

Quais?

5. Você considera bom o tamanho dos artigos?

- Sim Não

Explique por que:

6. O que você acha de nossas capas?

- Boas Ruins
 Regulares

7. Alguma em particular chamou a sua atenção?

- Sim Não

Lembra qual foi o número da revista?

8. Você considera adequado o nome da revista?

- Sim Não

Porquê?

9. O que você acha da apresentação visual dos temas?

- Boa Regular Ruim

10. Qual a sua opinião sobre o Suplemento?

- Bom Regular Ruim

11. Tem algum outro comentário ou sugestão sobre nosso trabalho?

.....

Nome

Ocupação Idade

Endereço

Cidade

Estado CEP

ASSINE DUAS REVISTAS QUE SOMAM NASUA INFORMAÇÃO



PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

DESCRIÇÃO DAS OPÇÕES	À VISTA	À PRAZO
Assinatura anual de "cadernos" ou "Ecologia"	A R\$44,00	B 2 X R\$ 23,00 p/ 30/60 dias
Assinatura anual de "cadernos" + "Ecologia"	C R\$ 88,00	D 3 X R\$ 30,00 p/ 30/60/90 dias

CUPON DE PEDIDO PARA EM AMIGU

cadernos Ecologia
 Nome: _____
 Endereço: _____
 Bairro: _____
 Cidade: _____ Estado: _____
 CEP: _____ Tel.: _____
 Profissão: _____

Editora Terceiro Mundo Ltda. - Deptº de Assinaturas
 Rua da Glória, 122 - 1º andar - Glória - CEP 20241-180 - Rio de Janeiro, RJ
 PEÇA TAMBÉM PELOS TELS (021) 221-7511
 OU PELO FAX (021) 252-8455

MEU PEDIDO DE:

Assinatura "cadernos" Assinatura "Ecologia"

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

Profissão: _____

Minha opção de pagamento é (A) (B) (C) (D)

A opção do meu amigo é (A) (B) (C) (D)

Estou efetuando meu pagamento por:

Cheque(s) nominal(ais) à Editora Terceiro Mundo Ltda.

Reembolso Postal

Por Telefone (fornecer o nº do cartão de crédito)

Vale Postal Ag. Lapa

De acordo com a opção feita, autorizo o débito no cartão de crédito: _____, que tem validade até ____/____/____
(nome do cartão)

Nome do titular do Cartão

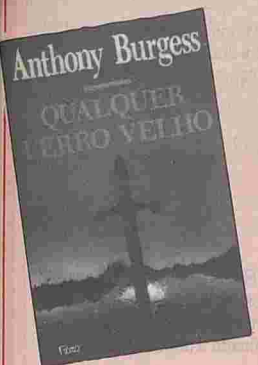
Nº do Cartão

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

DATA ____/____/____

Comprador

POSTAL NORTE SUL



CONDOMÍNIO DO DIABO

Alba Zaluar
O livro reúne ensaios publicados sobre dois aspectos destacados pela antropóloga em suas pesquisas: o efeito devastador do crime organizado sobre os jovens da periferia urbana e a incapacidade do Estado de atingir processos de conversão destes jovens à carreira criminosa. O livro tenta desmontar a máquina destes "circuitos infernais", para ir em busca de uma sociedade de paz, justiça e liberdade.
278 pp. cód. E-351
R\$ 24,50

ALMANAQUE BRASIL 1993/94

Editora Terceiro Mundo/Ivan Alves
Publicação voltada para a discussão de um projeto nacional.

Formação da nacionalidade brasileira, conjuntura atual, povo e instituições, atividades produtivas, roteiro da cidadania e suporte estatístico com 60 quadro e tabelas atualizadas. Complementa o *Guia do Terceiro Mundo*, cuja nova edição está sendo preparada. 327pp E 318
R\$ 19,00

CUBA EXPORTA SAÚDE, NÃO ARMAS

Jurema Finamour
O tema é o sistema de saúde cubano e os avanços da medicina na ilha, tratando também da solidariedade e do tratamento que o regime de Fidel Castro tem dado

às vítimas soviéticas da catástrofe de Chernobyl.
74 pp
E-316
R\$ 4,00

QUALQUER FERRO VELHO

Anthony Burgess
Um grupo heterogêneo de personagens leva o leitor a viajar através da história do século. Num mundo em mutação, eles deslocam-se no espaço e no tempo ao sabor dos conflitos na Europa e no Oriente Médio, e assistem à criação do Estado de Israel e de Gales independente, libertada do jugo saxão.

368 pp
cód. 350
R\$ 23,80

1994 - IDÉIAS PARA UMA ALTERNATIVA DE ESQUERDA

Vários autores
Os autores (intelectuais, militantes ou simpatizantes do PT) desenvolvem propostas para um governo popular e democrático no Brasil.
195 pp R\$ 10,00

OS DONOS DO CONGRESSO

A farsa na CPI do Orçamento
Gustavo Krieger, Fernando Rodrigues e Elvis Cesar Bonassa
Uma análise aprofundada e ágil sobre um dos maiores escândalos políticos brasileiros dos últimos tempos. A informação a serviço da consciência nacional. Prefácio de Boris Casoy. 237 pp E 335
R\$ 8,40

"FICAR COM"

Jacqueline Chaves
Um fenômeno recente que ocorre sobretudo na adolescência é analisado neste volume, originalmente uma tese de mestrado. Seria uma nova forma de relacionamento criada pelos jovens, ou a falta de compromisso do "ficar com" reflete apenas uma sociedade consumista e anti-social?
154 pp
E 336
R\$ 14,43

PARTICIPAÇÃO POPULAR, EDUCAÇÃO E SAÚDE

Organizado por Victor Valla e Eduardo Stotz
Os artigos do livro foram produzidos por membros do Grupo de Trabalho Participação Popular do Programa de Apoio à Reforma Sanitária da Fundação Oswaldo Cruz. Os temas vão desde as práticas alternativas nestas áreas até as lutas ambientais.
160 pp
E 343
R\$ 8,00

CUBA CHEGA LÁ!

Jurema Finamour
O livro fala sobre as descobertas, invenções, realizações científicas, tratamentos e curas de várias enfermidades. Em meio a mais de 30 anos de bloqueio econômico que asfixiou a economia cubana, o país sobrevive graças aos esforços do povo e do governo e à solidariedade internacional.
406 pp
E 349
R\$ 10,00

A CONSTITUIÇÃO NA HISTÓRIA - ORIGEM E REFORMA

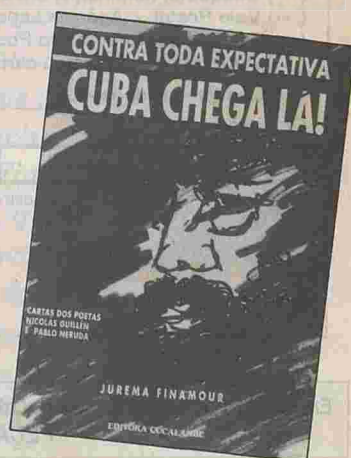
Marcelo Cerqueira
O autor examina as constituições de diversos países, desde a época da Revolução Francesa até nossos dias. Com uma visão erudita e corajosa da história, mostra os choques políticos que se escondem debaixo da redação das leis, desnudando o real funcionamento do poder.
439 pp
E 347 R\$ 36,30

RETRATOS E FATOS DA HISTÓRIA RECENTE

Carlos Castello Branco
O famoso jornalista traça os perfis de várias pessoas que ajudaram a construir a História recente brasileira, desde os presidentes João Goulart (Jango) e Jânio Quadros até Itamar Franco.
205 pp
E 338
R\$ 14,70

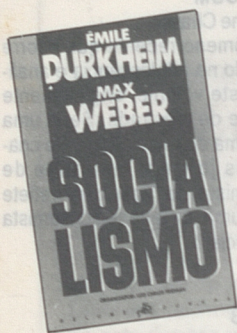
A INSÂNIA - DA RADIOATIVIDADE À AIDS

Jurema Finamour
A autora examina a possibilidade de a Aids ter sido fabricada no laboratório e informa sobre os sistemas de prevenir e tratar a doença de vários países, entre eles Cuba e Suíça. Trata também dos desastres nucleares e do perigo que representam as usinas.
62 pp
E-315
R\$ 4,00



ATENÇÃO: Se, por motivo de insuficiência de estoque, faltar algum livro de seu pedido, a entrega será feita parcialmente e completada posteriormente.

POSTAL NORTE SUL

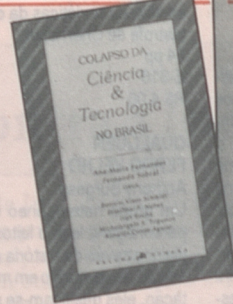


SOCIALISMO
Émile Durkheim e Max Weber
Organizado por Luis Carlos Fridman

Dois grandes autores clássicos da sociologia discorrem sobre o futuro e a possibilidade da justiça social plena. São ensaios e conferências inéditas em português, com análises às vezes até proféticas
128 pp E 344 R\$ 11,50

CUBA SIM, BLOQUEIO NÃO
Jurema Finamour

Na série "Panfleto", a autora trata do bloqueio norte-americano imposto à ilha do Caribe, das relações comerciais internacionais que na prática furam este bloqueio e das perspectivas do regime cubano, que tem recebido solidariedade de muitos países.
66 pp E 314 R\$ 4,00

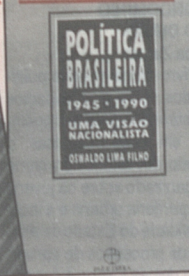


COLAPSO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL

Organizado por Ana Maria Fernandes e Fernanda Sobral
Um convite à reflexão sobre os impasses e limites deste setor da vida nacional, através de textos de Benício Viero Schmidt, Brasilmar Nunes, Ivan Rocha, Michelangelo Trigueiro e Ronaldo Conde Aguiar
152 pp
E 341 R\$ 10,00

VISÕES DO GOLPE DE 1964

Maria Celina D'Araújo, Gláucio A. D. Soares e Celso Castro
O livro reúne depoimentos de militares que vieram a ocupar posições de relevo no sistema de informações criado a partir de 1964. A obra nos faz rever páginas da história recente do país, desde a renúncia de Jânio Quadros em 1961 até a posse de Costa e Silva, em 67
256 pp
E 346 R\$ 15,00



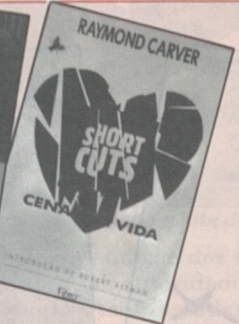
POLÍTICA BRASILEIRA DE 1945 A 1990 - UMA VISÃO NACIONALISTA

Osvaldo Lima Filho
Uma visão aprofundada dos principais temas que estiveram em discussão nas últimas décadas no Brasil, sempre com a perspectiva de identificar, analisar e defender o real interesse nacional
324 pp
E-340 R\$ 18,70



SHORT CUTS - CENAS DA VIDA

Raymond Carver
Com prefácio do cineasta Robert Altman, responsável pela versão cinematográfica do livro, esta obra reúne pequenos contos sobre gente comum. Sua grande qualidade é dar emoção e significado a fatos aparentemente destituídos de grandeza
179 pp
E 348 R\$ 12,14



Nome
Endereço
Bairro Cidade
Estado CEP Tel.
Profissão

Assinale a forma de pagamento do(s) seu(s) pedido(s).
 Cheque(s) nominal(is) em anexo à Editora Terceiro Mundo Ltda.
 Vale Postal - Agência Lapa Assinante Não-assinante
 Pagarei por Reembolso Postal
 Autorizo débito no meu cartão

Que tem validade até ____ / ____ No valor de CR\$

Cartão Nº

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

Data: / /
Assinatura do comprador

CÓD.	QUANT.

Cadernos nº 176

ESPECIAL CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

SETEMBRO
1974 - 1994

VINTE ANOS DE HISTÓRIA

AS REFLEXÕES DOS FUNDADORES

NEIVA MOREIRA

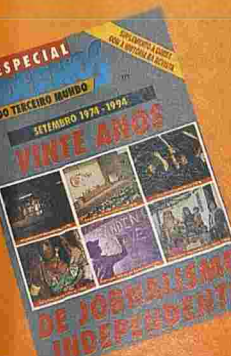
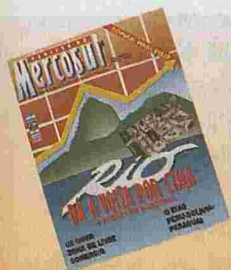
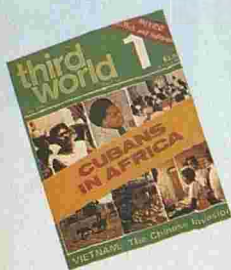
Um instrumento de informação independente

PABLO PIA CENTINI

Um desígnio de justiça

BEATRIZ BISSIO

Uma bela aventura





Peru
As minorias irrompem na cena política



Moçambique
Neiva Moreira entrevista o comandante Mingas, que liderou a última batalha contra o colonialismo



Cuba
VI Conferência dos Não-Alinhados (1979): um marco na história do Movimento



Somália
A mobilização em favor do socialismo acabou em frustração e desembocou numa guerra civil



Nicarágua
Depois da revolução, a guerra promovida pelos Estados Unidos



Angola
9 anos de independência não deram lugar à paz. A guerra promovida pela Unita contou com apoio sul-africano e norte-americano



China
O pragmatismo dos atuais dirigentes socialistas a colocou como a potência emergente do século XXI



África do Sul
O fim do apartheid permitiu a instalação de um governo multirracial liderado por Nelson Mandela



Nossos primeiros VINTE

Neiva Moreira

Nossa revista comemora o seu vigésimo aniversário e isso parece um sonho. É uma longa história de tenacidade, amor a um projeto que muitos consideravam inviável e decisão de enfrentar problemas, inclusive riscos.

Desde Buenos Aires, onde a revista nasceu, passando pelo Uruguai, Peru, Portugal, México e agora o Rio de Janeiro, não tem sido fácil manter essa pequena e modesta janela aberta a uma informação séria, verdadeira e independente. Um número considerável de profissionais de múltiplas nacionalidades vem dando, com entusiasmo, solidariedade e competência, uma colaboração fundamental à permanência e expansão de **cadernos**. Eles e o apoio sem pausa dos nossos leitores têm sido o fator decisivo nessa dura batalha pela informação independente e democrática.

Cadernos foi uma imposição da realidade. Nasceu impulsionada pela urgente necessidade de que a luta política pela independência de muitos países, os movimentos armados de libertação nacional e os anseios de uma grande parcela da humanidade oprimida tivessem, na América Latina e, depois em Portugal e na África de idioma português, um veículo de informação desvinculado de outros interesses que não fossem os dos povos subjugados.

Desde então, muitos dos objetivos pelos quais lutamos foram atingidos e outros ainda são desafios para os anos vindouros. Mudanças fundamentais ocorreram no mundo, a partir da desagregação do

ANOS

campo socialista, mas nada invalidou a autenticidade e a oportunidade da nossa iniciativa editorial pioneira. A própria denominação de "Terceiro Mundo" tem sido questionada, mas ela continua expressando uma realidade geopolítica, econômica e social inquestionável.

Nossa revista tem superado todos esses problemas e se mantido fiel aos princípios que determinaram sua fundação. Temos a convicção plena de que, com ou sem o Muro de Berlim, com essa ou aquela denominação, há um gigantesco setor do mundo que continua oprimido, explorado, faminto e, mais do que nunca, dominado por interesses internacionais e manipulado pelo domínio capitalista dos meios de comunicação.

Cadernos do terceiro mundo continua firmemente engajado na luta contra essa dominação injusta e cruel, uma modalidade mascarada do colonialismo. Hoje - como ontem e seguramente amanhã - nos empenhamos em expressar, mesmo modestamente, os anseios dessa imensa parcela da humanidade que ainda não encontrou os seus caminhos de libertação.

Os problemas do cotidiano não são pequenos nem insignificantes. Mas o fato de que sobrevivemos a vinte anos de sacrifícios, discriminações, ameaças e perigos nos estimula a continuar, sem renunciar aos ideais que nos permitiram superar tantos obstáculos e avançar.

Rio de Janeiro, Ano XX, setembro de 1994.

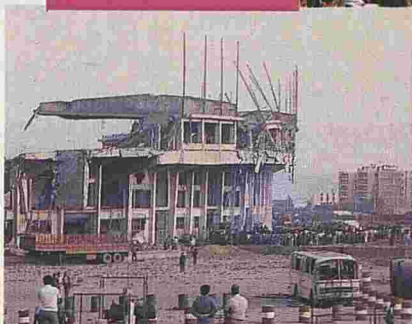
Neiva Moreira

Com o fim da Guerra Fria, o fantasma de uma terceira guerra mundial foi superado; fica pendente o controle dos arsenais desativados com o desmembramento da URSS



Argélia
Nas comemorações dos 25 anos de independência não se previa a iminente explosão política e social, liderada pelos fundamentalistas da FIS

Argentina
A redemocratização trouxe de volta a esperança, mas os planos de ajuste estão lançando milhares de argentinos no desemprego



Líbano
A invasão israelense de 1982 começou com um bombardeiro aéreo que destruiu, entre outros edifícios, o Estádio Camille Chamoun. Israel ainda controla parte do sul do país

El Salvador
O fim da guerra é hoje uma realidade mas as eleições livres deram lugar à institucionalização de um governo conservador



Tanzânia
O sonho de Nyerere superar o subdesenvolvimento construindo uma sociedade baseada nas Aldeias Comunitais "ujamaa" não pôde ser concretizado

Iraque
A guerra com o Irã e a Guerra do Golfo comprometeram o futuro de uma potência emergente do Oriente Médio



México
Os indígenas do sul do país se fizeram ouvir através do levante zapatista; mas a rebelião não impediu mais uma vitória do PRI nas recentes eleições presidenciais



Em busca de justiça



O out-door com a frase "Jamais ficar de joelhos" define o espírito da revolução sandinista

Pablo Piacentini

Ao longo dos últimos 20 anos o mundo foi testemunha de fatos transcendentais que mudaram a geografia política e o curso da história. No entanto, nenhuma das grandes decisões que se tomaram neste período esteve dirigida a corrigir as grandes desigualdades econômicas entre o Norte e o Sul do planeta

Nos últimos vinte anos, a desigual distribuição da riqueza entre o Primeiro e o Terceiro Mundo tem se agravado constantemente, enquanto se acentuam a concentração do poder de decisão nos países mais industrializados e a marginalização das nações subdesenvolvidas.

Um estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) mostra que nas últimas três décadas o fosso que separa ricos e pobres dobrou de tamanho. Hoje, a renda dos 20% mais ricos da população mundial é 150 vezes mais elevada que a dos 20% mais pobres.

O mais grave é que este processo prosseguirá no futuro, já que, por um lado, não existe a vontade de se adotarem medidas para corrigir esse rumo e, por outro, as políticas postas em prática recentemente em favor da liberação do comércio mundial estão destinadas a acumular mais vantagens para o Norte.

Um diálogo esquecido - O fato que mais se destaca nesta realidade é a negativa das nações ricas em participar de um projeto já praticamente esquecido, a chamada Conferência Norte-Sul. Trata-se de uma iniciativa dos anos 70 que, sob o lema de uma Nova Ordem Econômica Internacional, refletia as aspirações dos países subdesenvolvidos: transferência de recursos e tecnologia para respaldar o desenvolvimento dos países do Sul, junto com medidas favoráveis para valorizar seus produtos e recursos naturais.



Nos anos 70, o aumento dos preços do petróleo havia inclinado alguns setores do Norte a discutir alguns daqueles temas. Mas prevaleceu entre os países industrializados a rejeição a esta iniciativa e a Conferência foi, de fato, arquivada.

Nestas últimas duas décadas não se registrou nenhum outro projeto que se propusesse a reduzir as sempre maiores disparidades entre Norte e Sul ou assumisse de algum outro modo os interesses globais do Terceiro Mundo.

Muito diferente foi a sorte de outra grande iniciativa deste período: a Rodada Uruguai para a liberalização do comércio mundial. O êxito desta iniciativa interessava muito às nações industrializadas, as quais durante sete anos não mediram esforços e venceram todas as resistências e dificuldades até conseguir em abril deste ano a aprovação de um acordo que, em termos gerais, atende aos seus interesses.

Sem dúvida, os resultados desta negociação multilateral, realizada no contexto do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt), incluem aspectos positivos. Por exemplo, estima-se que a ampliação do intercâmbio e as novas atividades econômicas geradas em consequência acrescentarão 755 bilhões de dólares anuais ao produto mundial.

Mas a divisão "desse bolo" será muito desigual e o grosso dos dividendos se encaminhará para a Europa Ocidental, Estados Unidos e o Japão. No caso dos países mais pobres, especialmente da África, as estimativas indicam que os prejuízos serão maiores que os benefícios, sem que tenham sido estabelecidos mecanismos de compensação.

E como o conceito que os países do Norte têm do livre comércio é seletivo - quer dizer, aplicável só nos aspectos que lhes convém - conseguirão manter o protecionismo nos setores em que os países do Terceiro Mundo podem concorrer com eles, especialmente nas áreas de produção de alimentos e de têxteis. Por imposição dos países do Norte, estas duas áreas não estavam contempladas nos acordos do Gatt e, embora ao longo da Rodada Uruguai tenham feito algumas concessões, continuam recorrendo a barreiras protecionistas.

A Rodada Uruguai provavelmente pode ser considerada como o último grande passo para o mercado mundial único e como o empurrão final em um processo irreversível. No futuro próximo, a tendência é generalizar-se os acordos para a livre circulação das mercadorias e dos capitais.

Universalização do capitalismo - Paralelamente, têm se propagado nestes últimos anos os processos de privatização de empresas públicas, de redução do âmbito estatal e de chamada desregulação do mercado. E depois do fracasso do comunismo e da dissolução da União Soviética, o capitalismo já não tem antagonistas e tem se estendido à totalidade do planeta, incluindo a China, que

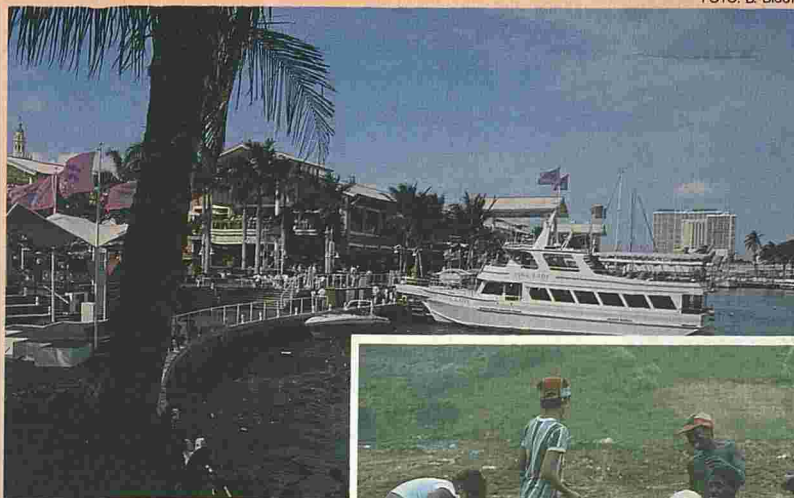


FOTO: B. BISSIO



FOTO: C

"O capitalismo torna mais ricos os que eram ricos e mais pobres os que já são pobres"

tem liberalizado sua economia apesar de conservar a organização política própria de um regime comunista.

Este é o panorama que nos apresenta o futuro: a universalização do sistema capitalista e a ampliação do livre comércio. Com relação à atual etapa do capitalismo, cuja principal característica é seu caráter desenfreado, é provável - além de desejável - que, com o passar dos anos, se incorporem elementos de economia mista e de assistencialismo, de maneira que a intervenção pública e social sirva de paliativo a seus excessos.

Mas isto valerá particularmente para as esferas nacionais, pois será difícil - como indica a experiência - que o mesmo conceito de moderar os efeitos do capitalismo liberal se aplique às relações econômicas internacionais e mais ainda à dimensão Norte-Sul.

"O mercado único mundial faz com que os países em desenvolvimento percam oportunidades econômicas no valor de 500 bilhões de dólares ao ano, ou seja, 10 vezes mais do que recebem através da assistência externa", revelou outro estudo do Pnud.

Como se sabe, um capitalismo sem regras enriquece os que já são ricos e empobrece ainda mais os já pobres. Como está acontecendo, com maior intensidade no âmbito Norte-Sul que nas esferas nacionais; e tudo leva a crer que este processo prosseguirá, agravando-se, até o momento em que se decida intervir para corrigi-lo.

Esta tem sido e continuará sendo a razão de ser de **cadernos do terceiro mundo**: somar sua voz - uma entre muitas - para denunciar uma ordem mundial cruel e defender a introdução de critérios de justiça nas relações Norte-Sul.

O fato de que a equidade nas relações internacionais esteja hoje mais distante do que há vinte anos só pode nos estimular a continuar por este caminho e tentar tornar mais eficiente nosso trabalho de denúncia.



História de uma

Duas décadas de trabalho nos deixam marcas e experiências e a convicção de que, neste fim de século de grandes transformações - que nem sempre representam avanços verdadeiros-, o jornalismo comprometido com as lutas populares é mais necessário que nunca

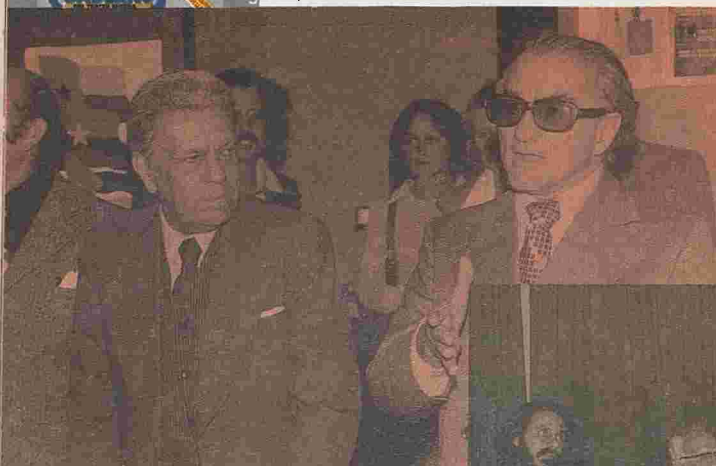
Beatriz Bissio

O lançamento de **tercer mundo** - assim inicialmente se chamou a revista, **cuadernos** veio depois - foi uma reunião cálida e riopratense, com vinho e pastéis em uma noite fria de setembro, em Buenos Aires. Um verdadeiro acontecimento político: havia jornalistas, dirigentes partidários, líderes sindicais, exilados. Era a concretização de um projeto idealizado por Neiva Moreira desde que visitara a África por ocasião da V Conferência dos Não-Alinhados, realizada em 1973 em Argel, constatando a falta de interesse da grande imprensa na temática dos povos do Terceiro Mundo.

Por mais esperanças que tivéssemos de estar lançando uma semente fecunda no terreno do jornalismo, nenhum de nós suspeitava que aquela modesta revista, por mais bem intencionada que fosse, chegaria a fazer vinte anos. Vinte anos! Naquela etapa, de repressão latente ou explícita em cada esquina do continente, não se faziam planos de longo prazo. Com a recente morte de Perón, a Argentina começava naquele momento a percorrer o doloroso caminho para a ditadura, precedida por aquela híbrida etapa de Isabelita, em que as forças repressivas testaram seu poder de fogo. Vivíamos intensamente o presente, buscando construir um futuro melhor, ainda difuso em seus contornos, mas que não podia deixar de ser solidário e justo.

O rápido crescimento da tiragem mostrou que existia um círculo de leitores aberto à proposta editorial pioneira de dar prioridade aos países do Terceiro Mundo através de sua própria voz, em oposição à maior parte da informação disponível, que era pouca e filtrada pela ótica das nações industrializadas.

Lançamento da revista no México (abaixo): Genaro Camero Checa, presidente da FELAP (esquerda) e Neiva Moreira, fazendo uso da palavra



Lançamento da revista no Brasil. Da esquerda para a direita: Nilton Caparelli, Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI, Neiva Moreira e Altair Campos



FOTO: BEATRIZ BISSIO



REVISTA DE POLÍTICA E ECONOMIA

bela aventura

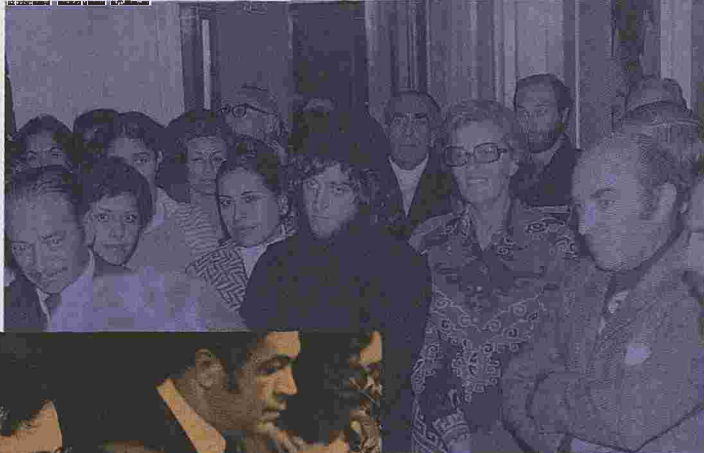
Projeto truncado pela repressão - Foi justamente esse potencial da revista que incomodou os que se preparavam para tomar de assalto o poder. Em pouco tempo, da equipe de quatro fundadores de **tercer mundo**, três tiveram que abandonar a Argentina. Pablo Piacentini, que além de ser um dos editores da revista era assessor do ex-presidente Héctor Cámpora e membro da equipe editorial do jornal *Noticias*, vinculado ao movimento Montonero, foi incluído em uma das primeiras listas de condenados à morte pela Tríplice A (Aliança Anticomunista Argentina), a organização terrorista comandada nos bastidores pelo ministro do Bem-Estar Social, López Rega, e responsável por muitos dos assassinatos e desaparecimentos que caracterizaram o período ditatorial argentino.

A sorte de Pablo foi estar no Peru quando se divulgou a lista, e o que devia ser uma breve viagem a trabalho como jornalista acabou transformando-se em um exílio de longos anos.

Pouco depois, com apenas dois números de **cadernos** editados em Buenos Aires, Neiva Moreira e eu fomos "convidados" a deixar a Argentina em um prazo de 24 horas por um grupo armado que invadiu durante a madrugada o hotel onde residíamos. No dia seguinte, 3 de outubro de 1974, com ajuda da embaixada do Peru - que improvisou para Neiva um salvo-conduto sem valor legal para compensar sua falta de documentos de viagem (os exilados brasileiros não tinham direito a passaporte) e "agradeceu" generosamente a "compreensão" demonstrada pelos funcionários da imigração - tomávamos um avião para Lima, onde reencontraríamos Pablo. Lima, naquele dia, tinha sido devastada por um dos piores terremotos dos últimos tempos, e chegamos quando ainda se sentiam os chamados "tremores secundários".

Ficava para trás Julia Constenla que, como diretora e proprietária da editora La Línea, havia se incorporado ao projeto permitindo sua implementação prática. Durante alguns meses logramos preparar a revista em Lima e enviar os originais a Buenos Aires, onde continuava sendo editada. Mas à medida que o regime ia se fechando, o cerco a publicações como **tercer mundo** se endurecia e, depois de sofrer sucessivos atentados, a editora La Línea foi obrigada a suspender suas atividades. Com ela se encerrava, também, o primeiro ciclo da revista, que estava em seu nono número.

FOTOS: BEATRIZ BISSO



Pablo Piacentini (centro) no lançamento da revista em Lisboa

Lançamento no México. À direita, o jornalista Luis Suárez e o engenheiro Enrique Cortés Reyna, que, por exigências legais, figurou como diretor da revista. Atrás, ao centro, o almirante peruano Jorge Dellepiane

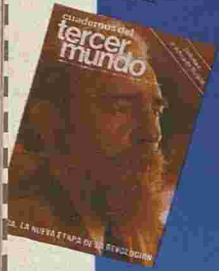




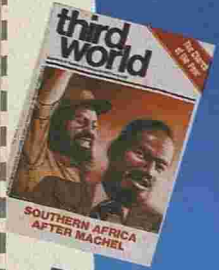
MOMENTOS DECISIVOS DA REVISTA



Uma vista geral do lançamento da revista no Brasil, na ABI, no Rio de Janeiro



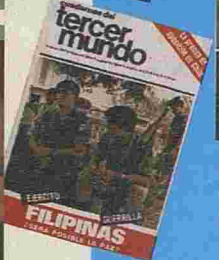
No lançamento da revista no México, dois colaboradores já falecidos: o jornalista uruguaio Daniel Waksman e o dirigente socialista boliviano Marcelo Quiroga Santa Cruz, assassinado durante a ditadura de García Meza



Debate promovido na sede de cadernos no Rio de Janeiro, sobre a situação em El Salvador. Ao centro, faz uso da palavra o dirigente da FDR de El Salvador, Guillermo Lingo, já falecido



O coronel Artur Batista (2ª à esquerda), general Carlos Fabián, e Carlos Castilho, em ato promovido pela revista em Lisboa



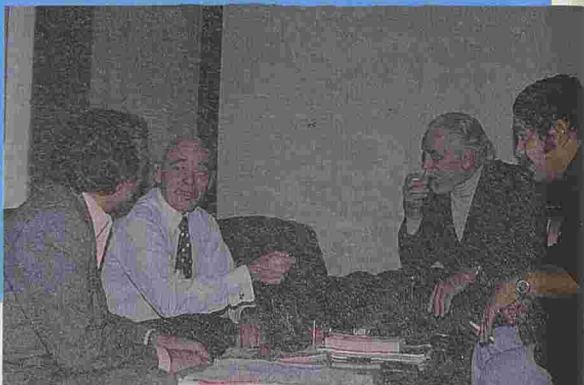
Roberto Bissio, editor responsável do Guia do Terceiro Mundo desde o seu início no México. Atualmente, é diretor do Instituto do Terceiro Mundo, em Montevidéu



Visita do dirigente do MPLA, Lopo do Nascimento, à redação de cadernos no Rio de Janeiro, em 1983. Da esquerda para a direita: Maria da Glória Rodríguez, Lopo do Nascimento, Neiva Moreira, Cláudia Guimarães e Cristina Canoura



Almirante Rosa Coutinho (de camisa), do Movimento 25 de Abril, de Portugal, conversa com Neiva Moreira, Josué Guimarães e Altair Campos





A abertura para a África - No período em que a revista era feita em Lima, novas e importantes perspectivas se abriram para o projeto. Neiva e eu havíamos estado na África, convidados inicialmente pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) e depois pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Foi assim que tivemos o privilégio de acompanhar o nascimento de dois países: em 24 de junho de 1975, a Frelimo conquistou a independência, após duas décadas de guerra contra o colonialismo português, e em 11 de novembro do mesmo ano, com o país invadido por Zaire e África do Sul, o MPLA proclamava em Luanda a independência dessa rica colônia.

Dirigentes de ambos os partidos nos haviam mostrado a importância que tinha para eles poder contar com uma revista como **tercer mundo**, feita por jornalistas independentes com cuja visão do momento histórico se sentiam identificados. Estavam dispostos, portanto, a nos ajudar a lançar uma edição em português, já que poucos de seus quadros liam espanhol. Um número piloto em português - dedicado à independência de Angola - foi publicado em Lisboa, tendo o jornalista brasileiro Josué Guimarães como editor.

O fim de uma etapa - Ao regressar à América Latina depois de seis meses na África, compreendemos que aquele precário esquema da edição (metade feita em Lima-metade em Buenos Aires) havia chegado ao fim.

Para piorar, não só na Argentina havia se deteriorado a situação: no Peru debilitado pela doença que o mataria alguns meses mais tarde, o general Velasco Alvarado havia sido deposto pelo general Morales Bermúdez. Apesar de abegar compromissos com a revolução liderada por Velasco, Morales em pouco tempo demonstrou ter outros objetivos e nossa presença em Lima passou a incomodar.

A partir da relação que Neiva Moreira havia estabelecido com Velasco, quando escreveu em 1973 o livro "Modelo peruano", nossa equipe - a qual se haviam juntado Gregorio Selser e Horacio Verbitsky, e mais tarde, Roberto Bissio e Cristina Canoura - tinha uma atuação destacada na grande imprensa limenha (que Velasco tinha expropriado e entregado aos setores organizados do movimento popular peruano). Esse currículo, associado ao fato de sermos exilados, era suficiente para que fôssemos novamente convidados a deixar o país.

Cercados de ditaduras, a única opção que

(IPS), da qual havia sido cofundador, e partiria para Roma, onde mora até hoje. Julia Constenla já estava na Itália desde que havia sido obrigada a abandonar a Argentina. Nossa equipe inicial passava a estar geograficamente dividida.

O renascimento no México - Não foi fácil chegar ao México. A grande afluência de exilados tinha feito com que as autoridades migratórias atuassem com mais rigor. Depois de passar alguns meses tentando em Lima obter um visto para Neiva, em um documento de viagem (substituto do passaporte, para



O líder do Movimento Popular para a libertação de Angola, Agostinho Neto, é empossado como primeiro presidente do país em 11 de novembro de 1975 por Lúcio Lara, secretário geral do MPLA

parecia viável para não abandonarmos a América Latina era tentar chegar ao México. Não tínhamos muito contato com as forças progressistas mexicanas, mas sabíamos que o governo punha em prática uma política de grande solidariedade para com os exilados.

Buscávamos ficar na América Latina por muitas razões, mas uma das que mais pesava era poder continuar o projeto da revista, que continuava sendo um dos sonhos que nos dava ânimo para enfrentar as eventuais adversidades.

No entanto, a saída do Peru tinha um preço: devido às dificuldades econômicas que todos nós enfrentávamos, Pablo não podia desprezar uma oferta importante do diretor da agência de notícias Interpress Service

exilados) peruano que estava próximo de vencer e não ia ser renovado, chegamos à conclusão de que só do México poderíamos conseguir alguma coisa. Genaro Carnero Checa, um grande amigo peruano que estava no México na Federação Latino-Americana de Jornalistas (Felap), mantinha contato conosco por telefone quase semanalmente. Resolvemos que o melhor era que eu viajasse para o México. Estávamos em setembro de 1976.

Além de Genaro, minhas referências no México eram Francisco Julião, o legendário líder das Ligas Camponesas, a quem eu não conhecia pessoalmente; Maluza Stein, uma exilada brasileira com quem havia feito amizade em Montevídeo,

FOTO: BEATRIZ BISSIO



e Julieta Cohen, naquele momento reitora da Universidade do Terceiro Mundo, fundada por Luis Echeverría, que passou mais tarde a funcionar como Instituto do Terceiro Mundo, voltado para os estudos acadêmicos.

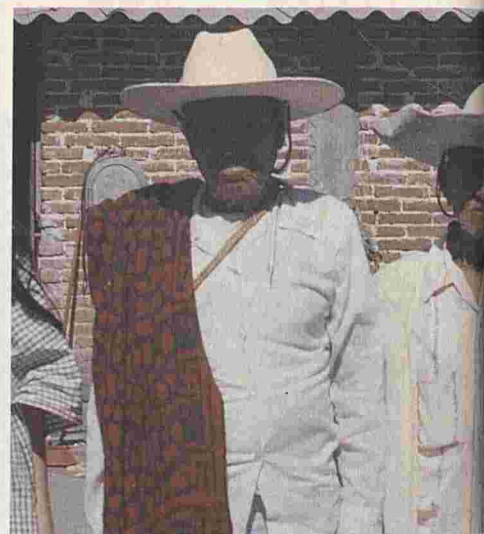
Havia conhecido Julieta na Tanzânia, no ano anterior, quando estivemos fazendo reportagens em vários países africanos e ela integrava a comitiva do presidente Luis Echeverría, em viagens por várias regiões do Terceiro Mundo. Julieta me acolheu com grande carinho em sua casa, quando soube que eu estava sozinha no México, em um hotel. E foi ela quem nos apresentou a Enrique Cortés, um engenheiro amigo dela, sonhador e idealista, que passou a ser um dos mais fervorosos militantes da causa de relançar a revista no México e emprestou seu nome para organizar todos os aspectos legais (entre outras exigências, o diretor tinha que ser um mexicano).

Todos esses amigos, e outros que fui conhecendo, na medida de suas possibilidades, contribuíram para que pouco mais de um mês depois, finalmente, o visto de Neiva fosse concedido. Ganha a primeira batalha, restavam ainda pela frente outros desafios a vencer para tornar realidade o projeto de relançar a revista no México. De concreto, só existia um sonho em nossas cabeças. Não tínhamos dinheiro (acho que, ao todo, nós dois tínhamos 400

dólares), não tínhamos onde morar, nem muito menos um visto que nos assegurasse uma longa permanência. Foi outro amigo, Rafael Roncagliolo, um especialista peruano em comunicação, que acabou nos abrindo uma perspectiva promissora.

A amizade com Rafael havia surgido em Lima, onde dirigia com Paco Moncloa o jornal *Expresso*, que Velasco havia entregue aos trabalhadores da educação. Da equipe de redação também participava Paulo Cannabrava Filho, outro exilado brasileiro que esteve muito ligado ao projeto de *cuadernos* desde o seu começo. Rafael conhecia a revista e compartilhava a esperança de vê-la circulando novamente. Exilado no México por seus vínculos com Velasco, estava trabalhando no Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais (Ilet), cujo diretor era Juan Somavía, atual embaixador do Chile nas Nações Unidas.

Rafael nos levou ao Ilet - que funcionava numa grande casa próxima ao Instituto do Terceiro Mundo - onde tivemos uma primeira conversa com Fernando Reyes Matta, também chileno, ex-secretário de imprensa do presidente Salvador Allende. Neiva e Fernando haviam estado juntos em Argel em 1973, durante a V Conferência de Cúpula do Movimento Não-Alinhado, marcada pela tragédia do golpe no Chile, que ocorreu



durante a realização do evento. Fernando também conhecia a revista e em seguida marcou um encontro com Somavía. Em poucos minutos a solução havia sido encontrada: o Ilet nos faria um empréstimo a fundo perdido para garantir a publicação de três números da revista. A partir daí, teríamos pela frente o desafio de conseguir tornar o projeto auto-suficiente.

Surge "cuadernos" - Foram meses de intenso trabalho. Tínhamos tantos problemas para resolver, desde os domésticos aos legais, passando pelos de infra-estrutura, que parecia infinito o tempo que demorava o preâmbulo do que mais nos interessava: começar a produzir a revista.

Nesses meses fomos conhecendo mais pessoas, mexicanos e exilados de todo o

A resistência palestina foi muitas vezes abordada na revista. Na foto, tomada no Castelo Beaufort, no sul do Líbano, Beatriz Bissio está acompanhada de comandantes palestinos que defendiam essa posição, numa área muito próxima à faixa controlada por Israel. Meses mais tarde, Israel tomou esse castelo medieval e todos os combatentes palestinos foram mortos



A revolução cubana e a cooperação desse país caribenho com os povos do Terceiro Mundo foi motivo de várias reportagens. Na foto: estudantes voluntários cubanos em Angola, integrados ao projeto de alfabetização. A reportagem "Os cubanos tentam África", que foi capa na revista, acabou se transformando em um livro





Os sobreviventes das lutas lideradas por Emiliano Zapata durante a Revolução Mexicana de 1910 foram objeto de uma reportagem de capa de cadernos

continente, que de uma forma ou de outra se interessaram pelo projeto e contribuíram para torná-lo realidade. Seria inútil tentar citar todos, porque foram muitos. Vou mencionar apenas um deles, porque sua intervenção foi muito curiosa.

Quando tudo estava encaminhado para o lançamento, fizemos um requerimento formal às autoridades do Ministério da Educação para obter o registro do nome da revista. O próprio ministro nos recebeu. Era Porfirio Muñoz Ledo, que fora representante do México na ONU e nessa condição presidente do Conselho de Segurança, e hoje é senador e presidente do Partido Revolucionário Democrático (PRD), dissidente do PRI.

“Tenho uma má notícia para dar a vocês”, disse ao receber-nos. “O nome tercer mundo está registrado. Mas nem

tudo está perdido. Nossa lei permite que se utilizem variantes. Por que vocês não põem à frente a palavra **cuadernos**? Assim eu posso registrar.”

E foi o que fizemos, como os leitores já sabem, porque esse é o nome que a revista tem até hoje.

Da cozinha à gráfica -

Impossibilitados pela falta de recursos de alugar uma sede para a revista, o primeiro número foi montado na cozinha da pequena casa que Enrique Cortés havia conseguido para nós, que estava construída nos fundos da residência de sua mãe. Ali morávamos com o almirante Jorge Dellepiane, com tão poucos recursos como nós e exilado por sua intensa participação no governo de Velasco Alvarado, no qual havia sido responsável pela organização da chamada “propriedade social”, que era a participação dos empregados na gestão e na propriedade acionária das empresas.

O uruguaio Ariel Hernández era o “editor de arte”, que em nosso caso significava ser responsável por todo o processo posterior à definição dos textos, isto é, da diagramação à montagem.

O lançamento foi emocionante. A sede da Felap estava tão cheia de gente que houve quem ficasse do lado de fora e o mestre de cerimônias foi Genaro Carnero Checa. Toda a colônia de exilados e os

mexicanos que estavam comprometidos com a defesa dos direitos humanos e a luta contra as ditaduras do continente estavam ali representados. Em fevereiro de 1977, o sonho de voltar a editar a revista se tornou realidade.

Pablo, de Roma, mantinha contato conosco enviando suas colaborações através da IPS e, em poucos meses, depois de comunicar aos amigos africanos que **tercer mundo** estava circulando novamente, começamos outra batalha: fazer a edição em português.

Nesse intervalo havíamos alugado uma pequena sede, na avenida Insurgentes Sul, e novos colaboradores iam se incorporando ao projeto, entre eles Irene Selser, filha do jornalista Gregorio Selser, e o capitão da Força Aérea uruguaia Gerónimo Cardozo, exilado por suas posições constitucionais e sua fidelidade ao general Liber Seregni, presidente da Frente Ampla, que se encontrava na prisão, onde passou onze longos anos. A partir de um artigo sobre militares progressistas que suscitou muita polêmica, Gerónimo havia se integrado à equipe permanente e exercia as funções de administrador.

A revista ia de vento em popa no que se refere à circulação, embora sempre estivesse no “vermelho” em termos financeiros, porque não tínhamos publicidade, mas esse dado já era permanente em

Situação nos territórios ocupados por Israel também teve destaque em cadernos. Na foto, Neiva Moreira entrevista em Nablus, Cisjordânia, Bassam Shakaa, líder palestino e ex-prefeito da cidade, que perdeu suas pernas em um atentado realizado por israelenses

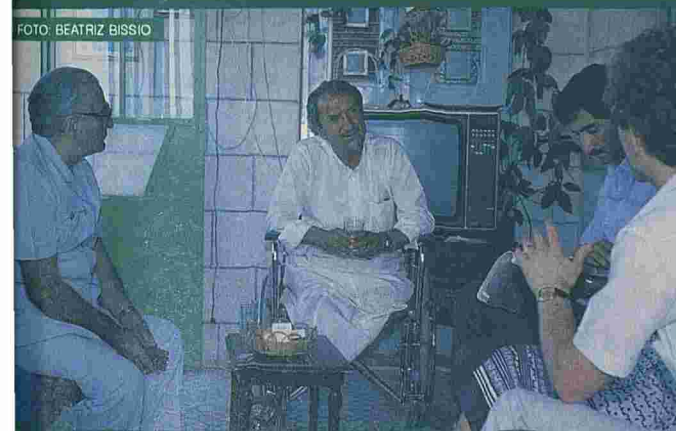


FOTO: BEATRIZ BISSIO

A Índia e os temas asiáticos, em geral, foram enfocados na revista com ênfase no aspecto cultural. Uma reportagem de capa dedicada à questão social na Índia teve grande repercussão nos anos 80



FOTO: ROBERTO BISSIO



FOTOS: BEATRIZ BISSIO

O mundo árabe e muçulmano foi analisado com diferentes enfoques nas páginas de cadernos. Na foto à direita: mulheres nômades refugiadas da seca na Somália. À esquerda: conferência de solidariedade com a Líbia, em Trípoli

nossa história. O que nos enchia de orgulho era, justamente, poder sobreviver exclusivamente com o dinheiro das vendas e das assinaturas e, particularmente, uma interessante penetração nos Estados Unidos, sobretudo no sul, onde se fala talvez mais o espanhol do que o inglês.

Um "gringo" em cadernos

- Um dia aconteceu uma coisa muito curiosa. Como éramos poucos na equipe permanente, a essa altura cada um de nós desempenhava múltiplas funções: desde a própria produção da revista às tarefas de limpeza do escritório, fazer pacotes para o correio, responder a correspondência etc. Gerónimo estava em plena faxina, com uma vassoura na mão, quando tocaram a campainha. Atendeu e era um "gringo" típico: dois metros de altura, branco "leite", óculos fundo de garrafa, livros debaixo do braço. Em um espanhol "passável" se apresenta como *scholar* de uma universidade dos Estados Unidos com uma tese de doutorado sobre a imprensa alternativa latino-americana. Objeto de estudo: aquela publicação que, na opinião de seus colegas, era a melhor expressão de um projeto vitorioso: *cuadernos del tercer mundo*.

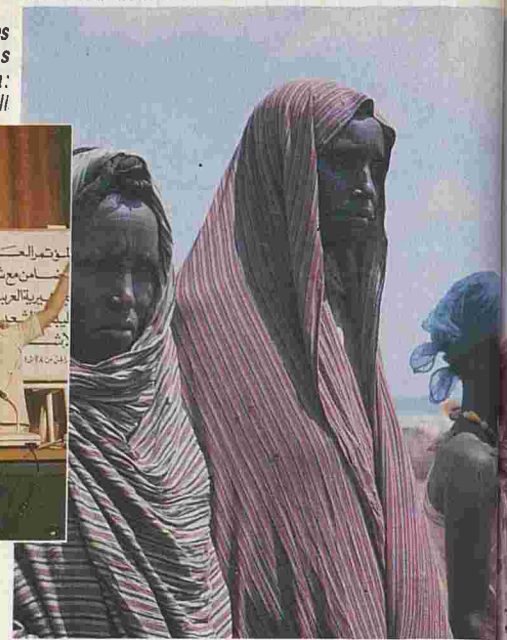
- Primeiro preciso falar com o *manager* - disse.

O gerente sou eu - respondeu Gerónimo, sem saber o quê fazer com a vassoura.

- E o diretor?, perguntou, perplexo.

Gerónimo apontou para o Neiva, empenhado na árdua tarefa de fechar um pacote de revistas para pôr no correio. O *scholar* teve um choque: deu uma rápida olhada pela sede, que estava com tudo à mostra, de tão pequena que era, perguntou se toda a equipe e a infra-estrutura era aquela que estava vendo e, diante da resposta afirmativa de Gerónimo, deu meia volta, disse que havia se enganado de objeto de estudo e nunca mais apareceu.

Em compensação, a revista foi objeto



de estudo em outras realidades, mais interessantes para nossos ideais: os movimentos guerrilheiros de El Salvador, Nicarágua e Guatemala a introduziam clandestinamente nas áreas sob seu controle e com nossos artigos como livro de texto alfabetizavam os camponeses e, ao mesmo tempo, os ajudavam a melhorar sua consciência política.

Um dos fatos mais interessantes de nossa história como publicação é termos sido cenário de uma importante reunião, na qual os grupos políticos e movimentos guerrilheiros que convergiram para formar a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) em El Salvador, se sentaram pela primeira vez para dialogar - após três anos de confronto por diferenças ideológicas e táticas. A reunião, realizada em nossa sede no México, foi presidida por Neiva, com a colaboração dos amigos e exilados brasileiros Herbert de Souza (Betinho) e Theotonio dos Santos.

Novamente a África - Com enormes dificuldades conseguimos voltar à África, em 1977, para retomar o projeto da edição em português. As comunicações com Angola e Moçambique eram precárias, porque a infra-estrutura que ambos os países haviam herdado era muito deficitária e porque a guerra prosseguia, localizada em certas regiões, desviando para gastos militares preciosos recursos que teriam sido necessários para o desenvolvimento.

Editar a revista em português era muito importante porque, além de servir para a formação de quadros em Angola e Moçambique e de circular em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau, tínhamos a esperança de que algum exemplar entrasse no Brasil, que naqueles anos dava tímidos passos rumo à abertura democrática.

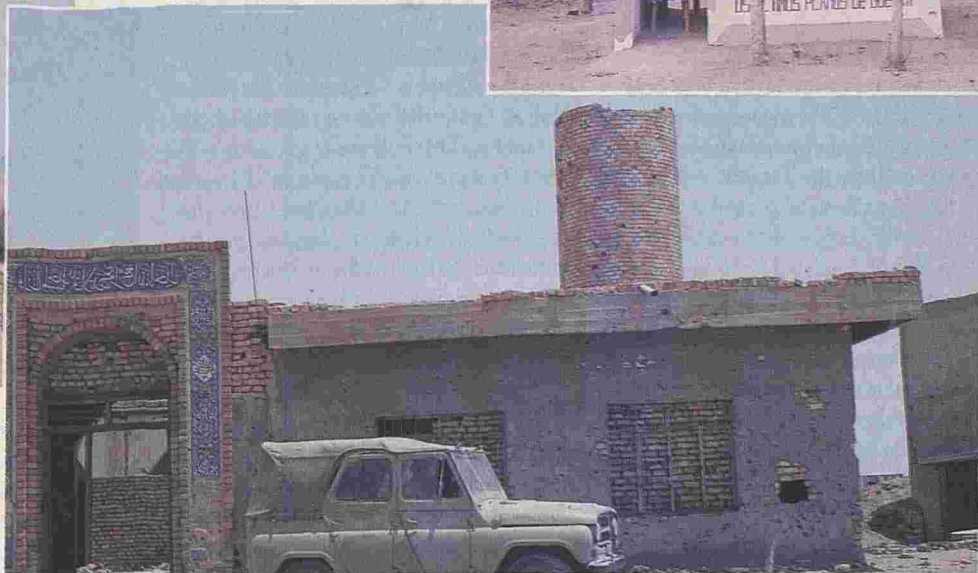
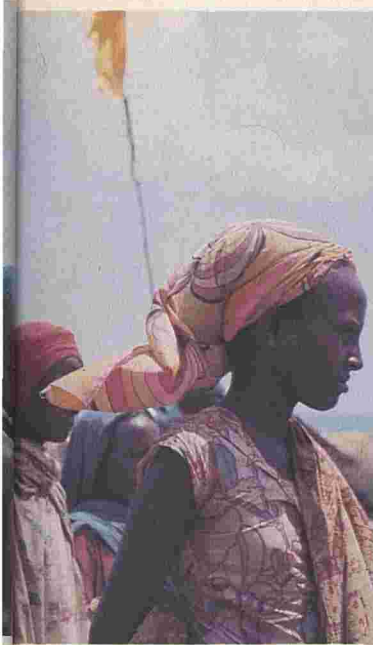
Mas a viagem à África tinha uma complicação: quando finalmente pudemos ultimar todos os detalhes, arduamente negociados, eu estava grávida de quatro meses. A esta altura, desistir era impossível; Neiva e eu partimos, com a esperança de que o ritmo das negociações fosse suficientemente rápido para retornar a tempo ao México.

A viagem permitiu consolidar os laços que já tínhamos com Angola e Moçambique, atualizar nossas informações e fazer novas reportagens. Em Angola, viajamos, além do mais, à província petrolífera de Cabinda, naquele momento cenário de uma suposta guerra secessionista, mas que na verdade era um complô das grandes potências para arrancar do povo angolano aquele pedaço fundamental de seu território.

Em Moçambique, conhecemos e entrevistamos Robert Mugabe, exilado em Maputo, que de lá comandava as forças da Zanu (União Africana do Zimbábue) e a



As zonas libertadas no norte de Moçambique foram mostradas em cadernos. Na foto, a cabana onde se reuniam os comandantes moçambicanos que derrotaram as forças militares portuguesas



A guerra Irã-Iraque, que antecedeu a Guerra do Golfo, e o próprio conflito que marcou o início da "nova ordem" pós-Guerra Fria foram analisados por cadernos. Na foto: uma mesquita destruída na cidade de Fao, fronteira do Irã com o Iraque

guerra contra o regime da antiga Rodésia. Voltamos a estar com Agostinho Neto e Samora Machel - dois estadistas que, cada um a seu modo, cativavam quem os conhecia - e definimos os detalhes da edição em português.

Em relação a este projeto, não podemos deixar de registrar aqui o entusiasmo e carinho recebidos da parte de dois dirigentes angolanos, aos que nos unem laços de amizade e respeito: Lopo do Nascimento, primeiro-ministro no governo de transição e posteriormente responsável por importantes áreas da administração, e o escritor e poeta Manoel Rui, um intelectual que, como tantos outros de seu país, colocou seu talento a serviço da emancipação de seu povo.

O contato com o mundo árabe

- Quando estávamos em Moçambique soubemos que havíamos sido convidados a visitar o mundo árabe, particularmente Iraque e Líbano, através da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), com a qual tínhamos estabelecido uma boa relação no México. Antes de ir a Portugal, para definir o lançamento da edição em português, iríamos portanto ao Oriente Médio.

Esse contato com os palestinos, libaneses, iraquianos e sírios nos abriu um novo espaço de trabalho e se colocou pela primeira vez o assunto da edição em inglês e a edição em árabe da revista. A primeira chegou a ser realidade algum tempo depois, porém mais voltada para o público norte-americano. A segunda nunca chegou a sair do papel, em parte porque, quando fomos a Beirute para discutir os detalhes com a OLP em 1982, fomos pegos de surpresa pela invasão israelense ao Líbano. Ao obrigar a direção palestina a sair da capital libanesa e reiniciar todo seu trabalho na Tunísia, a invasão acabou também cancelando o projeto da revista em árabe.

Em Lisboa ultimamos os detalhes da edição em português, que ficaria a cargo do capitão brasileiro Altair Campos, exilado após ter sido trocado pelo embaixador alemão, e do coronel português Artur Batista, ex-chefe de operações do Copcom (Comando Operacional do Continente, uma

força de elite do exército português), ativo dirigente do movimento que resultou na Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974. Sem aparecer diretamente, um grande brasileiro deu uma substancial contribuição para tornar realidade esse projeto: o juiz exilado Carlos Sá. Funciona até hoje em Lisboa a sede histórica dos cadernos na Calçada do Combro, onde agora a equipe coordenada por Artur edita livros de temas afins aos da revista.

Em 1986 decidimos unificar as edições portuguesa e brasileira. Durante dois anos ambas foram feitas no Rio de Janeiro, sendo o jornalista português Carlos Pinto Santos responsável pela que se destinava à África; com ele colaborava seu compatriota Raúl Gonçalves.

Um dado complementar: vinte dias após o regresso do México, dessa viagem determinante que deu início à edição em português e aos vínculos com a Ásia, nasceu nossa filha, que desde o ventre compartilhou as dores dos povos do Terceiro Mundo.



A guerra no Líbano: crianças palestinas nas ruínas de uma casa em um dos campos de refugiados do sul do Líbano



O "Guia" e a edição em Inglês

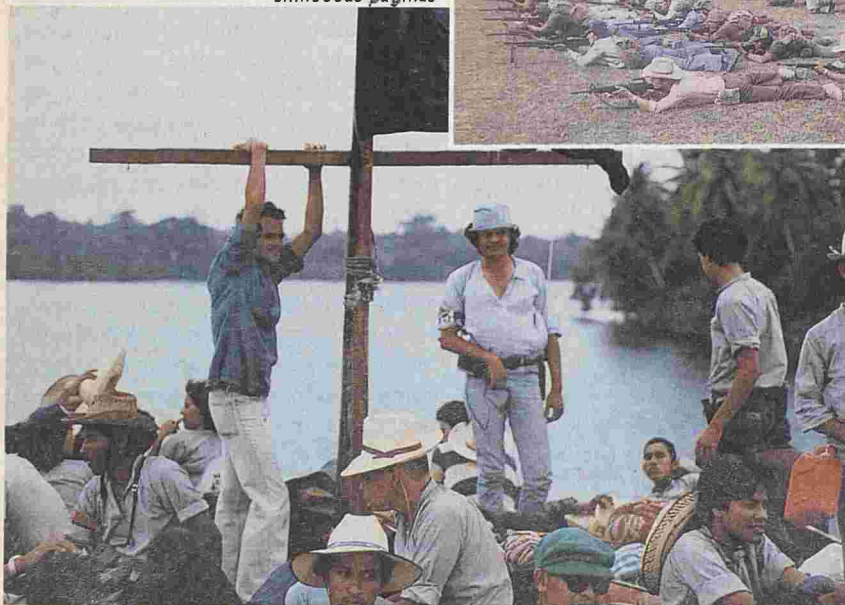
- Depois do lançamento da edição em português o projeto deixou de ser latino-americano para ser realmente terceiro-mundista. Não estava em nossos planos de 1974 essa expansão, porque era sonhar muito alto para quem dava aquele tímido primeiro passo. Como consequência da evolução do trabalho, surgiram dois novos projetos: o **Guia do Terceiro Mundo**, que foi lançado pela primeira vez em janeiro de 1979, e a edição em inglês, a **Third World**.

Roberto Bissio foi, desde o início, o editor responsável pelo **Guia**, um anuário que tinha como principal característica contar a história dos países do Terceiro Mundo com a perspectiva do Sul, recriando-a, em muitos casos, a partir de fontes originais. Hoje ampliado para **Guia do Mundo**, é editado em Montevideú pelo Instituto do Terceiro Mundo (Item), em espanhol e inglês e tem uma versão em CD-ROM, fruto da colaboração com a Universidade de Upsalla (Suécia).

Através de Julião conhecemos no México uma figura inesquecível, o jornalista inglês Cedric Belfrage, expulso dos Estados Unidos na época do macartismo por suas posições independentes. Com o apoio de outro amigo mexicano que havia se entregado de corpo e alma à revista, o economista Fernando Molina, Cedric Belfrage organizou a edição em inglês, **Third World**, que teve sete números (maio de 1979/março de 1981) em sua etapa mexicana. Anos mais tarde foi retomada, já no Rio de Janeiro, com os jornalistas Carlos Castilho, brasileiro, e Bill Hinchberger, norte-americano, como editores nossos países, porque eram as dificuldades do exílio, a repressão e a luta em favor da democracia que uniam todos os que se incorporavam ao projeto. E foram a repressão e o exílio que nos levaram de um país a outro, carregando na bagagem o ideal de um jornalismo comprometido com as lutas populares.

Quando estávamos praticamente consolidados no México, em setembro de 1979, veio a notícia da anistia no Brasil.

A revolução na Nicarágua (esquerda) e a guerra civil em El Salvador (direita) estiveram sempre presentes em nossas páginas



Impossível pensar em adiar o desejo tão longamente acalentado por Neiva Moreira de voltar à sua pátria. Com ele, acabaríamos se transferindo para o Rio de Janeiro aqueles que formavam o núcleo central da revista, abrindo uma nova etapa de nossa vida editorial, a etapa brasileira.

Em junho de 1980, depois de vencer novamente o desafio de outra mudança de país, dispostos a começar de novo para contribuir, dentro de nossas modestas possibilidades, para a consolidação da abertura democrática, lançamos o primeiro número da edição brasileira. Era o número 24 da edição em português. Decidimos manter as edições, no Brasil e em Portugal, pois cada uma atendia a públicos diferentes.

No Brasil organizamos o lançamento na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, em um ato prestigiado pelo dr. Barbosa Lima Sobrinho, eminente jornalista que preside a ABI. Desde o começo encontramos uma boa acolhida, mas ainda era muito forte o medo inculcado por longos anos de ditadura. Custou um bom tempo para que pudessemos convencer os leitores que poderiam assinar cadernos sem sofrer represálias.

A fase brasileira - Esta etapa de nossa história é mais recente e, portanto, mais



FOTO: BEATRIZ BISSO

havia passado durante a etapa mexicana para um tamanho menor - e criamos o Suplemento de temas brasileiros, agora incorporado ao corpo da revista, cujo primeiro editor foi o jornalista Procópio Mineiro.

Em 1985, lançamos a revista **TerraFirme**, uma publicação trimestral destinada ao público brasileiro, de caráter teórico, e portanto de alcance mais restrito, mas com metas similares às de **cadernos**. Neiva era o diretor, junto com Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra e Maluza Stein, a editora. Mas o projeto não prosperou por razões financeiras.

O regresso ao Rio da Prata - Outro passo importante foi o relançamento da edição em espanhol para o Rio da Prata, depois da abertura política no Uruguai e Argentina. Lá havíamos nascido e voltar com o projeto tantos anos depois tinha um sabor especial.

A edição em espanhol é distribuída a partir de Montevidéu, mas é produzida no Rio. Roberto Bardini e Marcelo Montenegro, ambos argentinos, dividem as responsabilidades editoriais. O jornalista argentino Aldo Gamboa, agora à frente da sucursal brasileira de uma agência de notícias, foi outro dos editores responsáveis. Durante algum tempo tivemos um

suplemento centro-americano, para a edição que circulava no México, cujo editor foi Bardini (agora radicado no Rio, incorporado à redação central) com apoio da jornalista chilena Frida Modak.

Um passo significativo da etapa brasileira foi a informatização de todo o processo de produção e a transformação do velho arquivo em um Centro de Documentação sobre o Terceiro Mundo que inclui um vasto arquivo iconográfico. Aberto ao público, o centro atende a pesquisadores de várias partes e instituições, além de ser a fonte de consultas de toda a nossa equipe editorial. À frente do Centro de Documentação está Jessie Jane Vieira de Souza, ex-presa política e hoje cursando pós-graduação em história. A equipe é completada por um grupo de jovens e competentes profissionais, muitos dos quais foram se formando em nossa editora, como Juliana Iooty, Sílvia Arruda, Mônica Perez, Marcus Sanchez, Luciane Santos Reis, Rosângela Ferreira, Marco André da Luz, Leyla Câmara e o fotógrafo A.C. Júnior.

A experiência acumulada ao longo de todos estes anos nos permitiu ampliar a família editorial com novos lançamentos: as revistas **Ecologia e Desenvolvimento** (março de

conhecida de nossos leitores. Não necessitamos dar muitos detalhes, mas é importante mencionar que aqui nos enriquecemos com a incorporação de novos quadros, que passaram a viver tão intensamente como nós o desafio de continuar o projeto. Daqueles tempos iniciais no Brasil estão conosco dois companheiros muito queridos: Cláudia Guimarães, que recém-formada em jornalismo, passou por sua prova de fogo profissional nas páginas de **cadernos** e hoje é responsável pela parte internacional da edição brasileira, e Henrique Menezes, também jornalista, que, por várias razões, acabou à frente do departamento administrativo. Cláudia, filha de Neiva, e dele separada pelo exílio, se reencontrava no projeto editorial da revista com os ideais e a figura de seu pai.

Nilton Caparelli foi o primeiro editor e José Carlos Gondim, que começou como revisor, foi durante os anos que passou no Rio uma peça fundamental da equipe. Praticamente desde o começo também estão conosco Cléa Márcia Soares e Macário Costa, que, cada um em sua especialidade, muito também nos ajudaram. Hoje ambos dominam o espanhol, depois de anos de "escola" em **cadernos**.

No Rio de Janeiro, lançamos a edição brasileira do **Guia do Terceiro Mundo** (existia já uma edição em português em Lisboa), e relançamos a edição em inglês, **Third World**; mudamos o formato da revista - que depois de ter nascido com o atual,

FOTO: BEATRIZ BISSO



Com a abertura democrática, **cadernos** voltou ao Rio da Prata. Na foto: a Frente Ampla se reorganiza no Uruguai depois dos anos de ditadura



A estabilidade democrática alcançada no Brasil permite a consolidação de cadernos e o surgimento de novas publicações, como *Ecologia e Desenvolvimento*, *Revista do Mercosul* e o *Almanaque Brasil*

1991) e **Revista do Mercosul** (maio de 1992) e o anuário **Almanaque Brasil**. Com elas, novos companheiros se incorporam ao projeto: Elias Fajardo, jornalista com incursões de êxito no terreno da literatura, crítica e da pintura; José Augusto Ribeiro, figura muito conhecida dos telespectadores brasileiros por anos de trabalho na Rede Bandeirantes e na televisão Educativa (TVE); o jovem Vladimir Platonow, um gaúcho que trouxe de sua passagem por *Zero Hora*, de Porto Alegre, uma grande confiança nos rumos do Mercado Comum do Sul (Mercosul), e o historiador e pesquisador Ivan Alves Filho, responsável pela 1ª edição do **Almanaque Brasil**, e que anteriormente já havia trabalhado na produção do **Guia**.

Com Elias, na parte de temas brasileiros de **cadernos** e em **Ecologia**, colaboram dois ativos representantes da nova geração de jornalistas brasileiros comprometidos, Patrícia Costa e Marcelo Monteiro. Vladimir, por sua parte, conta com o apoio de Rosa de Carvalho e Gabriela Temer, duas jovens recém-saídas da faculdade de jornalismo que estão dando na **Revista do Mercosul** seus primeiros passos profissionais. Como curiosidade, vale registrar que Gabriela nasceu, como a revista, em setembro de 1974.

Estes avanços editoriais exigiram um desafio de sofisticar a parte visual. Nosso atual editor de arte é o jovem Nazareno N. de Souza, que por trás de sua modéstia esconde um inegável talento gráfico. Também integra a equipe de arte Roberto S. Lourenço, que além de contribuir com sua criatividade ao projeto, é responsável pelas caricaturas de todos os membros da equipe...

Na parte gráfica, contamos hoje com recursos como CD-ROM e *scanner* que nos permitem ampliar as possibilidades técnicas da capa e produzir uma revista sofisticada como **Ecologia e Desenvolvimento**. A este setor se incorporaram Andréa Correa e Paulo Henrique Rodrigues, que, junto com Valdenir Peixoto (que além de revisor é nosso "assessor para assuntos astrológicos") e Janice de Aquino (secretária e "assessora de moda") formam a equipe de produção das revistas. Os demais companheiros das outras áreas, como publicidade e marketing, distribuição, administração, restaurante, serão apresentados na seção que dedicamos a toda a equipe do Rio de Janeiro (ver página 40).

A luta continua - Sem dúvida, um longo percurso nos separa daquela noite de lançamento em Buenos Aires. Alguns companheiros de ideais que foram amigos e colaboradores já não estão

entre nós. Muitos deles foram vítimas - direta ou indiretamente - da repressão. Mas o importante é que continuamos confiando que é possível pôr a informação a serviço das lutas populares.

Neste momento político tão complexo, em que as democracias pelas quais tanto lutamos estão caindo no descrédito pela corrupção e pela falta de sensibilidade das elites, em que não surgiu ainda uma proposta clara para dar continuidade ao que o socialismo tinha de bom, em que um Berlusconi toma o poder pela tela da TV, usando um instrumento que é uma concessão do Estado para tentar demolir esse Estado, em que os poderosos manipulam o racismo e a religião para fins inconfessáveis, a tarefa que se propõem a fazer um jornalismo independente é muito mais desafiadora que há vinte anos. Os inimigos já não são tão nítidos, os valores éticos estão diluídos e os paradigmas foram questionados.

Mas por isso mesmo é tão importante não abandonar a luta. Porque o que nos oferecem como alternativa aqueles que manipulam o poder são as velhas propostas com nova roupagem. O Terceiro Mundo tem o enorme desafio de voltar a erguer a utopia. E para isso necessita não de um, mais de milhares de projetos como o nosso. ■

EDIÇÃO ESPECIAL

Nas últimas duas décadas, o mundo se transformou. Terminou a Guerra Fria, caiu o Muro de Berlim e a União Soviética se desmembrou em repúblicas autônomas. Começou um processo de associação em blocos regionais comerciais. Conflitos armados que duraram décadas na América Central terminaram em soluções negociadas. Na África do Sul, o *apartheid* foi desmantelado e hoje há um governo de maioria negra. No Oriente Médio, Israel fez acordo de paz com a OLP e um armistício com a Jordânia. No Brasil, passamos da ditadura militar a uma abertura política que mantém o arrocho econômico sobre a maioria. A nova realidade econômica e política que emergiu mostra que a integração pode ser um valor universal, embora não tenha sido capaz de oferecer soluções para a fome, a marginalização, o desemprego e a violência que afetam os países do Terceiro Mundo.

Setembro 1994 • Nº 177 • ANO XX

2CARTAS

3 Ao leitor: Uma edição histórica

MATÉRIAS DE CAPA

4 Novos blocos, velhos problemas

10 A caixa de Pandora

18 Brasil de ontem e de hoje

RETROSPECTIVA

12 Duas décadas que mudaram a face do país

GRANDES ENTREVISTAS

23 Os protagonistas da História

40 **Cadernos**: nossa grande família

44 Os companheiros que se foram

☐ SUPLEMENTO ESPECIAL DE ANIVERSÁRIO

2 Os primeiros 20 anos de cadernos

4 Terceiro Mundo: Em busca da justiça

6 História de uma bela aventura

SUMÁRIO

➤ Uma equipe unida e ativa é um dos segredos da sobrevivência de cadernos do terceiro mundo



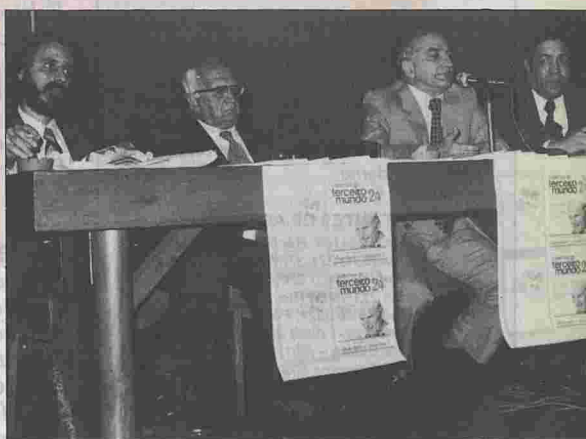
40

➤ Arafat, Samora, Fidel, Nyerere, Saddam, Hussein e Torrijos fazem a História nas páginas da revista



23

➤ Com a abertura política no Brasil, a revista se mudou da Cidade do México para o Rio de Janeiro, onde está sua sede



18

Publicação com informação e análise das realidades e aspirações dos países emergentes

DIRETOR: Neiva Moreira
DIRETOR ADJUNTO: Pablo Piacentini
EDITORA: Beatriz Bissio

SUBEDITORES: Claudia Guimarães, Elias Fajardo. CONSULTORES ESPECIAIS: Darcy Ribeiro (Brasil), Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavía (Chile)

REDAÇÃO: Marcelo Monteiro (Brasil), Roberto Bordini (México), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)

REVISÃO: Cláudia M. Soares e Valdenir Peixoto
DEPTO. DE ARTE: Nazareno N. de Souza (editor e capa) e Roberto S. Lourenço

FOTOS: A. C. Júnior

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: Jessie Jane V. de Sousa (diretora), Juliana Iotty, Sílvia Arruda, Mônica Pérez, Marcus Sanches, Luciane Reis e Rosângela Vicente Ferreira

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: Macário Costa (chefia), Andréa Corrêa e Paulo Henrique

ADMINISTRAÇÃO: Henrique Menezes

PUBLICIDADE: Ari J. Silva

CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS:

Mauro Mendes - Rua da Glória, 122 1º andar
CEP 20241 - Rio de Janeiro - Brasil
☎(021)252-7440/232-3372/232-1759/222-1370

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

utiliza os serviços das seguintes agências:
ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irake), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Intercâmbio com as revistas: *Africa News* (EUA), *Altercom* (Itel-México-Chile), *Third World Network* (Malásia), *Israel and Palestine Political Report* (Paris) e *Against the Current* (EUA)
Fotos: Agence France Press (AFP)

SUCURSAL DE LISBOA:

Diretor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro 10/1º andar. Lisboa, 1.200 - Tel.:32-0650.
Telex: 42720 CTM-TE-P

Uma publicação da Editora Terceiro Mundo:

Rua da Glória, 122 Grupos 101/102 - 105/106
20241-180 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel. PABX: (021)221-7511
Fax: 55 21 252-8455 - Telex: (021) 33054 CTMB-BR
Correio Eletrônico - Geonet: Terceiro-Mundo
Alternex: Caderno

REPRESENTANTES DE ASSINATURAS ☛
Maringá--(0442) 224182, Recife--(081) 224-9809
/224-0936, BH--(031) 271-3757/271-7320/226-2910/
273-7872, Brasília--(061) 226-6644 e 225-0683,
Aracaju--(079) 211-1912, Rio --(021) 221-7 511, SP
--(011) 573-8562/571-9871, Porto Alegre--(051)
228-8636, Fortaleza -- (085) 252-4958, Curitiba --
(041) 264-9989, Belém-- (091) 235-2146, Uberaba--
(034) 333-1635, Campina Grande -- (083) 322-7536,
Macapá--(096) 222-0855, Maceló-- (082) 326-4922,
Salvador--(071) 242-2077, Campo Grande -- (067)
382-4650, Vitória-- (027) 339-4992

Leitura em expansão

Parabenizo toda a equipe desta conceituada revista, pois embora muitos não tenham acesso à mesma, as poucas que posso emprestar aos meus companheiros de trabalho. Cadernos do terceiro mundo muito tem contribuído em nossos debates profissionais, chegando até ao ponto de resolvê-los, algumas vezes.

Reivindicamos junto à diretoria da empresa na qual trabalhamos para que passe a assinar algumas publicações, inclusive esta, para que os funcionários tenham maiores informações e também um incentivo à leitura, criando, assim, um fato inédito aqui em Viçosa: uma biblioteca para os funcionários.

Em breve, conseguiremos esse intento. Parabéns mais uma vez a toda a equipe pelo trabalho diante do mundo atual.

Aguinaldo Nunez da Conceição
Viçosa-MG

Agradecimento

A diretoria do Conselho Regional de Química RJ/ES, ao encerrar as comemorações do Dia Nacional do Químico, de 1994, gostaria de registrar a sua satisfação e apresentar agradecimentos pelo apoio da Editora Terceiro Mundo na realização do concurso de monografias promovido por este conselho.

José Augusto Bicalho
Rio de Janeiro - RJ

Fonte de conhecimento

Assim como Arno Emílio Gerstenberger, da prefeitura municipal de Curitiba (seção Cartas de cadernos do terceiro mundo nº 173), uso essa revista há 14 anos como fonte de informações críticas e até como bússola num mar tormentoso de

publicações tendenciosas e castradoras. Sou um constante propagandista da revista e, tenho certeza, responsável por muitas assinaturas adicionais feitas ao longo de todos esses anos.

Mas confesso que a comunhão com as suas verdades tem me dado muitas dores de cabeça, incompreensões, perseguições.

Com certeza, essa revista contribuiu muito para a redemocratização deste país. As verdades ditas em suas páginas serão os pilares de sustentação da grande barreira que nos separará de outra pernicioso ditadura, ao exemplo daquela implantada pelas forças reacionárias e conservadoras de sempre e que hoje estão simplesmente hibernando, à espreita de outra oportunidade, se lhes derem tréguas.

Pedro Olinto S. do Carmo
Prefeitura Municipal de Colombo
Colombo-PR

Qualidade

Desde que fui apresentado a cadernos do terceiro mundo e Ecologia e Desenvolvimento os meus conhecimentos têm se ampliado de forma progressiva, não só pela qualidade dos temas abordados mas, principalmente, pela qualidade da informação. É bom fazer parte de uma equipe cuja preocupação não é em ir à Copa do mundo - nem deveria - mas é campear em a aproveitamento contextual.

Reafirmo o precioso valor cultural das revistas para as populações dos países submetidos a sistemas econômicos entreguistas, perversos e, diga-se de passagem, eleitores e não-condizentes com as suas riquezas. Aproveito também para parabenizar todo o pessoal envolvido na elaboração e publicação das revistas.

Aimar Glicério Rocha
São Gabriel - BA

Ao leitor

Uma edição histórica

Este número, de setembro de 1994, tem para nós um valor especial: completamos vinte anos! Por essa razão decidimos preparar uma edição diferente, sem as seções habituais, dedicada integralmente à história da revista. De ângulos diversos, mostramos as motivações que nos levaram a fundar a revista há duas décadas, damos uma visão panorâmica das mudanças ocorridas no mundo neste período, republicamos trechos das entrevistas que fizemos com importantes dirigentes do Terceiro Mundo e, pela primeira vez, incluímos também as fotos da equipe responsável pela chegada da revista todos os meses às mãos dos leitores.

Um suplemento em quatro cores mostra a visão dos fundadores de **cadernos** sobre a proposta editorial original, os problemas que enfrentou e as vicissitudes que os profissionais envolvidos no projeto viveram ao longo deste tempo.

Esperamos que, ao ler as páginas seguintes, nossos leitores compartilhem a emoção que todos nós sentimos ao prepará-las. Ao rever fotos e reler artigos e reportagens, ao refazer nossa trajetória e recordar companheiros de ideais já falecidos, constatamos que estes vinte anos não passaram em vão. As páginas de **cadernos** são um testemunho vivo de lutas que já fazem parte da história dos povos do Terceiro Mundo. E se muitas das metas pretendidas há vinte anos não foram alcançadas, se grande parte dos problemas característicos do subdesenvolvimento se mantém, também é verdade que existem avanços inegáveis, sobretudo no terreno político e dos direitos humanos.

E como a luta por um jornalismo independente continua mais atual que nunca, já estamos nos preparando para os próximos vinte anos!

Os Editores

Novos blocos, velho

A realidade econômica mundial que emergiu no pós-Guerra Fria parece mostrar que no século XXI a integração pode ser um valor universal, embora até agora não tenha sido capaz de oferecer soluções para a fome, a marginalização e o desemprego que afetam principalmente os países do Terceiro Mundo

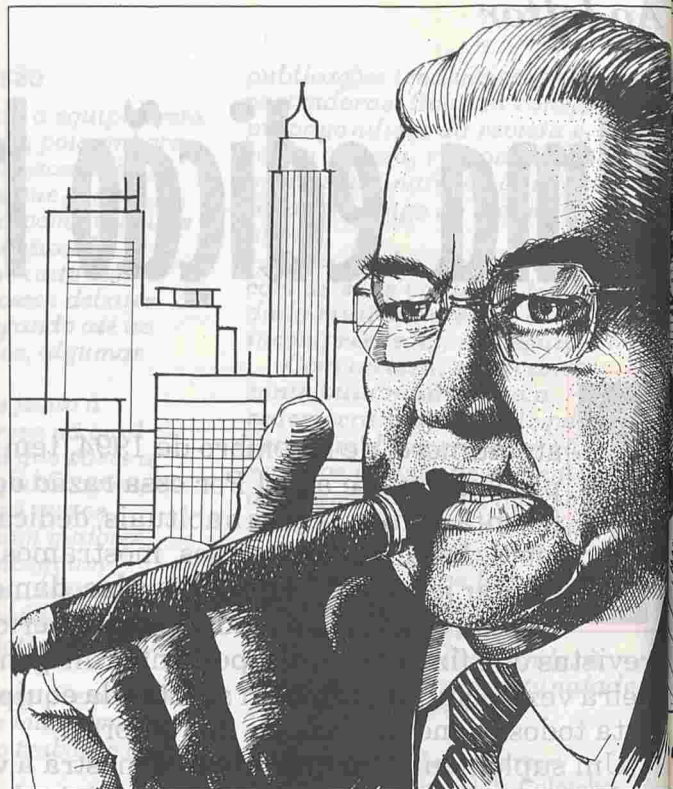
Marcelo Montenegro

Nas últimas duas décadas, o mundo se transformou. Terminou a Guerra Fria, caiu o Muro de Berlim e a União Soviética se desmembrou em repúblicas autônomas que formaram a Comunidade dos Estados Independentes (CEI). Ao mesmo tempo que em quase todo o planeta começava um crescente processo de associação em blocos regionais comerciais, as novas repúblicas, ex-socialistas, mergulharam de cabeça em uma dramática transição para a economia de mercado, um salto cujos resultados são incertos e imprevisível o tempo que poderá demandar.

Conflitos armados que duraram décadas, como os da América Central, foram encaminhados para soluções pacíficas negociadas. Na África do Sul, o regime do *apartheid* foi desmantelado – algo impossível de sonhar cinco anos atrás – e hoje existe um governo de maioria negra, com o líder do CNA, Nelson Mandela, como presidente. No Oriente Médio, Israel assinou um acordo de paz com a OLP e um armistício com a Jordânia, ao mesmo tempo em que na Iugoslávia, em pleno coração da civilizada Europa, se torna cada vez mais difícil controlar uma guerra étnica que no momento não tem indícios de que vá terminar.

No mesmo período, os países da América Latina e da África sofreram anos de persistente descapitalização, empobrecimento e espoliação financeira, a partir de um processo sistemático de reversão de fluxos de capital.

Houve primeiro um endividamento dos governos



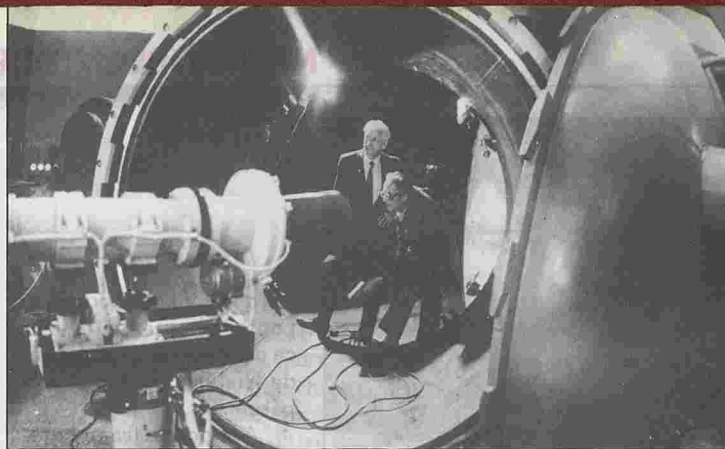
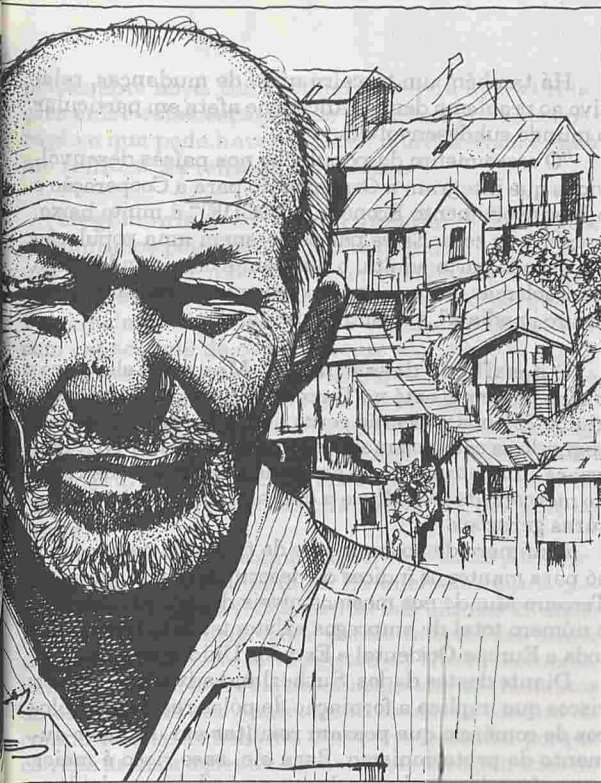
e das empresas com grandes bancos privados do Ocidente, a taxas flutuantes de juros, praticamente negativas. Depois as condições foram alteradas exigindo-se o pagamento de taxas que se multiplicaram de forma geométrica, chegando a 21% ao ano. Muitos países devedores entraram em colapso econômico e financeiro. Nações como o México, Argentina e Brasil decretaram sucessivas moratórias nos pagamentos.

Passada a primeira tormenta, começou o ajuste estrutural dessas economias. Sob o comando do FMI e do Banco Mundial, o “ajuste” se transformou em uma condição para a assinatura de acordos com os bancos credores, para aumentar os prazos dos vencimentos e melhorar as condições de pagamento.

Como resultado do ajuste houve uma desnacionalização em massa de recursos naturais e foram vendidas muitas empresas estatais estratégicas para os países do Terceiro Mundo. As relações econômicas internacionais se globalizaram por efeito da revolução tecnológica e científica que permitiu a comunicação instantânea, sem limites de espaços, nem fronteiras nacionais. E a Ásia, que em geral escapou do endividamento dos anos 70, emergiu como a região que promete ser a mais rica e mais próspera do próximo século.

Todas essas mudanças nas coordenadas geopolíticas e geoeconômicas têm gerado surpresas e perplexidades que, na ótica de muitos especialistas constituem a característica principal do mundo do pós-Guerra Fria.

Problemas



A revolução tecnológica e científica globalizou as relações internacionais

atual sistema internacional, o relatório enumera as seguintes:

- a passagem de um sistema internacional de "duas polaridades definidas" para um sistema de "várias polaridades indefinidas";

- a coexistência de forças centrípetas, que levam os países a se associarem, e ao mesmo tempo de forças centrífugas, que originam processos de dissociação e ruptura;

- a formação de espaços regionais nos quais se associam vários países, com um grau maior ou menor de integração de seus processos econômicos e políticos.

Globalização versus fragmentação – Ao analisar a evolução internacional desde o fim da Guerra Fria, o ex-chanceler Celso Lafer afirma que uma correta leitura da relação que pode estabelecer-se entre os espaços integrados deve diferenciar, por um lado, os processos que se deram a partir do pós-guerra e, por outro, os rumos que a integração assumiu a partir da queda do Muro de Berlim.

Nesta linha de análise, considera o Tratado de Roma, pelo qual se fundaram a Comunidade Econômica Européia e o Mercado Comum, como um instrumento situado dentro do conflito Leste-Oeste, cujos principais problemas eram a reunificação da Alemanha e a transformação de suas "fronteiras de separação" em "fronteiras de cooperação". O grande desafio eram a URSS e o Leste europeu.

Para Lafer, a CEE expressou, durante a Guerra Fria, "a dimensão econômica e geopolítica do projeto estratégico representado pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), a maior aliança militar do Ocidente".

A Aliança Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc), na América Latina, fundada nos anos 60, estava dentro dos mesmos pressupostos, embora tenha sido um espaço construído como "um tema Norte-Sul no âmbito do parâmetro Leste-Oeste, tal como aquele havia sido configurado", disse Lafer. A Alalc foi uma forma de compatibilizar os países latino-americanos com o Gatt, para permitir o melhor desenvolvimento da substituição de importações.

Na opinião do ex-chanceler, o mundo do pós-Guerra Fria é um mundo de "polaridades indefinidas" e que isto obedece a duas lógicas – a "globalização" e a "fragmentação" –, ambas presentes nos dois momentos em que pode se dividir esse período: antes e depois da Guerra do Golfo. "Da queda do Muro de Berlim até a Gue-

Um mundo de polaridades indefinidas – O fim da bipolaridade e a expectativa que se abriu com a transformação democrática na Europa, somados ao triunfo dos Estados Unidos na Guerra do Golfo, fizeram com que algumas cabeças começassem a sonhar com uma nova era, "a era de uma nova ordem internacional do liberalismo triunfante".

Isso é o que afirma um importante documento elaborado recentemente por diplomatas e acadêmicos do Mercosul e da União Européia, reunidos em São Paulo, que descreve a "nova ordem" em gestação como o principal argumento que levou os mais ousados a anunciarem "o fim da História".

O mundo teria ficado sob a batuta norte-americana, "funcionando os Estados Unidos como centro de um 'império democrático', organizador de uma rede de alianças regionais de segurança, com um Conselho de Segurança das Nações Unidas completamente submisso e dócil à sua vontade".

Não obstante, a realidade tem mostrado outros desafios, como a democratização da Europa central e do leste, o impacto das formas extremas de nacionalismo e o crescimento do fundamentalismo religioso e étnico.

A solução da equação crescimento demográfico/aumento da pobreza, somada a esses desafios, "exige respostas políticas, econômicas e estratégicas que não estão ao alcance de uma só potência, mesmo que se trate dos Estados Unidos, um país que discute ainda qual é o papel que lhe cabe desempenhar no mundo do pós-Guerra Fria", afirma o documento.

Ao destacar as principais características do



Celso Lafer:
a lógica da
fragmentação
começou a
ostrar-se com o
smembramento
da ex-URSS

rra do Golfo, se produziu o ponto culminante da lógica da globalização, do 'fim da História' e da 'paz perpétua'."

A lógica da fragmentação começa imediatamente depois, com o desmembramento da União Soviética e, na Iugoslávia, com os problemas na Bósnia. Isso gerou a coexistência de forças centrífugas com forças centrípetas, que ao mesmo tempo associam e desmembram Estados e regiões.

A presença da democracia como catalisador dos processos de integração foi mencionada no exemplo do Mercosul. O jurista brasileiro o considera a primeira experiência de integração do pós-Guerra Fria. O Mercosul foi pensado como uma forma de inserir-se competitivamente no processo de globalização. "Representa a idéia de um pólo aberto (não de um bloco fechado) inclusive por causa da escala dos países que vão integrar-se", destaca.

As duas lógicas imperantes, de globalização e de fragmentação, estariam expressas na dinâmica interna do Mercosul, por problemas que cria a harmonização das políticas macroeconômicas. As dificuldades argentinas com o câmbio, as do Brasil com a inflação, os problemas criados no contexto regional por casos como os do Peru, Venezuela, e a própria rebelião de Chiapas, no México, foram mencionados por Lafer como sinais da coexistência no espaço Mercosul da *globalização* versus *fragmentação*.

Épocas revolucionárias—Para alguém tão familiarizado com a negociação comercial multilateral como o diretor geral do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt), Peter Sutherland, que conduziu pessoalmente grande parte das discussões finais da Rodada Uruguai, estas são "épocas revolucionárias".

E explica: "Primeiro, porque o colapso dos países socialistas do Leste europeu implicou muito mais do que uma mudança política. Foi muito mais que arremção do muro de cimento que separava esses países das economias de mercado." A situação criada implica que uma população total mundial de aproximadamente 5,5 bilhões de pessoas passe a viver "no que chamamos 'economias de mercado', que atualmente têm uma população de 2,5 a 3 bilhões de pessoas". E isso requer grandes mudanças e coloca sérios desafios.

O segundo fator, para o diretor do Gatt, é que "vivemos tempos nos quais ocorrem diferentes tipos de integração, como a tecnológica, principalmente estimulada pelo desenvolvimento da capacidade de comunicação, pela mobilidade do capital e pela supressão dos controles sobre o câmbio".

Há também um terceiro nível de mudanças, relativo ao problema demográfico, que afeta em particular o mundo subdesenvolvido.

"O crescimento da população nos países desenvolvidos que integram a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE)" é muito baixo, próximo de zero. Estes países possuem uma população em grande parte adulta, o que está evidenciando o tipo de problemas que estes países deverão enfrentar em um futuro imediato", afirmou Sutherland.

O desafio do desemprego—Mas, para ele, o problema principal está no Terceiro Mundo, onde nos próximos 20 anos nascerão cerca de 2 bilhões de pessoas, segundo os cálculos mais conservadores da ONU. Isto criará um enorme fosso entre as possibilidades reais do mercado de trabalho e a demanda por parte das futuras gerações.

O número de novos postos de trabalho necessários só para manter os índices de desocupação nos países do Terceiro Mundo nos mesmos níveis de hoje é maior que o número total de empregos existentes atualmente em toda a Europa Ocidental e Estados Unidos juntos.

Diante destes dados, Sutherland advertiu sobre os riscos que implica a formação de pólos regionais e blocos de comércio que possam resultar em um novo aumento do protecionismo. Para ele, esse risco é maior nos países desenvolvidos do que nos subdesenvolvidos e deu o exemplo do Brasil. "Este país, que por seu tamanho e potencialidades depende em grande parte de um sistema mundial de comércio aberto, tem demonstrado que é capaz de abrir a economia à competição externa."

Por isso, a ampliação dos pólos originais já integrados (Europa) e a assinatura de novos acordos preferenciais em distintas áreas do planeta deverão ser feitas com o cuidado necessário para que se garanta o acesso de todos aos principais mercados, de forma equitativa.

O diretor do Gatt lembrou que no mundo atual não são a União Europeia (UE), o Nafta e o Mercosul os únicos pólos de integração em processo. Há nada menos que 50 acordos de livre comércio em gestação em todo o planeta. Uma vez concluídos, estes acordos vão delinear um mapa geoeconômico com-



No séc. XX
de 5,5 bilhões
pessoas viverão
chamadas 'econ
de me

pletamente novo. Sutherland advertiu que as relações entre estes espaços não serão sempre de cooperação e que pode haver tensões muito sérias, e “não me refiro só às tensões econômicas”.

Hegemonia dos EUA em questão – A existência de múltiplos pólos de influência mundial não impede que os Estados Unidos continuem ocupando um lugar destacado na agenda das preocupações internacionais. Principalmente por ser a única superpotência militar com capacidade de deslocamento em todo o planeta. Para tratar de determinar se existe ou não uma perda de competitividade dos norte-americanos, Ana Esther Ceceña, economista da Universidade Autônoma do México (Unam), dedicada ao estudo das relações econômicas internacionais, relata o que está ocorrendo no processo de gestação das chamadas “tecnologias de ponta”.

No terreno da automatização, onde se disputa parte da liderança mundial, foi na microeletrônica que ocorreu a mudança fundamental dos últimos 25 anos. (Embora nos últimos cinco anos a informática tenha tomado novamente a vanguarda.) Nesse contexto, dentro da tecnologia eletro-informática, os elementos determinantes são o microprocessador (o cérebro do computador) e a memória. O microprocessador porque contém as instruções de funcionamento registradas no desenho de seus circuitos. E a memória ou “armazém de dados” que deve ser utilizada no funcionamento básico do computador. Ambos têm a mesma importância.

Como o problema é estabelecer quem tem a supremacia mundial e esta se expressa pela liderança de diferentes capitais, “é preciso ver a concorrência a partir da posição das empresas que elaboram e fabricam esses produtos”, diz a economista mexicana. No campo da microeletrônica, sem dúvida, as empresas japonesas têm obtido avanços consideráveis. A liderança está nas mãos da Toshiba. Mas é uma empresa norte-americana, Intel, que lidera a produção de microprocessadores.

Como uma necessita da outra, depois de vários anos de furiosa concorrência, ultimamente se estabeleceram alianças estratégicas entre empresas norte-americanas e japonesas para estabelecer um indispensável intercâmbio tecnológico.

Ceceña estuda também o problema dos recursos humanos na sociedade moderna. Para a pesquisadora, as migrações internacionais de trabalhadores constituem uma alavanca fundamental para a acumulação de capital e permitem que as nações ricas joguem os custos do progresso no mundo subdesenvolvido.

Na sua opinião, os norte-americanos, com os recursos que mantêm em seu poder, continuarão na liderança mundial, apesar de terem perdido alguns atributos da esmagadora hegemonia que tiveram no passado.

Pessimista pelas repercussões que o Nafta terá em seu país, disse que o tratado tem como principal objetivo pôr fim à migração de *chicanos* para o sul dos Estados Unidos e inclusive devolver uma parte da população “hispanica” a seus países de origem, antes que

esta se torne majoritária nos Estados Unidos. Outro problema agravado pelo Nafta é que, embora o petróleo mexicano permaneça nas mãos do Estado, enquanto mineral estratégico, ao chegar à superfície do solo pode ser apropriado por empresas privadas, inclusive estrangeiras. Este seria outro dos objetivos que os Estados Unidos perseguem com o Tratado de Livre Comércio.

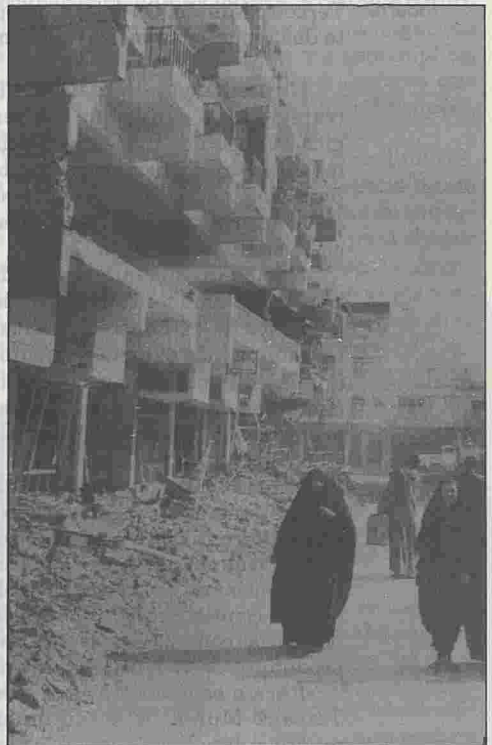
Concentração dos recursos tecnológicos – Theotonio dos Santos, um dos economistas fundadores da “teoria da dependência”, considera que, nas condições criadas no pós-Guerra Fria, não existem possibilidades reais dos países centrais transferirem fundos para o desenvolvimento ao Terceiro Mundo. Pelo contrário, tal como ficou em evidência na década de 80, com a crise da dívida externa, são nossos países os que continuam transferindo excedentes para os grandes centros industriais.

Por outro lado, Theotonio dos Santos chama a atenção para um fenômeno novo, do qual muitos dirigentes dos países subdesenvolvidos ainda não tomaram consciência. A geração de empregos, que é o grande desafio do mundo atual, passa por uma profunda transformação. Na medida em que os países centrais monopolizaram os benefícios da revolução tecnológica, chave para a produção da ciência e do conhecimento, “se apropriaram dos efeitos positivos do processo de transformação global a nível mundial”.

Ao concentrar-se os recursos tecnológicos nos países desenvolvidos, estes têm agora em seu poder os setores que passaram a ser grandes geradores de emprego no mundo moderno: serviços, informação, ciência e tecnologia.

Na medida em que os países do Terceiro Mundo se convertam em produtores industriais estarão desenvolvendo os setores da economia nos quais a geração de emprego é atualmente negativa.

Paradoxalmente, a industrialização do Terceiro Mundo criará as condições para que o desemprego aumente nesses países e não o contrário. Com um agra-



A Guerra do Golfo divide em dois o período pós-Guerra Fria



**As ex-repúblicas
socialistas
iniciaram
uma transição
incerta**

vante: em geral, um processo desse tipo depende ainda de mão-de-obra barata e da disponibilidade de matérias-primas, característica de muitos dos países do Terceiro Mundo. Ou seja, continuará a exploração tanto dos recursos humanos como materiais.

Capacitação científica – Denunciando uma estratégia para evitar que o desenvolvimento tecnológico avance nos países periféricos, o economista tomou o caso da Rússia e perguntou até que ponto este país será capaz de reinserir-se na economia mundial, aproveitando sua própria capacidade científico-tecnológica.

Não há dúvida que, dentro da nova estratégia global, existe uma tentativa de desestruturar o aparelho científico da ex-União Soviética e da Rússia. “É uma estratégia, não é um movimento espontâneo”. Em sua opinião há uma ação clara destinada a impedir que a ciência se desenvolva em nossos países, a não ser que aceitemos “a dependência em relação ao aparelho científico dos países centrais”.

No caso dos países tropicais, a realidade científica é completamente diferente da dos países centrais, o que exige alternativas próprias. Theotonio dos Santos citou o caso do álcool da cana-de-açúcar ou da biomassa, duas experiências de uso de energias alternativas desenvolvidas por cientistas e técnicos brasileiros. O sucesso de experiências como esta pode ter graves implicações para os produtores de tecnologias dos países centrais.

Para o economista, a preocupação dos países do Terceiro Mundo deve continuar sendo o desenvolvimento autônomo, podendo explorar inclusive divisões dentro do sistema econômico e político do mundo atual. “Devemos nos inserir no sistema financeiro, político e econômico internacional. Creio que não devemos ter uma perspectiva só defensiva, mas procurar realmente conseguir impor nossa visão”, concluiu.

Os limites do modelo neoliberal – O avanço do neoliberalismo no mundo, sobretudo na década de 80,

deixou um saldo enorme de marginalização e pobreza que hoje ameaça inclusive os países mais ricos. Indicadores alarmantes de mortalidade infantil, do aumento da criminalidade e do tráfico de drogas em todo o mundo mostram a decadência de um sistema que não tem respostas para o problema social. Longe de diminuir, o tráfico internacional de armas vem aumentando e inclui hoje componentes para fabricar bombas atômicas que fugiram do controle da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

Por isso, a chegada do século XXI, apesar das recentes mudanças, mostra que subsistem muitos e antigos problemas gerados pela expansão do capitalismo no mundo. A integração como um valor universal, para a aproximação dos povos, deve servir não só para aumentar o comércio, como também para introduzir regras civilizadas na convivência internacional e promover a justiça social.

Persistem microcenários onde a Guerra Fria não acabou. É o caso de Cuba, país que continua sendo vítima de um bloqueio econômico por parte dos Estados Unidos, aplicado exclusivamente em benefício da comunidade mais conservadora de exilados cubanos que vive em Miami.

No centro da civilizada Europa voltaram os fantasmas do passado. Uma guerra étnica com características brutais explodiu na ex-Iugoslávia e há uma proliferação alarmante de movimentos neonazistas em quase todos os países. Em todos os continentes, a corrupção generalizada nas esferas do poder coloca um grave desafio às estruturas democráticas. A pobreza e a fome estão mais disseminadas do que nunca. No Norte desenvolvido, como nos países do Sul, aumenta o número de desempregados e os que cada vez têm menos recursos para viver.

Nesse contexto, o desafio de construir alternativas mais humanas, capazes de impor-se às “regras frias do mercado”, continua sendo a prioridade.

¹Conclusão Preliminar do III Foro Euro-latino-Americano, reunido em julho deste ano, na sede da Federação de Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Participaram os embaixadores da Argentina, Uruguai e Brasil na UE; o diretor geral do Gatt, Peter Sutherland; o embaixador da Argentina no Brasil, os professores Heli Jaguaribe, Celso Lafer e Aldo Ferrer, entre outros.

²OCDE: Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento, com sede em Paris, reúne os países mais ricos do planeta.

³Trabalho apresentado ao Seminário Internacional sobre Desenvolvimento da Competitividade do Terceiro Mundo na Economia Mundial, realizado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em fins de julho deste ano, no Rio de Janeiro, coordenado pelo professor Theotonio dos Santos.

O Mercosul, o Nafta e a UE

Neste quadro de pós-Guerra Fria os países da América Latina iniciam novas associações e diálogos. Mas o conceito de "uma" América Latina como articulação operativa ficou, aparentemente, relegado a um segundo plano, pelo menos do ponto de vista econômico e comercial. Para o sociólogo Hélio Jaguaribe, a realidade regional e sub-regional, depois da associação do México ao Nafta, está fragmentada em distintos espaços com influências diferentes.

Há uma América Latina do sistema Nafta (TLC), que contém o México e potencialmente a América Central e o Caribe; outra que inclui o norte da América do Sul e uma terceira que engloba o sul da América do Sul.

São áreas diferentes, com pesos distintos e uma afinidade cultural e histórica. Mas não existe entre elas unidade de ação, a não ser para iniciativas muito gerais como a Reunião de Cúpula Ibero-Americana, por exemplo.

Jaguaribe entende que a força de gravitação do Nafta no norte da América do Sul tende a atrair a Colômbia, Venezuela e México, que formaram o G-3. Por isso considera que uma maior integração dessa área com o sul da América Latina dependerá fundamentalmente de que o Mercosul adquira pleno vigor, o que, na sua opinião, deve ocorrer.

Um fato inédito para a região será a abertura, a partir de dezembro, das negociações do Mercosul com a União Européia para criar uma Zona de Livre Comércio entre ambos os blocos. Esta negociação representará um fortalecimento objetivo do Mercosul, reconhecido pela Europa, a ponto desta abrir conversa-

ções bloco a bloco. Em especial será importante pela data do começo oficial da negociação, dezembro deste ano, justamente quando os Estados Unidos convocaram todos os países da América, à exceção de Cuba e Haiti, para a Reunião de Cúpula de Miami.

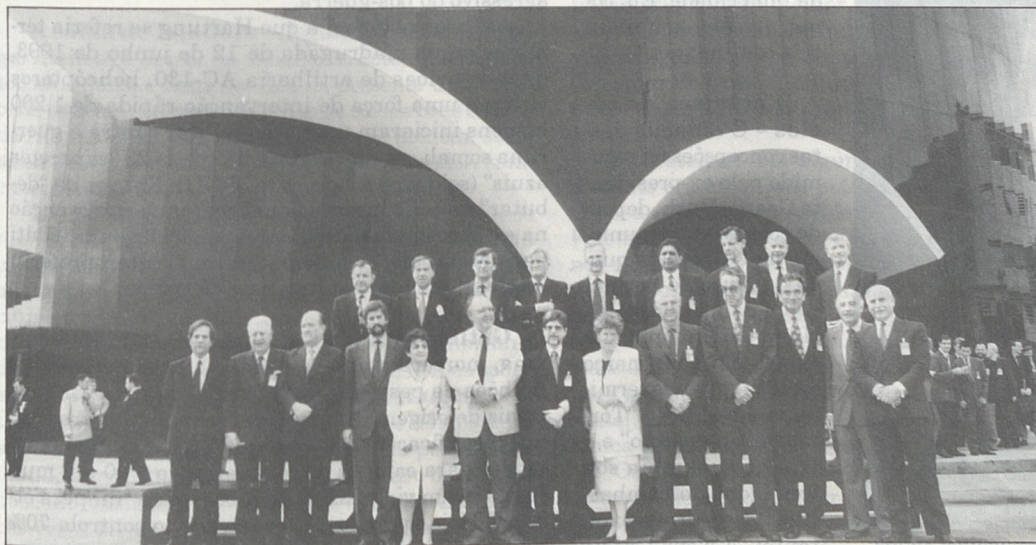
As negociações do Mercosul com a UE devem proporcionar novos ingredientes para a reunião de Miami e podem contribuir para que o diálogo vá além da retórica, aproximando-o das definições concretas. No México, existe receio de que o Nafta implique só uma via de mão única pela qual transitem de volta os muitos *chicanos* que sobram no território dos Estados Unidos e algumas transnacionais transfiram suas fábricas para produzir neste país, com leis ambientais menos rigorosas e salários mais baratos. Existe dúvida, inclusive, sobre a futura execução do Tratado, por objeções que pode colocar o próprio Congresso norte-americano.

A preocupação de alguns governos (como Argentina, Brasil e Uruguai) pelos possíveis efeitos negativos do tratado do Nafta e pelas exclusões que este implica, parecem ir dissipando-se diante da perspectiva que oferece a relação preferencial com a União Européia, que passará em breve de 12 para 16 países.

Para Yorio Dauster, embaixador do Brasil na UE, embora a Europa não ofereça nada e "negocie muito duro", as perspectivas que se abrem são muito importantes e efetivas. "É tão importante que, para chegar ao ponto atual, foi necessário que mudássemos alguns arraigados preconceitos dos europeus", que antes nunca teriam iniciado negociações com países latino-americanos sem a supervisão dos Estados Unidos.

Coincidentes com este ponto de vista têm sido as opiniões emitidas por José Luís Araneo, embaixador do Uruguai em Bruxelas, Diego Guelar, representante da Argentina na UE, e pelo embaixador da Argentina em Brasília, Alieito Aldo Guadagni. Este último fez comparações diretas: "O Mercosul, neste momento, conta com as propostas concretas de associação do Chile e da Bolívia, com o qual se amplia, e a UE representa já 20% mais que o Nafta." (Marcelo Montenegro)

Reunião de ministros do grupo do Rio e a UE, onde começou o diálogo do Mercosul com a Europa



A caixa de Pandora

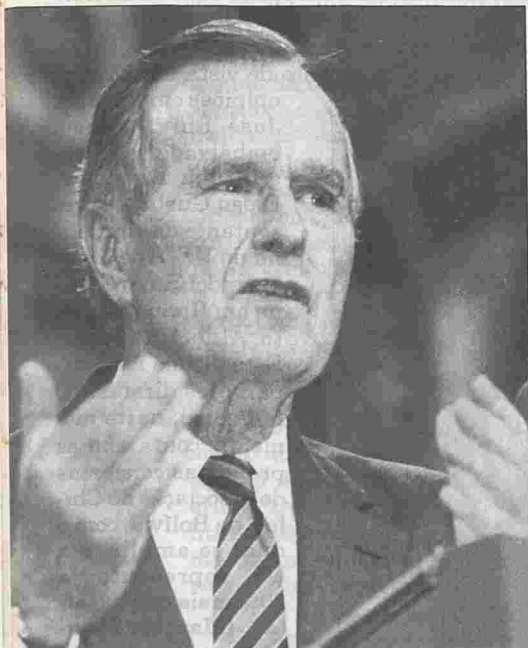
A Guerra Fria terminou e os Estados Unidos emergem como o árbitro do planeta. Mas no mundo atual há mais caos que paz e parece que não há lugar para a esperança

Roberto Bardini

George Kennan, ex-embaixador dos Estados Unidos na União Soviética afirmou em 1948: "Temos que prescindir de sentimentalismos e concentrar nossa atenção em nossos interesses no exterior. Não podemos nos permitir altruísmos e atos de beneficência mundial. Devemos deixar de falar de objetivos vagos e irrealis, como direitos humanos, melhoria do nível de vida e democratização."

Poderiam ser citados muitos exemplos neste estilo, mas há um que resulta especialmente eloqüente. Em 1935, o major general Smedley D. Butler, comandante dos *marines*, pronunciou um memorável discurso no Congresso dos Estados Unidos:

"Servi durante trinta anos e quatro meses na unidade mais combativa das Forças Armadas norte-americanas: na infantaria da Marinha. Durante todo esse tempo, tenho o sentimento de ter atuado como um bandido altamente qualificado a serviço dos grandes negócios de Wall Street e seus banqueiros. Fui premiado com honras, medalhas e promoções. Mas quando olho para trás, considero que poderia ter dado algumas sugestões a Al Capone. Ele, como gângster, atuou em três distritos de uma cidade. Eu, como *marine*, atuei em três continentes."



Bush: uma Nova Ordem Internacional antiga

Em busca de sócios – O conjunto destas concepções foi resumido pelo ex-presidente George Bush, depois do colapso do comunismo na URSS e da queda do Muro de Berlim, sob a denominação de Nova Ordem Internacional. Em 2 de março de 1991, quando terminava a operação "Tormenta no deserto" e o Iraque sucumbia sob toneladas de bombas, Bush assegurava exultante: "A Nova Ordem

Internacional passou por sua primeira prova e o espectro do Vietnã foi sepultado para sempre nas areias." E quinze dias depois, reiterava: "Os Estados Unidos se libertaram de seus antigos fantasmas e restabeleceram seus velhos sonhos."

Depois da Guerra do Golfo, no entanto, os políticos e os militares norte-americanos se convenceram de que já não podiam iniciar solitariamente aventuras como o bombardeio à Líbia (1986) ou as invasões a Granada (1983) e Panamá (1989). Agora necessitavam, pelo menos, do consenso de seus aliados na Europa e na Organização das Nações Unidas.

Por essas razões, o ex-secretário de Estado, Henry Kissinger, advertiu: "A responsabilidade pela segurança internacional é muito grande e o mundo demasiado complexo para que os Estados Unidos fiquem com toda essa responsabilidade nas costas. Washington não pode cumprir sozinho o papel de polícia da Terra."

Em fevereiro de 1993, quando Bill Clinton completava três semanas na Casa Branca, o analista em assuntos militares William D. Hartung, do World Policy Institute, escreveu: "Clinton é o comandante-em-chefe das Forças Armadas dos Estados Unidos. A boa notícia é que ainda não começou novas guerras. A má é que nem o presidente nem seus assessores abandonaram a mentalidade de Guerra Fria que fez deste país o poder intervencionista mais agressivo do pós-guerra."

As "boas notícias" a que Hartung se referia terminaram na madrugada de 12 de junho de 1993, quando aviões de artilharia AC-130, helicópteros Cobra e uma força de intervenção rápida de 1.200 homens iniciaram uma ação militar contra a guerrilha somali em represália à morte de 23 "capacetes azuis" (soldados a serviço da ONU). Em vez de "debutar" na cena internacional com uma intervenção na ex-Iugoslávia para deter o genocídio ou no Haiti para restabelecer a democracia, Clinton preferiu "estrear" em um distante país africano.

Gatilho rápido – Em 1992, na Bósnia-Herzegovina, morreram assassinadas 130 mil pessoas e 2 milhões de pessoas foram obrigadas a deixar seus locais de origem. Ainda como saldo da guerra, 250 mil casas ficaram destruídas, 70 mil civis foram enviados para campos de concentração e 20 mil mulheres foram violadas, num processo de "limpeza étnica". Hoje, quando o exército sérvio controla 70% do território bósnio, esses números aumentaram

dramaticamente. Em meados de abril de 1993, o semanário *Newsweek* afirmou: "O Ocidente simplesmente cruzou os braços."

De 1945 a 1992 se registraram em diversas regiões do planeta cerca de 100 conflitos nos quais participou – precisamente para evitá-los – a ONU. Calcula-se que, no total, perderam a vida aproximadamente vinte milhões de pessoas, sem que a organização nada pudesse fazer.

Em 11 de junho de 1993, poucas horas antes da intervenção na Somália, o secretário geral da ONU, Boutros Ghali, declarou que a organização havia gasto em 1992 mais de 3 bilhões de dólares – três vezes mais que todas as cifras anteriores em operações de manutenção da paz. Também lembrou que, só nos últimos quatro anos, a ONU havia sido responsável por tantas operações de paz quanto as realizadas nas quatro décadas anteriores. Não obstante, desde os Balcãs até a África, passando pelo Sudeste asiático e o Caribe, as forças de paz são alvo de críticas por sua incapacidade de impedir massacres e restabelecer a ordem.

Pela primeira vez na história da ONU, em 12 de junho de 1993, os capacetes azuis norte-americanos enviados para a Somália abriram fogo contra uma multidão de civis nas ruas de Mogadíscio e causaram 14 mortes.

Dois dias depois do massacre, o jornalista Michael Gordon, do *The New York Times*, se perguntava: "A ação militar na Somália conduzirá a uma doutrina mais enérgica para as operações pacificadoras em outros locais de conflitos? Ou significa que os pacificadores estão preparados para empreender uma ação militar decisiva só quando o adversário é uma multidão inofensiva, e que Washington e seus aliados continuarão 'se curvando' diante dos desafios mais difíceis, como sufocar a luta na Bósnia?"

A caixa de Pandora – Segundo a mitologia grega, Atenea, a deusa da sabedoria, dotou Pandora de todos os dons, e Zeus lhe deu de presente uma caixa onde estavam encerradas todas as coisas boas e ruins da Humanidade. Epimeteo, o primeiro homem, abriu a caixa e seu conteúdo se espalhou pelo mundo. A única coisa que ficou na caixa foi a Esperança.

A meados deste ano, Noam Chomsky, um dos maiores intelectuais norte-americanos, fez uma conferência em Londres onde resumiu ironicamente as mudanças operadas neste século que está concluindo: "Existe uma idéia generalizada sobre a era na qual estamos entrando: que os *bons* ganharam o duelo da Guerra Fria e agora cavalgam firmes sobre seus cavalos. Pode ser que ainda restem alguns obstáculos pela frente, mas nada que eles não possam superar. Vão se distanciando rumo ao poente, trilhando o caminho que levará a um futuro brilhante, baseado nos ideais que sempre brandiram mas poucas vezes foram capazes de proteger: democracia e direitos humanos."



Clinton: dominado pela mentalidade da Guerra Fria

Com o final da Guerra Fria e a queda do comunismo, se abriu uma pavorosa caixa de Pandora no mundo, cujo conteúdo pôs em xeque as potências ocidentais e ex-comunistas: guerras regionais, separatismos, ódios étnicos, fundamentalismos religiosos e ações terroristas.

O escritor inglês John Le Carré, autor de numerosos *best sellers* de espionagem, descreve um mundo que veio abaixo e outro que emerge – e que não necessariamente é melhor – da seguinte maneira:

"A Guerra Fria terminou, mas não lembro de ter visto ninguém cantando nas ruas. Estamos muito cansados de cantar? Ou muito deslumbrados pelo nosso destino? Ou muito tristes pelo caos que enfrentamos?"

Ele prossegue: "Há alguns anos quando um país distante era ameaçado pelo comunismo, corríamos em seu socorro. Seu problema era nosso problema. Fizemos heróis adiantados títeres, que não teríamos nos atrevido a convidar nem para tomar um cafezinho na porta de nossa casa. Agora, quando um país não tão distante se debate em uma guerra civil e uma de suas minorias étnicas é torturada, violada e assassinada diante dos nossos olhos, nossos políticos nos dizem para não reagirmos de forma emocional. Afinal, o que significa um pouco de limpeza étnica entre velhos inimigos?"

"Os Estados Unidos não só são o árbitro do mundo como, depois da Guerra Fria, seu salvador. E o que vemos no sombrio mundo de agora é mais caos que paz", analisa o escritor. ■

Brasil: duas décadas qu

Dos regimes militares à democracia capenga: o povo continua aguardando a sua vez

Marcelo Monteiro

O ano de criação da revista **cadernos do terceiro mundo** em Buenos Aires coincidiu com o término do governo do general Garrastazu Médici, período mais violento da ditadura militar no Brasil, quando a censura à imprensa e as torturas de opositores do regime em dependências de órgãos de segurança se tornaram instrumentos oficiais de manutenção do "sistema". Somente em 1974, 36 opositores do regime militar foram assassinados, segundo o projeto Brasil: Nunca Mais, entre os quais professores universitários, estudantes, operários, ex-deputados e jornalistas.

Aproveitando-se dos dispositivos do Ato Institucional nº5 (AI-5), editado na sexta-feira, 13 de dezembro de 68— que permitia ao governo legislar em todas as matérias previstas na Constituição, intervir em estados e municípios, cassar mandatos e suspender direitos políticos, além de acabar com o *habeas-corpus* —, o grupo considerado como de linha-dura, tendo Médici na presidência, realiza uma campanha para abafar qualquer manifestação contrária às diretrizes governamentais.

Apesar de afirmar que queria "consolidar o sistema representativo baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos do homem", Médici, três meses após assumir o governo, no final de outubro de 69, estabelecia através de um decreto-lei a censura prévia a livros e periódicos com o objetivo de "evitar exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes". As eleições para o Congresso em novembro de 1970, reaberto três dias antes da eleição de Médici com 93 de seus membros cassados, foram precedidas por uma onda de prisões sem mandado judicial. O protesto dos eleitores ficou caracterizado no índice de 30% de votos nulos e brancos. Isto parecia não incomodar o gover-

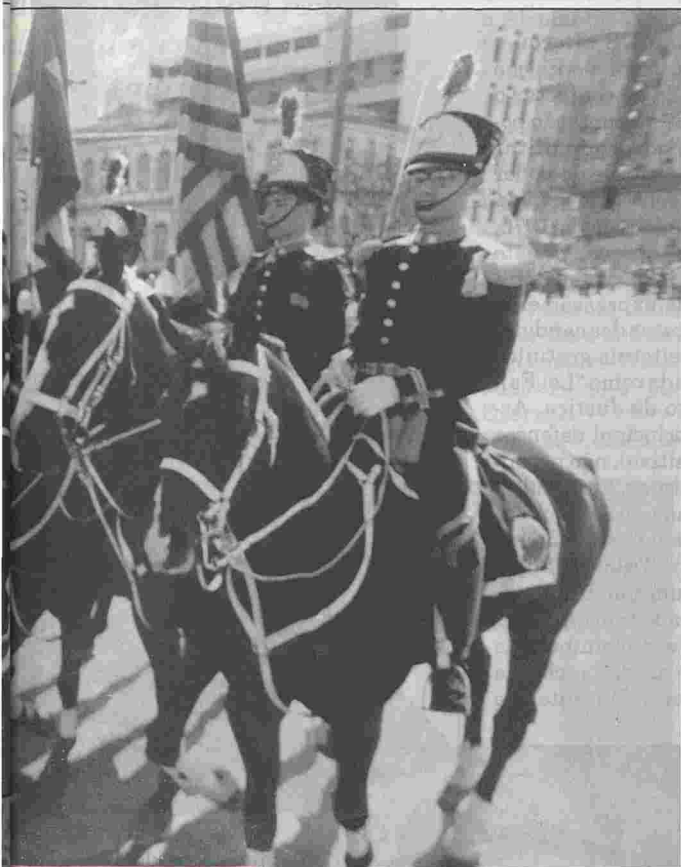
no, liderado por um presidente que definia democracia como "um mero processo técnico para a promoção da felicidade".

No governo Médici, o Legislativo teve sua atuação cerceada, colocando-se como um simples homologador das decisões do Executivo. O dispositivo do voto de liderança limitava a atuação dos parlamentares, obrigados a votar conforme a decisão do líder da bancada em projetos importantes para o governo, sob pena de perda de mandato e de inegibilidade. Apesar do fantasma da cassação, no final de 1971 um grupo de parlamentares do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) começa a articular um posicionamento parlamentar mais agressivo, constituindo o grupo dos "autênticos", onde se destacavam Francisco Pinto, Freitas Nobre e Lysâneas Maciel. Mas as esperanças de maior abertura política são adiadas em 1972, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 2, que elimina a eleição direta para governadores em 1974.

A repressão aos opositores também é incrementada nesta fase, marcando o apogeu dos movimentos armados, com seqüestros de diplomatas estrangeiros e assaltos a bancos, e o seu declínio, com as mortes de Carlos Marighella e Carlos Lamarca, e o desmantelamento da guerrilha do Araguaia, em janeiro de 1975. O sentimento de derrota dos movimentos armados ainda em liberdade começa a ficar claro em 72, segundo a historiadora Jessie Jane Vieira de Souza. "Mas para os que, como eu, estavam presos e que não tinham acesso a informações, a certeza da derrota foi mais tardia, em 75."



mudaram a face do país



regime militar reprimiu
os direitos fundamentais
de reunião e de
expressão de opiniões
por parte da
sociedade civil

O aparato repressor foi aprimorado no período do Médici, com a participação direta de milita-

res. Assassinatos e torturas eram empregados pelos órgãos de repressão. Até junho de 69, o combate à oposição armada ficou a cargo do Departamento de Ordem Pública e Social (Dops) e da polícia civil. Depois da tentativa de "reunir forças" com a Operação Bandeirantes (Oban), efetivos do Exército começaram a agir na repressão através dos Departamentos de Operações Internas (DOIs) e dos Centros de Operação de Defesa Interna (Codis). Também participavam os equivalentes na Marinha (Cenimar) e na Aeronáutica (Cisa).

O governo negava que torturasse seus opositores e muitos generais não admitem até hoje. Nota oficial divulgada em 9 de maio de 1970 afirmava que

havia "uma campanha difamatória montada (...) por aqueles que não se conformam com o desenvolvimento brasileiro. (...) Paradoxalmente (...) quanto mais acelera o país sua taxa de crescimento, aumentando exportações, (...) mais se acentua a atividade de denegrimen- to do governo (...) Não há tortura em nossas prisões".

Brasil Potência – O desempenho econômico do país era usado pelo governo Médici para angariar o apoio da população, que desconhecia a situação nos porões da ditadura. A economia brasileira registrou sucessivos aumentos do Produto Interno Bruto (PIB) no período: 9,5% em 1970; 11,3% em 71; 10,4% em 72; e 11,4% em 73.

O programa, comandado pelo ministro da Fazenda, Delfim Netto, baseava-se na expansão do mercado interno, modernização do sistema de crédito e numa nova política de exportação. Isso aliado ao fortalecimento do setor estatal nas áreas do petróleo, siderurgia e energia, que por demandarem altos investimentos não interessavam à iniciativa privada. O crescimento da indústria de bens duráveis de consumo permitiu a disseminação dos produtos eletrodomésticos, agradando à classe média. Mas os benefícios da expansão não foram percebidos pela maioria da população, que continuava sofrendo com a distribuição de renda injusta, que a política econômica de Delfim só fez aumentar. O próprio ministro argumentava que era "preciso fazer o bolo crescer para depois dividi-lo". Em 70, 1% da po-

pulação brasileira detinha 17,8% da renda nacional. Dez anos antes, a porcentagem era de 11,7%.

O potencial econômico e consumidor do Brasil fez com que os países ricos e os organismos multilaterais passassem a conceder empréstimos ao país, num momento em que havia excedente de dinheiro no mercado internacional. O volume de empréstimos, entre US\$ 25 e US\$ 30 bilhões no período Médici e início do governo Geisel, foi usado basicamente para a formação de reservas em moeda forte, segundo Theotônio dos Santos, professor de economia internacional da Universidade Federal Fluminense (UFF). Essas reservas serviriam de garantia para novos empréstimos. A consequência dessa prática foi o aumento da dívida externa, que em 1964 era de US\$ 3,2 bilhões e chegou a US\$ 120 bilhões no final da década de 80. Ao mesmo tempo, o governo incentivava a associação de grupos nacionais com empresas estrangeiras na exploração de minérios na Amazônia.

Grandes obras de infra-estrutura também caracterizaram os governos militares, particularmente a gestão Médici. Um dos ícones do período foi a rodovia Transamazônica, de 5 mil quilômetros, sangrando o coração da floresta. Segundo o então ministro dos Transportes, Mário Andreazza, a rodovia seria "a redenção da Pátria, o caminho para o futuro".

O governo pretendia, com a abertura da Transamazônica e de outras 17 estradas, inverter o fluxo migratório de nordestinos para o Sudeste do país. O Programa de Colonização Dirigida sonhava assentar um milhão de famílias nordestinas às margens da Transamazônica até 1980. O projeto foi desativado em 1974, com saldo de 5.717 famílias estabelecidas na área. A falta de apoio aos migrantes e o planejamento ineficiente fizeram com que a Transamazônica e o projeto de colonização na área se tornassem um dos maiores fracassos governamentais da história do país.

Crise do petróleo – O modelo de desenvolvimento do primeiro governo militar da década de 70, priorizando o uso do transporte rodoviário com a abertura de estradas, foi afetado pela

crise do petróleo em novembro de 73. As conseqüências foram o aumento dos custos das matérias-primas e da inflação, reduzindo as reservas brasileiras em moeda forte. Apesar das filas nas portas dos supermercados, o ministro Delfim Netto amenizava os efeitos da crise: "O petróleo subiu, mas subirão os preços dos produtos que estamos exportando." Porém isso não se concretizou e um dos resultados foi o déficit comercial de US\$ 4,7 bilhões em 1974.

Novo governo - A ascensão de Ernesto Geisel à presidência, em março de 74, representava a volta ao poder de integrantes do chamado grupo "castelista", que participaram do primeiro governo da era militar junto a Castelo Branco. Além do próprio Geisel, que ocupou o cargo de chefe do gabinete militar, faziam parte do grupo o chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), João Baptista Figueiredo, e o chefe do Gabinete Civil, Golbery do Couto e Silva. Golbery é o ideólogo do projeto de abertura política "lenta e gradual" que caracterizou o governo Geisel.

A abertura de Golbery, como a própria definição deixava clara, avançava a passos lentos, o que levou a avanços e retrocessos, com cassação de mandatos, repressão à livre apresentação de propostas políticas com a "Lei Falcão" e o fechamento do Congresso em 1º de abril de 1977, com o famoso "pacote de abril".

Eleições - Mesmo restringidas com a promulgação da Emenda Constitucional nº 2, alterando a Carta Magna outorgada pela Junta Militar em 1969 que previa escolha popular direta para os governos dos estados, as eleições de 1974 representaram o avanço da oposição ao regime militar. O MDB, valendo-se da propaganda eleitoral gratuita e sem restrições técnicas no rádio e TV, aumentou sua bancada de deputados na Câmara Federal, mesmo sem alcançar a maioria, e conseguiu vitórias significativas no Senado Federal.

No maior colégio eleitoral do país, um político praticamente desconhecido, o ex-prefeito de Campinas, Orestes Quércia, recebeu 4 milhões de votos para o Senado contra 1,6 milhão do ex-governador paulista Carvalho Pinto, da Aliança Renovadora Nacional (Arena), o partido do governo. O MDB elege também seus candidatos ao Senado em Mi-

nas Gerais (Itamar Franco), Rio Grande do Sul (Paulo Brossard) e Pernambuco (Marcos Freire).

A participação do MDB alterou o quadro político do país, com a oposição abrindo a possibilidade de contestar o regime nos órgãos de representação popular. Entretanto, o governo militar não admitia perder o controle do poder e decidiu se precaver contra novo insucesso nas eleições municipais de 1976. Em junho, o Congresso aprovou projeto de lei idealizado por Golbery, que limitava o livre direito de expressão e de apresentação de propostas dos candidatos nos programas eleitorais gratuitos de rádio e TV. Conhecida como "Lei Falcão" (o então ministro da Justiça, Armando Falcão, foi o principal defensor da aplicação do dispositivo), não permitia fala direta aos eleitores, limitando a propaganda a uma imagem fixa do candidato, à apresentação de seu nome e número de inscrição no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e um sumário curricular lido por um narrador em *off*.

Armando Falcão era o símbolo de que a livre expressão ainda precisaria de tempo para ser aceita. Durante sua gestão no Ministério da Justiça, assinou 12 cassações de mandatos parlamentares, cinco circulares proibindo manifestações públicas e reuniões estudantis, dezenas de portarias censurando obras artísticas e dezenas de enquadramentos de brasileiros na Lei de Segurança Nacional por crimes políticos. Foram legados do ministro a proibição de espetáculos do Balé Bolshói no país e a circulação de qualquer livro de origem soviética.

Pacote - Mas o golpe mais profundo do governo Geisel na oposição veio em 1º de abril de 1977, com a edição do "pacote de abril". Depois do MDB ter conseguido impedir a aprovação de um projeto de reforma do Judiciário defendido pelo governo, Geisel, em discurso na Vila Militar em 31 de março, nas co-

Garrastazu Médici



Instrumento de tortura



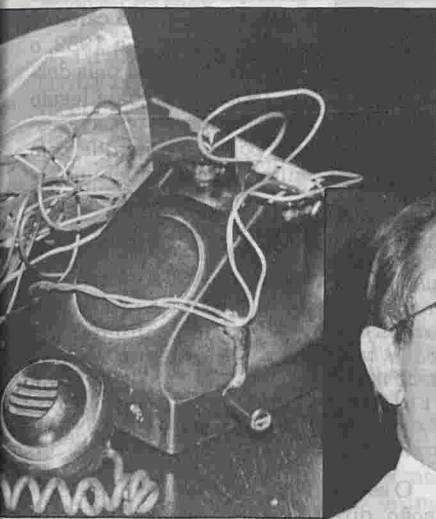
Ernesto Geisel

memorações do 13º aniversário do golpe de 64, falava da existência no país de uma "ditadura da minoria". No dia seguinte, o presidente anunciou o fechamento do Congresso e outras "reformas de natureza política": modificação do quorum para aprovação de reformas constitucionais, que passava a ser de maioria absoluta em

vez dos 2/3 anteriores, a manutenção das eleições indiretas para governadores e a criação dos "senadores biônicos", escolhidos indiretamente, representando 1/3 do Senado Federal, garantindo maioria folgada para o partido da situação.

Se em relação à política interna o governo não permitia ameaças ao seu domínio, na área externa a gestão Geisel foi marcada pelo posicionamento independente em relação aos Estados

Disseminada no governo Médici, a tortura foi abolida na gestão Geisel. O deputado federal Lysâneas Maciel aglutinou em 1974 votos de boa parte dos que contestavam a ditadura



Lysâneas Maciel

Carter, para que o país cancelasse ou alterasse o acordo nuclear firmado com a Alemanha Ocidental. A atitude também teria sido um revide às denúncias sobre violações de direitos humanos no Brasil feitas por membros do Congresso norte-americano.

Tortura —As violações dos direitos humanos continuaram a ocorrer no governo Geisel, ainda que menos do que no governo anterior. Mas dois fatos marcantes acabaram apressando o afastamento definitivo do Planalto da linha-dura militar. O primeiro, a morte do jornalista Wladimir Herzog em 25 de outubro de 1975 no DOI-Codi do II Exército, em São Paulo. Apresentado como suicídio, o assassinato despertou

a reação da sociedade, que se manifestou num ato ecumênico na Catedral da Sé (SP) em 31 de outubro, reunindo 8 mil pessoas. O ato foi celebrado pelo rabino Henry Sobel, o cardeal D. Paulo Evaristo Arns e o pastor presbiteriano Jaime Wright. Quatro meses depois, em 17 de janeiro de 1976, o II Exército anunciava a morte do metalúrgico Manoel Fiel Filho, no mesmo DOI-Codi, também por "suicídio". Doze horas depois de receber a informação, Geisel demitiu o comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Mello.

O afastamento definitivo de Geisel da chamada "linha-dura" ocorreu em outubro de 77, com a demissão do ministro do Exército Sylvio Frota, que articulava apoio para ser o sucessor do presidente. Revoltado, Frota divulgou uma lista de 95 comunistas "infiltrados no governo", dizendo que este era "moinho para combater a subversão".

A abertura de Geisel se completaria na virada para o ano de 79, quando o AI-5 deixava de vigorar, depois de dez anos e 18 dias. Os direitos políticos, *habeas-corpus*, Judiciário independente e Congresso sem o risco de fechamento voltavam a ter vigência ga-

rantida. Em 15 de março, Geisel transferia o cargo para o quinto e último presidente militar. Mas o restabelecimento da democracia só seria concluído em 89, com as tardias eleições diretas para a presidência.

Medo de endurecimento — O temor de um retrocesso com a ascensão ao poder de João Baptista Figueiredo existia, apesar das promessas de abertura. No discurso de posse, Figueiredo garantia que em seu governo seriam preservados "todos os direitos do homem e do cidadão, inscritos na Constituição". Em 27 de julho, o presidente remete para o Congresso Nacional o projeto de anistia, aprovado em agosto por uma margem apertada de votos (206 a 201). Apesar do inegável avanço, permitindo a volta de centenas de exilados e a libertação de dezenas de presos políticos, a 48ª anistia da história brasileira recebeu diversas críticas por "esquecer" as punições aos que torturaram e mataram seres humanos durante os anos de chumbo.

A anistia "ampla, geral e irrestrita" não era tão abrangente, porque não beneficiou 195 presos condenados pelos denominados "crimes de sangue", e nem tão irrestrita, porque não devolvia cargos e patentes perdidos durante governos militares.

Na verdade, a anistia foi um segundo tópico da abertura política, iniciada no começo de 1979, ainda na gestão de Geisel, com o abrandamento das penas da Lei de Segurança Nacional, que permitiu a libertação de dezenas de presos políticos. O passo final foi dado em novembro, com o indulto de Natal de Figueiredo, que praticamente esvaziou as celas de presos políticos.

Em relação ao Poder Legislativo, a fase inicial do governo Figueiredo contou com maioria no Senado e na Câmara. A primeira foi forjada com a possibilidade de indicação de 1/3 do Senado, os chamados "senadores biônicos", resultando num total de 42 senadores da Arena, contra 25 do MDB.

Na Câmara, outros instrumentos foram usados para garantir o predomínio da situação nas eleições de 78. "Todas as armas foram usadas para a vitória da Arena: o suborno, a intimidação, a desinformação, a fraude", segundo o general Hugo de Abreu, homem de confiança de Geisel, na época já rompido

Unidos. O marco inicial foi o reatamento das relações diplomáticas com a China, em agosto de 1974.

Também com o objetivo de ampliar o mercado para os produtos brasileiros, o governo incrementou o comércio com os países comunistas do Leste europeu.

Outra mudança significativa foi o posicionamento em relação à África. O Brasil, até então alinhado com Portugal e África do Sul, foi a primeira nação ocidental a reconhecer, em 1975, a independência de Angola, através de seu primeiro presidente Agostinho Neto. Com os reflexos da crise do petróleo ainda bem vivos, o país alterou o apoio irrestrito a Israel nos fóruns internacionais e permitiu a instalação de um escritório da Organização para a Libertação da Palestina em Brasília.

Em 7 de março de 1977, o Brasil rompeu o acordo militar assinado com os Estados Unidos em 1952. A cúpula militar respondia assim às pressões do presidente norte-americano, Jimmy

com o presidente. Por outro lado, o presidente da Câmara Federal, Marco Maciel, classificava a vitória arenista de "clara, límpida e imaculada". O resultado final foi a maioria da situação com 231 deputados, contra 189 da oposição. Dos parlamentares eleitos pelo MDB, 60 eram ligados à ala esquerda do partido. Nas eleições para as Assembleias Legislativas, o partido da oposição obteve maioria no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Eleição de 82 - Adiada em 1974 e 78, a possibilidade de eleger diretamente os governadores de estado em 82, depois de 18 anos, marcou a consolidação definitiva da oposição ao regime militar, que seria encerrado oficialmente com a posse de José Sarney na presidência em 85. O pleito de 82 foi o primeiro sem bipartidarismo, com participação de cinco partidos: Partido Democrático Social (PDS), que reunia os ex-arenistas; Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB); Partido Democrático Trabalhista (PDT); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); e Partido dos Trabalhadores (PT).

Mesmo aprovando regras que visavam a prejudicar o desempenho da oposição, como o voto vinculado e a proibição de coligações, o governo teve que aceitar vitórias dos opositoristas Leonel Brizola (PDT), Franco Montoro (PMDB) e do próprio Tancredo Neves (PMDB) aos governos do Rio, São Paulo e Minas. O PDS, nova denominação da Arena, venceu em 12 estados, sendo a vitória de maior peso eleitoral a de Jair Soares no Rio Grande do Sul, derrotando Pedro Simon (PMDB). O partido do governo manteve a maioria no Congresso.

Recessão - A abertura democrática praticada no governo Figueiredo não foi acompanhada da melhoria da situação econômica do país, criando enorme frustração nos brasileiros. O programa de governo do presidente estava assen-



Em 86, os brasileiros se mobilizaram o congelamento. Depois das eleições, os preços subiram, contribuindo para o fracasso do Plano Cruzado

tado na descentralização, redução da taxa de inflação e prioridade à agricultura. Mas na prática houve explosão da inflação e reajustes de salário abaixo dos índices de custo de vida, agravando a já injusta distribuição de renda.

A condução da política econômica ficou novamente a cargo de Delfim Netto, que em agosto de 1979 assumiu o lugar de Mário Henrique Simonsen no Planejamento. Delfim rejeitou inicialmente a política ortodoxa defendida por Simonsen, mas depois acabou admitindo medidas que levassem o país à recessão, pressionado pelo déficit comercial e pelos banqueiros, que temiam fazer novos empréstimos para o país.

Para evitar a explosão social, num momento em que já se acentuavam as reivindicações salariais e as críticas à política econômica, com as greves no ABC e o crescimento do Movimento contra a Carestia em várias capitais, Delfim Netto criou uma nova política salarial, baseada em reajustes semestrais, que não conseguiam acompanhar o avanço inflacionário. As cadernetas de poupança em 1980 só foram corrigidas em pouco mais da metade do índice inflacionário.

A recessão teve como um dos principais reflexos o aumento do desemprego.

No final de 1980, mais de 30 mil metalúrgicos e 11 mil engenheiros estavam fora do mercado de trabalho em São Paulo. O déficit da balança comercial ficou próximo de US\$ 3 bilhões e a inflação de 1980, prevista pelo governo em 45%, chegou aos três dígitos (110%), para explodir de vez em 1983, alcançando os 200%. Nesse mesmo ano, o PIB caiu 5% em comparação a 1982, o pior resultado do país desde 1908. Ao lado da legião de desempregados, a recessão podia ser sentida pelo aumento do número de falências e concordatas e pelos saques a supermercados.

A decepção da população se tornou mais profunda com a derrota da emenda constitucional que previa a eleição direta para presidente em 85.

O sonho de voltar a eleger o chefe da nação, direito negado desde 1960, provocou a maior mobilização cívica da história do país, com manifestações que reuniram milhões de pessoas em vários estados brasileiros. Mas a oposição do governo federal acabou abortando o anseio popular no Congresso, que rejeitou em abril de 1984 a emenda conhecida pelo nome de seu autor, o deputado Dante de Oliveira, que previa diretas para presidente em 1985.

Mesmo derrotado no Congresso, o PMDB, liderado por Ulysses Guimarães, articulou com os descontentes do PDS (que não aceitavam apoiar o candidato da situação, Paulo Maluf) uma chapa de oposição, encabeçada por Tancredo Neves. José Sarney, até então presidente do PDS, ficou com a vaga de vice-presidente. Respalado pela aliança PMDB-PFL, este último formado pelos dissidentes do PDS, Tancredo Neves derrotou com facilidade Maluf no Colégio Eleitoral em janeiro de 1985, colocando fim à sucessão de presidentes militares.

Mas a população brasileira, que via em Tancredo uma esperança, teve que

suportar mais uma imensa decepção. A internação de Tancredo na noite da véspera da posse e a longa agonia do presidente até o anúncio oficial da morte em 21 de abril, dia de Tiradentes, representaram uma das maiores comoções ocorridas no Brasil, comparável à provocada pela morte de John Kennedy na população dos Estados Unidos. A política de troca de favores e de tolerância com a corrupção, que a população esperava que fosse debelada, acabaria sendo institucionalizada no governo Sarney.

Cruzado – O primeiro presidente civil depois de 25 anos de regime militar recebeu como herança uma dívida externa superior a US\$ 100 bilhões, e a equipe econômica, comandada a partir de setembro por Dílson Funaro, lutava contra um déficit de US\$ 7,5 bilhões nos orçamentos fiscal, de custeio das estatais, da Previdência Social e para financiamento agrícola.

A cartada para controlar a inflação, que vinha batendo recordes mensais sucessivos, foi lançada em 28 de fevereiro de 86, quando o país amanheceu com feriado bancário, preços, salários e taxa de câmbio congelados, extinção da correção monetária e com uma nova moeda: o cruzado. As reações foram imediatas. De um lado, Delfim Netto dizia que “por muito menos, botamos o João Goulart para correr”. Funaro, por sua vez, alegava que os brasileiros iriam viver “em outro mundo” a partir daquele dia.

O plano provocou imediatamente uma perda salarial que variou entre 5 e 45%, conforme a categoria, enquanto o congelamento de preços foi feito pela cotação máxima do dia da divulgação do plano. Problemas não tardaram a surgir, como o desabastecimento de produtos essenciais, exigindo alterações no plano. A vitória eleitoral esmagadora do PMDB em 15 de novembro de 1986 – que deixou de eleger apenas um governador, o de Sergipe, ligado ao PFL – foi causada diretamente pela influência do plano econômico no eleitorado. Seis dias depois da votação, no entanto, alterações drásticas foram introduzidas no Plano Cruzado, como o aumento dos preços de vários produtos e serviços. Esse “estelionato eleitoral”, como foi qualificado pela oposição, fez com que o governo Sarney perdesse completamente

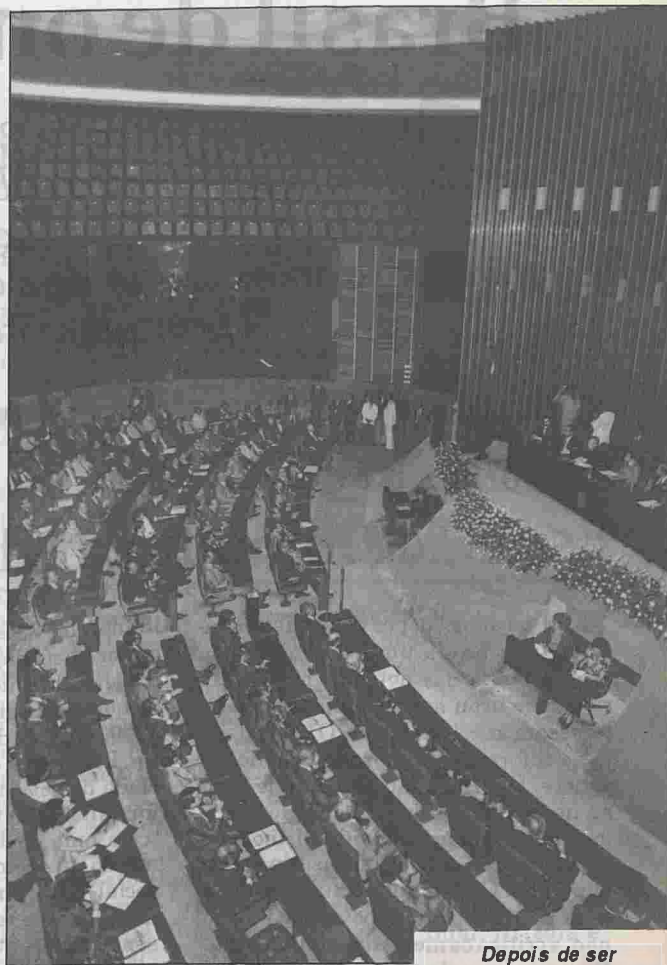
a credibilidade perante a população.

Carta cidadã – No governo Sarney, entrou em vigor a nova Constituição brasileira, promulgada em 1988, em substituição à de 1969, imposta pelos militares. A nova Carta trouxe avanços, como a proibição de prisão sem flagrante, a jornada de oito horas diárias, o acréscimo de um terço nos salários no pagamento de férias, o voto aos 16 anos e a descentralização administrativa e orçamentária.

Oportunidade desperdiçada – Com a promulgação da nova Constituição, para a redemocratização ficar completa faltava apenas a eleição direta para o cargo máximo da nação. Na campanha eleitoral de 1989, Fernando Collor, o candidato dos grandes interesses econômicos, derrotou Lula no segundo turno, se tornando o primeiro presidente brasileiro eleito pelo povo desde Jânio Quadros, em 1960.

A eleição de um ex-membro da Arena e do PDS começou a se tornar uma decepção já no dia seguinte à posse. O novo governo confiscou, em 16 de março de 1990, 66% do dinheiro circulante no país, bloqueando por 18 meses cadernetas de poupança e contas correntes de 60 milhões de brasileiros. Mas apesar dos sacrifícios da população, em poucos meses o país voltou a conviver com a inflação, alimentada por uma política econômica concentradora de renda.

Depois de esperar quase três décadas para eleger o presidente da República, a população assistiu em 1992 ao afastamento de Fernando Collor da presidência por corrupção. Pressionado pela mobilização popular, o Congresso aprovou em 29 de setembro por 441 vo-



Depois de ser cerceado no governo Médici, o Congresso concluiu seu processo de desatrelamento do Executivo com a Constituição de 88

tos a favor, 38 contra e uma abstenção, a permissão para o julgamento do presidente pelo Senado. Vendo sua situação perdida, Collor renunciou em 29 de dezembro de 1992, pouco antes que o plenário do Senado Federal iniciasse seu julgamento. Por 76 votos a três, o plenário declarou Collor culpado por crime de responsabilidade, impedindo o ex-presidente de ocupar cargos públicos ou eletivos por oito anos. No lugar do presidente afastado, assumiu o vice Itamar Franco.

Apesar dos sobressaltos, o Brasil chega às eleições de 1994 com a democracia consolidada. Mas, se no terreno político a democracia está garantida, nas áreas econômica, social e de acesso à informação o país ainda apresenta desigualdades imensas, que se espera que o próximo governo possa reduzir. ■

Brasil de ontem e de hoje

As mudanças dos últimos 20 anos não se esgotam no plano político nem econômico. Abrangem outros aspectos, como cultura, com portamento, relações homem-mulher e interétnicas. Aqui, abordamos algumas delas sob a ótica de observadores e protagonistas privilegiados

Patrícia Costa

COMUNICAÇÃO

Espetáculo no lugar da informação

“**N**os anos 70, por causa da censura, havia uma sede de ir em busca das notícias. Hoje, a curiosidade ficou amesquinhada; não interessam as coisas sérias. O velho desejo de informar é superado pelo de ser vedete. O jornalismo não atende mais às necessidades de informação. Arrogância, preguiça e individualismo marcam a imprensa hoje, mas isso pode ser superado. O nível intelectual do jornalista ainda é bom. O povo não é bobó, não, e critica os meios de comunicação.” Eis o resumo do pensamento de Ana Arruda, jornalista há mais de 20 anos e professora da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Ana lembra que, antigamente, existia grande vontade de furar a censura, “mas havia também muita acomodação. A indústria da informação serviu ao regime militar perfeitamente”.

Hoje, todavia, não há matéria que não tenha maldade ou escândalo, reflexo de um fenômeno que chama de “pós-modernidade caricatural”. Só interessa o pitoresco, o chocante: só se fala em Ruan-da porque lá está morrendo muita gente, mas o conflito é bem antigo. Para ela, o jornalismo não está mais atendendo às necessidades de informação, mesmo com a liberdade de imprensa reconquistada a partir de 1976: “O texto, antes coletivo, hoje é autoral. Só os chargistas estão usando bem a liberalização.”

José Augusto Ribeiro concorda com Ana Arruda, embora com outra linha de pensamento. Formado em Direito, traba-

lhando há 38 anos em jornalismo, foi editor-chefe do jornal *O Globo* por quase dez anos, durante a ditadura. Entrou para a equipe da Editora Terceiro Mundo em 1990, e hoje é editor da *Revista do Mercosul*. Ele afirma que, com a abertura iniciada no governo Geisel, a maioria dos jornalistas estava mais preocupada “com uma abstração chamada cidadania do que com a aspiração da justiça social. Estavam despreparados para lidar com uma realidade que lhes estava sendo apresentada”.

A grande responsável por esse quadro teria sido a lei assinada por Jânio Quadros, em 1961 (e regulamentada em 1969), que tornava obrigatório o diploma de jornalismo: “Acabou aí a chance de pessoas mais pobres exercerem o jornalismo. Por isso, hoje, o jornalista reflete muito a visão das classes dominantes.”

José Augusto diz que a grande qualidade de **cadernos do terceiro mundo** é ser independente de interesses empresariais: “O próprio título da revista é um atrevimento, porque a classe dominante e elitista tem horror do Terceiro Mundo.”

Ana Arruda, por sua vez, vê em **cadernos** uma “tentativa heróica de publicar informações que não interessam, porque o Terceiro Mundo não interessa”. E exemplifica: “Passei um tempão querendo saber o que era o Sendero Luminoso, pois o que lia nos jornais me fazia pensar que eram um bando de malucos. Aí Beatriz Bissio foi ao Peru e fez uma longa reportagem. Só então fiquei sabendo o que era o Sendero Lu-

minoso, mesmo.”

Ana lembra que, há duas décadas, o poder da imprensa era muito maior sobre a opinião pública: “O Lacerda derrubou sozinho o Getúlio usando apenas a *Tribuna da Imprensa*.”

Hoje, isso não ocorre mais. Denúncias de corrupção são feitas mas nada acontece.” A TV também não tem todo o poder e impacto de que se fala: “Ela influi sobre o comportamento das pessoas, mas não sobre as decisões do país. As pessoas não engolem mais qualquer coisa, aprenderam a criticar os meios de comunicação.” O rádio – o meio mais eficaz de informação – acabou servindo hoje como mais um instrumento de lazer.

A jornalista cita ainda uma assustadora estatística: num país de 150 milhões de habitantes, a tiragem de todos os jornais juntos não passa de quatro milhões, com grande concentração o no Sudeste: “Isso minimizou a informação local. Hoje temos uma crise de superficialidade, mas que pode ser superada; o país tem de ficar sério e crescer. O nível intelectual do jornalista ainda é bom. Cabe a ele iniciar este processo”, finaliza. ■



Foto: A.C.

CULTURA

Escuridão e renascimento

“O ano de 1974 marca o início da abertura. O regime militar já pensava numa política nacional de cultura, mas esbarrou com a desconfiança de intelectuais e artistas esmagados pela repressão. Com a criação da Funarte, a produção cultural voltou, bem devagar. Durante todo o regime, houve grande resistência cultural, com o crescimento da imprensa alternativa. Em 1983, avançou-se na institucionalização da cultura com a fundação do Fórum Nacional de Secretários da Cultura. A regressão veio com Fernando Collor, que conseguiu destruir quase tudo o que havia sido construído e reconstruído na cultura.”

Palavras de Arthur Poerner, escritor, jornalista, advogado e presidente da Fundação Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro desde 1991. Ficou exilado na Alemanha de 1970 a 1984, período no qual foi colaborador de *O Pasquim*, do Rio de Janeiro.

Poerner lembra os anos 70 como a década do lento e difícil renascimento da cultura, destruída pelo AI-5 em 68, que gerou anos de escuridão e medo.

Para ele, o regime militar começou a enfraquecer com a vitória relativa da oposição democrática, representada pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), nas eleições de 74. Logo depois, veio a criação da Fundação Nacional de Arte (Funarte); o AI-5 caiu em fins de 78 e, em 79, chegou a anistia. Artistas e intelectuais começaram a acreditar nas mudanças.

Ele lembra que o humor foi o maior foco de resistência cultural: “*O Pasquim* era o melhor exemplo. As charges do Jaguar diziam tudo o que a imprensa não podia escrever.” Apesar do AI-5 e da repressão, Poerner crê que “as mudanças ocorridas na área cultural no Brasil foram todas positivas após o declínio da censura”.

No entanto, tudo isso foi destruído em 1990 por Fernando Collor. “De uma penada, ele desmantelou toda a estrutura que se havia conseguido organizar, inclusive acabando com o Ministério da Cultura e a Lei Sarney. Deu fim à indústria cinematográfica nacional, tudo com base na concepção de seu secretário de Cultura, Ipojuca Pontes, segundo a qual

cultura boa é a que dá lucro”, afirma Poerner. Esta fase só acabou com a posse de Itamar Franco, que trouxe de volta o Ministério da Cultura. Arthur Poerner considera que cultura é parte fundamental de uma política de desenvolvimento: “A indústria cultural vai ser a quinta no faturamento mundial do século XXI”, garante.

O escritor tem boas lembranças de cadernos do terceiro mundo: “Me lembro da revista em Portugal, abrindo espaço para reuniões de brasileiros que lutavam pela anistia no Brasil. Ela cobria esses encontros que reuniam artistas, políticos e intelectuais como Augusto Boal, Brizola e outros.”



Foto: A. C. Junior

PARTICIPAÇÃO POPULAR

A nova política da cidadania

“Este foi o pior período da América Latina. O Brasil acompanhava essa tendência: controle rígido da mídia e desenvolvimento econômico selvagem. Mas o país era maior do que a ditadura. A crise dos militares começou a partir de 1975 e o movimento democrático avançou. As atuais eleições representam um mosaico de todas estas lutas. A gente descobre que a cidadania se constrói nas cidades. Essa é a nova política.” Eis a síntese do depoimento do sociólogo Herbert de Souza, Betinho, que, em 1974, estava no exílio, no Canadá. Betinho acompanhava os fatos no Brasil através da imprensa internacional e de recortes de jornal que seu irmão Henfil lhe mandava sema-

nalmente. Lembra que a única coisa que o desesperava no Canadá era a greve nos correios: “Era como se cortassem um balão de oxigênio de alguém que precisasse dele.”

Para Betinho, o período Médici/Geisel foi marcado por um nacionalismo de direita, sem espaço para a mudança: “Havia uma resistência à ditadura no exterior, denúncia dos crimes cometidos pelos organismos de segurança que faziam o que bem entendiam no país. O movimento de oposição – por mais banal que fosse – se tornava um risco de vida. Era preciso ter muita fé, o quadro era aparentemente inamovível.”

A anistia, vinda em setembro de 1979, pegou Betinho de surpresa. “Em

outubro, vim correndo para acreditar. Voltei para o México, onde vivia desde 77 e, em dezembro, estava de mala e cuia em São Paulo, na casa do Henfil.”

O Brasil teve grande influência para a crise das ditaduras, que se alastrou por todo o continente. “Foi aqui que a onda democrática se iniciou e ainda está em desenvolvimento. O quadro da América Latina é hoje muito mais

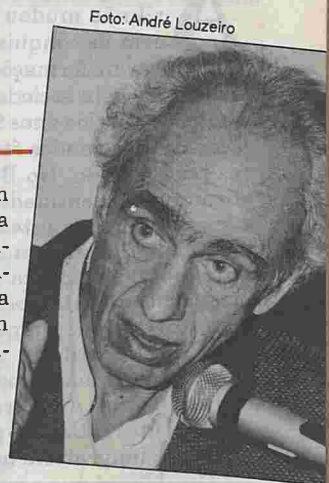


Foto: André Louzeiro

Brasil de ontem e de hoje

promissor, mesmo que muita coisa ainda deva ser feita. Estamos no rumo certo”, acredita Betinho, pois “a solução militar se desmoralizou sob todos os aspectos, e a consciência de cidadania na América Latina cresceu, reflexo de um fenômeno mundial”.

Quando João Figueiredo terminou seu governo, foi o esgotamento da ditadura. “Mas ela foi vencida pela cultura e pela própria realidade. Ninguém pode estabelecer uma censura total, num país com essa variedade cultural e social”, diz.

Apesar de todos os problemas, da fome e da miséria, Betinho acredita que o rumo da política é a democracia. “Nesse caminho as coisas mudam”, diz, e lembra as próximas eleições de outubro, na qual quase todos os candidatos discutem democraticamente. Nesse sentido, ele é otimista, “pois o que constrói o futuro é a democracia; não só o fato de se fazer eleições a cada quatro anos, mas uma democracia econômica, social e cultural, na qual se produz a igualdade, a participação, se acata adi-

versidade de opiniões e valores”.

A expectativa agora é a cidadania. Descobre-se que existem papéis específicos para o Estado, mas que há também iniciativas específicas da cidadania soberana. E cita como exemplo o apoio à Ação da Cidadania Contra a Miséria, a Fome e Pela Vida, produzida e organizada pela sociedade. Segundo o Ibope, em dezembro de 1993, 93% da população a apoiavam. Em julho deste ano, 90% ainda a acham necessária.

Sobre **cadernos do terceiro mundo**, que conheceu no México, durante o exílio, o sociólogo tem muitas e boas recordações. Considera a revista parte da resistência, com uma preocupação internacionalista, voltada para o mundo dos excluídos e dominados: “Cada número era um parto, sempre com problemas financeiros e uma equipe de abnegados santos. Era feita na base da militância, uma forma de colaborar para que o Brasil e o mundo mudassem. Quando veio a anistia, **cadernos** se instalou no país e se inscreveu

nesse movimento de transformação nacional.” Betinho diz que a revista demonstra a capacidade de resistência das idéias: “Tem gente que tem muito dinheiro e não consegue se sustentar. Mas a revista sempre teve uma proposta que a faz sobreviver.” Ressalta ainda a qualidade de se sintonizar com as mudanças do mundo, “em alguns momentos até, quem sabe, se antecipando a essas transformações”.

Segundo ele, **cadernos do terceiro mundo** é hoje a única revista que vai às bancas com “total autonomia”: “As outras são publicações que refletem muito o mercado. Existem as revistas das organizações não-governamentais (ONGs), mas têm um universo restrito.”

O sociólogo acredita ainda que o Brasil tem tudo para terminar o século dando uma virada. “Mas isso só será possível se formos capazes de pensar a humanidade como o centro do desenvolvimento, e ter a erradicação da miséria como o objetivo essencial.”

MINORIAS

As lutas de sempre

“**A** situação das minorias do Brasil não mudou muito, mesmo com as conquistas da Constituinte. As transformações foram provocadas mais pela sociedade civil do que pelo governo. Nos anos 90, há a proliferação de identidades étnicas e folclóricas pelo mundo. No Brasil, tenta-se afirmar uma identidade afro-brasileira e grupos de migrantes resgatam sua identidade.” Eis o resumo do que diz a antropóloga Giralda Seyferth, com mestrado em Antropologia pela UFRJ e doutorado em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo (USP), que trabalha no Museu Nacional do Rio de Janeiro desde 1970, atualmente realizando pesquisas sobre a política imigratória no país.

Giralda crê que o preconceito racial no Brasil ainda é muito forte e velado. Para ela, se houve uma alteração foi no sentido de a população civil ter tomado conhecimento de alguns temas delicados como a questão indígena. “Várias reservas indígenas foram demarcadas

nestes últimos anos mais em função da mobilização das ONGs e da Igreja. Foi uma conquista da abertura democrática”, analisa.

O professor José Flávio Pessoa de Barros, coordenador do Instituto Pro-Afro, do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pensa diferente: “Nos últimos 20 anos, ocorreram avanços significativos para o movimento negro no país, principalmente na política. Em 1974, nenhum partido político discutia a questão negra enquanto cultura e participação social. Hoje, quase todos eles lidam com essa questão, sem falar no crescente número de políticos que assumem sua condição de negros, ganham espaço e discutem abertamente o problema do preconceito.” Para ele, organização popular sempre existiu no Brasil: “Os quilombos foram uma mobilização civil, assim como as greves dos anos 30. A organização foi sendo aprimorada com o tempo, de uma forma ou outra.”

A antropóloga Giralda Seyferth destaca outra mudança: nos anos 30/40, havia no mundo uma “ideologia da assimilação”: a humanidade se uniria, desaparecendo as diferenças étnicas e culturais. No Brasil, esse fenômeno se manifestou através do nacionalismo de Gilberto Freyre. Há hoje, em contrapartida, uma proliferação de identidades étnicas e folclóricas pelo mundo: “No Brasil, há uma tentativa de afirmação da identidade afro-brasileira; os grupos de imigrantes estão resgatando suas origens etc. Mas as diferenças são unidas pela ideologia do “ser brasileiro”; elas são mais culturais”, conclui ela.

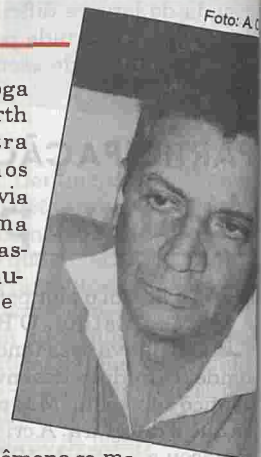


Foto: A.C.

Editora Terceiro Mundo Ltda.

MULHER

A nova identidade

Foto: André Louzeiro



Esses 20 anos marcam o ressurgimento do movimento de mulheres, nova onda feminista nos Estados Unidos e na Europa, que proliferou no Brasil, com várias conquistas. Hoje, as reivindicações são basicamente as mesmas, mas estamos tentando colocar a relação homem/mulher em novos patamares. Numa convivência harmônica e sem conflitos."

Esta é a tônica do depoimento da socióloga Moema Toscano, do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro (Cedim/RJ).

Moema afirma que a onda feminista dos anos 70 foi resultado de transformações geradas pelo período do pós-guerra. Foi criado, no Brasil, em 1975, o Centro da Mulher Brasileira, a partir do I Congresso de Mulheres no México, no mesmo ano. "Na época, a luta era pela igualdade no trabalho. A mulher não era contemplada pela legislação, principalmente as trabalhadoras rurais, as empregadas domésticas e as autônomas." Outras batalhas eram a violência doméstica contra a mulher e a discussão sobre a sexualidade feminina. O início das conquistas no Brasil foi o voto feminino, em 1934, e a anulação, em 1962, da legislação que disciplinava

a situação e o comportamento da mulher casada, e chegava a penalizar a mulher que se separava.

A partir daí, o movimento proliferou. "Surgiram a imprensa feminina e os grupos de estudo em universidades. A imprensa teve papel importante na propagação dessa discussão", destaca a feminista. Moema crê que a maioria das mulheres hoje politicamente ativas são herdeiras das conquistas do movimento feminista.

Nos anos 80, veio a criação dos primeiros Conselhos dos Direitos da Mulher e Delegacias da Mulher. A assinatura da Convenção pela Eliminação dos Preconceitos contra a Mulher, ocorrida na ONU neste período, forçou o governo brasileiro a se comprometer: "Surgiu a necessidade de um projeto específico para a saúde da mulher, para o câncer de mama, o aleitamento materno, o pré-natal etc. Veio ainda a possibilidade de aumentar a representatividade da mulher na política."

Mas ainda há muito o que fazer neste campo. Moema afirma que os direitos reprodutivos, por exemplo, adquiriram autonomia (enquanto tema isolado) somente no Fórum Global da Conferência das Nações Unidas sobre Meio

Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), através do Planeta Fêmea.

Ela ressalta que nem tudo foram flores. As conquistas tiveram algumas consequências negativas em nível pessoal: "A mulher que trabalha fora hoje faz dupla jornada; além disso, não pode acompanhar o crescimento de seu filho de perto. E há mais separações, porque a mulher, ao lutar por seu espaço, amplia seus horizontes e, na maioria das vezes, o homem não está preparado para ceder."

Hoje tenta-se rever a relação homem/mulher: "Antes, este relacionamento era conflitante, basicamente unilateral. Hoje, busca-se nova linguagem que torne possível a convivência mais harmônica." E um crescimento constante, onde tanto a mulher como o homem devem fazer sacrifícios, acordos e concessões. "Não é um caminho fácil, mas a gente chega lá", completa ela. ■

COMPORTAMENTO

Reforço do individualismo

Nos anos 70, a censura e os reflexos da não-concretização dos sonhos idealizados na década de 60 fizeram com que as pessoas se voltassem para o seu próprio íntimo, procurando a satisfação individual. No Brasil, isso foi se acentuando, com a desilusão, causada pelo restabelecimento da democracia no campo político não ter sido acompanhado pela democracia social e econômica, e sim do aumento da corrupção e da manutenção dos privilégios. Esse desencanto já se transformou em cinismo." A afirmação é do psicanalista Jurandir Freire Costa.

Professor do Mestrado e Doutorado em Saúde Coletiva na Uerj, Jurandir

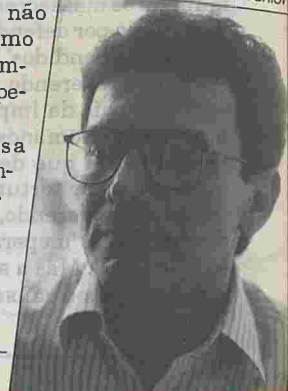
acredita que o apogeu de cultura darazão cínica ocorreu no final da década de 80, com o total descrédito da população em relação ao cumprimento da lei. "Tanto que a retomada da ética vem sendo debatida com frequência nos últimos anos, devido ao estágio de desestruturação social alcançado no país."

Esse sentimento de individualidade extrema, de cada um por si, já estaria alterando a divisão social no país. A separação que, ainda na década de 70, poderia ser chamada de divisão de classes, para Jurandir hoje está se transformando em divisão em "castas". No primeiro tipo, os membros da classe superior reconhecem no representante da

classe inferior "alguém como ele, com integridade física e moral, que faz parte do conjunto". Na divisão por castas, "os marginalizados cada vez mais se afastam do centro da sociedade e passam a não ser encarados como sujeitos pelos membros da classe superior e vice-versa."

A partir dessa oposição mútua entre os extratos sociais, o direito à vida começa a ser desrespeitado. "O delin-

Foto: A. C. Junior



quente mata por não reconhecer o direito à vida ao outro, enquanto o lado oposto pede pena de morte para os infratores, não os reconhecendo como semelhantes.”

Esse predomínio da individualidade acabou provocando mudanças no comportamento afetivo. Nos anos 70, ainda ocorria a hegemonia dos modelos tradicionais de ligação amorosa, com o “código dominante” baseado em quatro itens: a crença no ideal do amor romântico, a existência do núcleo familiar, o vínculo com uma única pessoa e a relação homem/mulher.

“A descoberta do parceiro ideal para formar a família atendia a uma

satisfação pessoal nessa época, mas ao mesmo tempo era um modo de atender às exigências da sociedade, como a reprodução da espécie, da cultura e a formação do futuro cidadão.”

A predominância do individualismo, a descrença no futuro da sociedade e o reforço do consumismo fizeram com que as relações comessem a mudar. Uma das mudanças primordiais foi o fato da sexualidade ficar desvinculada dos ideais tradicionais de compromisso moral com o restante da sociedade (fidelidade, reprodução da família). “O que importa hoje em dia é a satisfação pessoal”, diz Jurandir.

Práticas antes taxadas como con-

trárias ao instinto natural de reprodução, como o homossexualismo, hoje continuam sendo reprovadas, mas por outra razão: são encaradas como um reflexo de incompetência e inferioridade por a pessoa não ter conseguido seguir a “normalidade”.

Com essa transformação, as relações afetivas passaram a ser mais frágeis, já que no momento em que a pessoa acredita que o seu parceiro está lhe tolhendo a liberdade, o relacionamento é rompido. “O ideal é que o outro não perceba que eu dependo dele afetivamente”, afirma, o que garante a independência emocional do indivíduo. (Marcelo Monteiro)

DIREITOS HUMANOS

Tortura sobrevive no país

“Vinte anos depois do auge da repressão militar, a tortura continua sendo a mais corriqueira violação dos direitos humanos. Um caso de tortura está sendo praticado agora mesmo na delegacia mais próxima do leitor.” A constatação é do pastor presbiteriano Jaime Wright, que coordenou o projeto Brasil: Nunca Mais, que resultou no livro homônimo que conta a trágica história de torturados durante o regime militar e revela os nomes dos algozes.

Jaime Wright percebe, no entanto, uma diferença fundamental entre a violação dos direitos humanos no período 68/75 e hoje. No primeiro período, a sociedade apoiava os grupos que denunciavam a tortura porque boa parte dos que sofriam eram membros da classe média. Hoje, a indiferença é maior porque “são os pobres, na maioria negros”, os torturados. “E a Igreja, ao denunciar a tortura sofrida pelo ‘preso comum’ ou os massacres de detentos, é vilipendiada por defender ‘os direitos humanos dos bandidos’”, afirma.

Para o reverendo, o Brasil continua sendo “o país da impunidade” quanto aos direitos humanos, devido à inexistência de lei que defina penas para quem praticar tortura. Essa omissão, segundo o reverendo, deve ser atribuída em parte à “inoperância do Congresso Nacional”. Mas a ausência de dispositivos legais é causada também pela

falta de “vontade política do Poder Executivo”, segundo ele.

Em janeiro deste ano, o presidente Itamar Franco anunciou o envio ao Congresso de projeto de lei propondo regulamentação do crime de tortura. Em 28 de março, o então ministro da Justiça, Mauricio Corrêa, divulgou um pacote antiviolação, onde não constava a definição de tal crime. Wright analisa: “A intervenção militar contribuiu também para a não-regulamentação do crime de tortura e, conseqüentemente, pela não-apuração dos casos de mortos e desaparecidos durante a ditadura.”

A lei da anistia aprovada em 1979 pelo Congresso Nacional também ajudou a manter impunes os que torturaram. Jaime Wright cita como agravante da impunidade a nomeação de “torturadores para cargos públicos”.

A apuração de violações atuais e a punição dos responsáveis continuará difícil, caso não se limite a ação dos tribunais militares, para Wright: “Nos crimes contra o cidadão civil, o julgamento dos tribunais militares tem se revelado complacente com crimes hediondos, a violência desregrada e com a arbitrariedade.”

A participação de entidades, especialmente estrangeiras, denunciando violações aos direitos humanos, segundo Jaime Wright, pode provocar ações reparadoras por parte das autoridades, para manter a imagem externa do go-

verno. Ele cita denúncias do Conselho Mundial de Igrejas em 1974 a partir de Genebra (Suíça) sobre “as barbáries” que estavam sendo cometidas no Brasil e os relatórios atuais produzidos por entidades como a Americas Watch sobre morte de meninos de rua e de presos.

O reverendo acha que o cidadão “cujos brios estão feridos pelo escândalo da impunidade” deve denunciar casos de tortura em delegacias e nomeação de torturador para cargo público; exigir dos candidatos às eleições de 1994 o compromisso de não indicar para cargos de confiança implicados em tortura e afastá-los do serviço público; pressionar o Congresso Nacional para aprovar a regulamentação do artigo 5º da Constituição, parágrafos 3 e 43, que proíbe a tortura e a torna crime inafiançável, e para que os parlamentares aproveitem projeto de lei que transfere para a Justiça comum todos os crimes cometidos por militares. (Marcelo Monteiro)

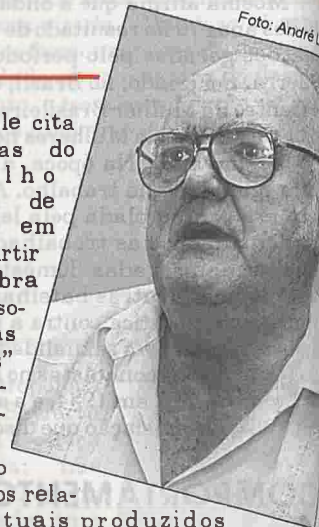
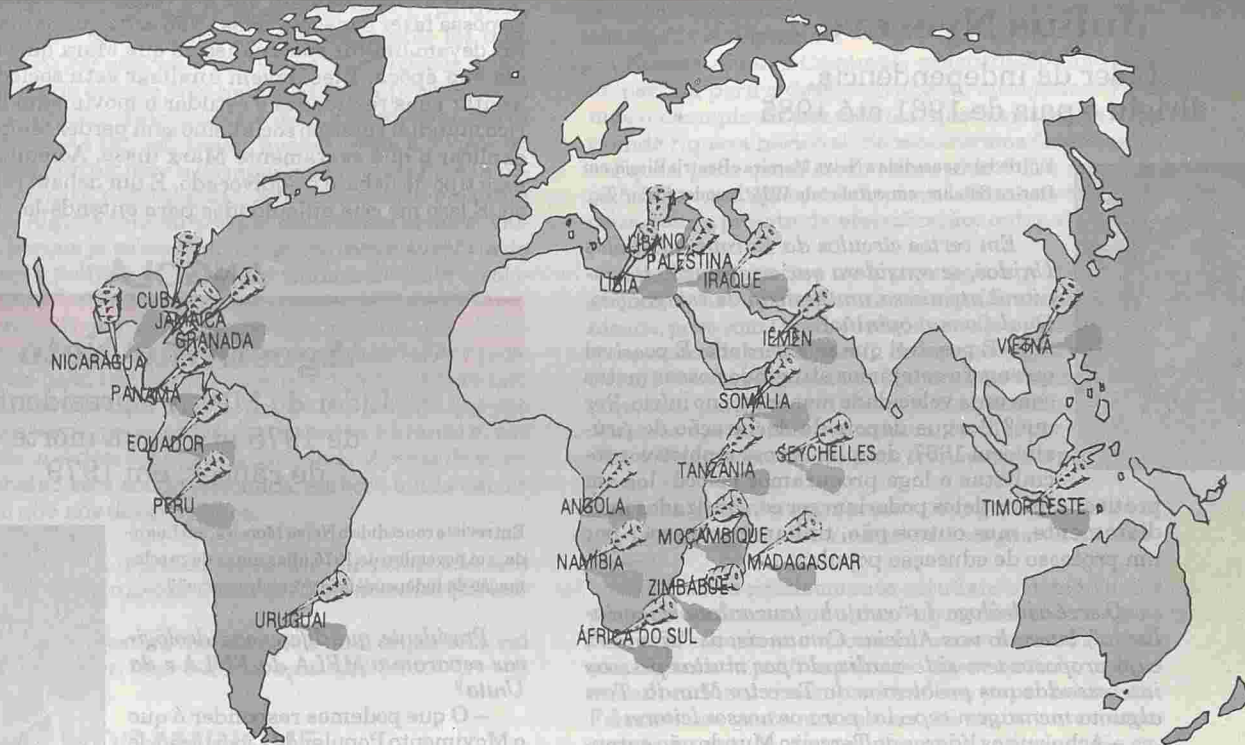


Foto: André



Protagonistas da História

Presidentes, primeiros-ministros, líderes de movimentos de libertação. Os cargos variam, como também suas nacionalidades. Há latino-americanos, caribenhos, africanos, asiáticos. Em comum, os une o fato de terem sido protagonistas de processos políticos que mudaram profundamente o rumo da História em seus países. A lista é longa e inclui figuras como Agostinho Neto e Samora Machel, Yasser Arafat e Muammar Kadhafi, Fidel Castro e Omar Torrijos, referências obrigatórias para quem, tanto hoje quanto no futuro, quiser ter uma visão mais ampla das lutas político-sociais que marcaram o século XX. É um resumo das entrevistas dadas por estes dirigentes a cadernos, ao longo de suas duas décadas de existência, o que oferecemos a seguir. São depoimentos marcantes, que expõem com franqueza os obstáculos e vicissitudes, erros e acertos, e, acima de tudo, as motivações que levaram estes homens a dedicar suas vidas ao ideal de construir uma sociedade mais justa para seus povos.

TANZÂNIA

Julius Nyerere

Líder da independência,
dirigiu o país de 1961 até 1985



Entrevista concedida a Neiva Moreira e Beatriz Bissio, em Dar-es-Salaam, em outubro de 1975/ "cuadernos" nº 7

Em certos círculos da Europa e Estados Unidos, se considera que a revolução tanzaniana atravessa um período de estagnação. Qual é a sua opinião?

— É possível que seja verdade. É possível que agora este jamos atingindo nossas metas com uma velocidade menor que no início. Por quê? Porque depois da declaração de Arusha, em 1967, definimos nossos objetivos socialistas e logo procuramos colocá-los em prática. Alguns deles poderiam ser concretizados imediatamente, mas outros não, tinham que passar por um processo de educação popular.

O sr. é o ideólogo do "caminho tanzaniano ao socialismo", baseado nas Aldeias Comunais, as "ujamaa", cuja proposta tem sido analisada por muitas pessoas interessadas nos problemas do Terceiro Mundo. Tem alguma mensagem especial para os nossos leitores?

— Acho que os líderes do Terceiro Mundo não entenderam o problema do neocolonialismo como tinham entendido o colonialismo, contra o qual nós nos organizamos eficazmente para derrotar. Na realidade, devíamos ter entendido o neocolonialismo assim como entendemos o colonialismo. Devemos entender as causas do subdesenvolvimento.

Como o sr. relaciona a experiência das "ujamaa" com a sistemática marxista?

— Primeiro, tenho que confessar algo: eu não sou marxista. Mas quando digo isso, é uma maneira de admitir minha ignorância.

O gal. Velasco Alvarado, do Peru, costumava dizer que o governo peruano não é marxista, mas está fazendo uma revolução e é isso que importa.

— Pessoalmente, sobretudo a partir de 1967, tratei de ler os textos marxistas. E agora estou convencido de que nosso partido deve ter uma séria compreensão da análise marxista para poder conduzir sua revolução.

E o sr. está pondo isso em prática?

— Os bons marxistas querem realmente analisar a sociedade cientificamente, estritamente, e aceitam os fatos objetivos que se dão nessa sociedade. No entanto, tenho dificuldades de entender algumas das práticas marxistas atuais. Muitas não me parecem realmente científicas. Eu sou um católico romano. Leio a Bíblia. Quando um católico não entende o significado de um texto, consulta o papa, e ele dá a palavra final. Ele nos dá a interpretação.

Mas eu não acredito que em relação ao marxismo se possa fazer a mesma coisa. Não acho que os marxistas devam limitar sua análise ao que Marx quis dizer em sua época. Eles devem analisar esta sociedade, aceitar suas realidades e estudar o movimento histórico mundial rumo ao socialismo sem perder tempo em explicar o que exatamente Marx disse. Acredito que esse tipo de debate é equivocado. É um debate religioso. E isso me cria dificuldades para entendê-lo. ■

ANGOLA

Agostinho Neto

Líder do MPLA e presidente
de 1975 até a sua morte
de câncer, em 1979

Entrevista concedida a Neiva Moreira, em Luanda, em novembro de 1975 (dias antes da proclamação da independência)/ "cuadernos" nº 7

Presidente, que diferenças ideológicas separam o MPLA da FNLA e da Unita?

— O que podemos responder é que o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) é um movimento popular voltado para a solução dos problemas do povo, principalmente do povo trabalhador, com a perspectiva da formação de um governo que se enquadre dentro de uma verdadeira democracia.

Pensamos que nosso povo, que sofreu durante tanto tempo com o colonialismo português, tem direito a participar plenamente da vida da Nação, através de sua integração em uma democracia que englobe todas as classes, todas as camadas do povo. Este é o conceito de democracia que nós temos: essencialmente participativa.

Por outro lado, desejamos que o povo angolano participe ativamente da vida econômica do país, que nossos trabalhadores não sejam meros executores de uma política, e sim, também, cérebros que planificam, dirigem, tomam iniciativas e administram.

E a política externa?

— No plano internacional não queremos alinhar-nos com nenhum bloco. Participamos do Movimento dos Países Não-Alinhados e, naturalmente, damos nosso apoio, moral ou de outro tipo, se possível, às lutas de libertação que se desenvolvem na África e fora dela. Enfim, pretendemos que o homem não somente aqui em Angola, mas no mundo todo, seja completamente livre.

Gostaria que o sr. analisasse as relações entre negros e brancos em Angola, após cinco séculos de colonialismo.



— Os portugueses que estiveram aqui durante muitos anos vieram somente para obter lucros, dentro de um sistema que os favorecia. O colonialismo fez tudo para proteger essa elite branca da população de Angola. De modo que ela está habituada a ter privilégios. E agora, quando vêem que esta máquina colonial que os protegia está se desfazendo, quando vêem a divisão do exército português e o desaparecimento da Pide (a polícia secreta portuguesa), evidentemente eles têm medo. Alguns temem porque cometeram crimes. Outros, porque já se sentem inseguros com a ausência da proteção política e social que tinham durante o colonialismo. Este é o maior trauma que a população branca sofreu. E diante das confrontações militares, preferiram usar isso como desculpa para abandonar o país.

Pois bem, nas áreas que já libertamos — e você tem aqui o exemplo de Luanda — vê-se claramente que não há nenhum tipo de perseguição contra o branco e, aos poucos, a ordem vai se restabelecendo. Apesar de tudo, o trabalho está sendo retomado, embora ainda não no ritmo que nós desejaríamos.

Presidente, a proclamação da independência está marcada para o próximo dia 11. O sr. acredita que isso será viável?

— Sim. Só resta a dúvida sobre qual organismo vai exercer o poder. Mas a declaração será feita. ■

MOÇAMBIQUE

Samora Machel

Líder da Frelimo e presidente de 1975 até sua morte, em um acidente aéreo, em 1986



Entrevista concedida a Neiva Moreira e Beatriz Bissio, em Maputo, em outubro de 1975/"cuadernos" nº 8

A filosofia da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) é apoiar e apoiar-se no campo. Quais as medidas concretas tomadas pelo seu governo para pôr isso em prática?

— Em primeiro lugar, já emitimos um decreto pelo qual a terra pertence ao povo. E, em segundo lugar, estamos criando as Aldeias Comunitárias, através das quais estamos procurando resolver os problemas da população camponesa.

O sr. poderia explicar qual é o papel dessas Aldeias Comunitárias?

— Em nosso país, não é possível assegurar o desenvolvimento econômico e social e a conscientização política da população, se ela estiver fragmentada, dividida em pequenos núcleos. Com uma população dispersa

é impossível aplicar uma política de aproveitamento dos recursos naturais. Seria empregar nossas energias em objetivos imprecisos.

Nossas Aldeias Comunitárias constituirão um ponto de partida para o desenvolvimento econômico. Vejamos o exemplo de nossos rios, que constituem uma grande riqueza nacional. Se resolvermos fazer canais e diques, para quem serão construídos? Em que direção, se a população está dispersa? Acontece a mesma coisa com o projeto de eletrificação, outra de nossas prioridades.

Enfim, precisamos ter a população agrupada e organizada. As Aldeias Comunitárias significam povo organizado, povo com tarefas definidas e distribuídas, povo comprometido com a tarefa de reconstrução nacional e com o desenvolvimento da Nação. Isso tem muita importância para nós, pois só assim saberemos a quem devemos dar assistência médica, escola, por onde deverão passar as estradas para transportar a produção.

Como o sr. vê o engajamento das gerações futuras, que não participaram diretamente na guerra de libertação?

— Estamos precisamente estudando como vamos preparar as futuras gerações. A guerra acabou e agora temos de encontrar outro mecanismo de conscientização, através da prática política. Nesse sentido, o sistema educacional desempenhará um papel relevante. Formaremos gente nas escolas, há muito entusiasmo entre a juventude. As crianças, em particular, são extraordinárias. Estudam, militam e vigiam. É a primeira geração que nunca viveu sob o colonialismo.

As reuniões da juventude quase sempre se realizam no norte, nas áreas libertadas, que constituem para todos nós uma fonte permanente de inspiração. Quando estamos lá, os problemas são todos concretos e as discussões abertas. Não há traição. Não há hipocrisia. ■

SOMÁLIA

Siad Barre

Presidente de 1969 a 1991, quando foi derrubado do poder

Depoimento dado a Beatriz Bissio e Neiva Moreira, em Mogadíscio, em janeiro de 1976/"cuadernos" nº 9

“É necessário compreender a filosofia de nossa revolução em geral, e a etapa de transição que estamos atravessando. A união dos grupos e das classes sociais progressistas — pilares de nossa revolução — dependerá de uma completa discussão científica da natureza multifacética dos objetivos de nossa revolução. Só então seremos capazes de implementar as aspirações da revolução socialista na Somália, no campo político, econômico e social.”



TANZÂNIA

“A revolução herdou a economia e a cultura existentes. Herdou uma economia enfraquecida em todos os itens—agricultura, pesca, pecuária, indústria e comércio—, uma economia caracterizada pela estagnação. A Somália era uma das áreas menos desenvolvidas do mundo. E essa economia era a base de um sistema social atrasado. Essa condição não permitia o progresso que torna possível o desenvolvimento das grandes classes sociais de capitalistas e trabalhadores. A base econômica era inexistente, mas havia um embrião.”

“A revolução é o produto das condições objetivas. Estávamos em uma condição neocolonial caracterizada pela terrível opressão de que eram objeto os trabalhadores somalis e pela inexistência de segurança entre os nômades. Os grupos representantes dos capitalistas embrionários e dos interesses do imperialismo internacional abusavam do poder.”

“Nosso país, embora seja ainda uma sociedade nômade, adotou princípios socialistas e começou com seriedade a dar os primeiros passos nesse rumo. Cada país tem sua própria natureza. São essas as condições objetivas que não podem desaparecer por um passe de mágica. Ao mesmo tempo, a revolução socialista tem estratégias definidas e aspirações claras. Seu objetivo final é uma sociedade baseada na igualdade e na justiça.” ■

ZIMBÁBUE

Robert Mugabe

Líder da Zanu, primeiro-ministro a partir de 1980 e presidente desde 1987



Entrevista concedida a Beatriz Bissio, em Maputo, em 1977/“cuadernos” nº 17

A Frente Patriótica é uma coalizão de dois grupos independentistas, o Zanu e o Zapu. Especula-se muito na Europa e na América Latina que os movimentos estão próximos, mas não unidos. O sr. e Joshua Nkomo são os presidentes desses movimentos e, portanto, seria importante que nos falasse a respeito.

— A Frente Patriótica foi formada em fins de dezembro do ano passado porque sentimos que política e militarmente devíamos reunir as únicas duas organizações que têm exércitos e que juntas podem consolidar o processo da luta revolucionária.

Acreditamos que a unificação em um só exército, com um comando único, acelerará a queda do regime rodesiano. Mas temos que ser cuidadosos e

medir cada passo para a unificação. Ambas as organizações existem há quase 15 anos. E naturalmente os militantes desenvolveram sentimentos próprios para sua organização no curso da luta. A medida que damos passos para a unificação devemos ter o cuidado de conduzir conosco, em cada etapa, todas as forças que pudermos.

Há uma tendência entre os combatentes do Zimbábue, particularmente os da Frente Patriótica, a considerar negativa uma paz neste momento... Muitos consideram que seria mais importante para o Zimbábue que a guerra prosseguisse. Como o sr. vê esse problema?

— Não procuramos só a vitória militar. Estamos lutando por revolucionarmos nós mesmos. Por transformar nossa nação. De modo que essa luta se trava em duas dimensões. Primeiro pela liquidação do colonialismo e o neocolonialismo e, segundo, por transformar Zimbábue em uma nação revolucionária.

Comenta-se que, com a vitória da Frente Patriótica, milhares de rodesianos se mudariam para a América Latina, principalmente a Bolívia. Como o sr. vê esta questão?

— São os povos da América Latina que devem decidir que tipo de imigrantes querem receber. A única coisa que eu posso dizer é que os rodesianos brancos são racistas, extremamente egoístas em muitos aspectos.

Já os latino-americanos têm uma grande tradição de luta pela liberdade. São humanistas. E a causa da liberdade pela qual estamos lutando é uma causa universal. Nós temos sido discriminados, oprimidos de todas as formas possíveis. Perdemos nosso direito à determinação em nosso próprio país. Nossa causa é tão clara que merece a solidariedade dos povos e de muitos governos latino-americanos. E estaremos felizes se continuarmos a receber cada vez mais seu apoio material, moral e diplomático que acelerará nossa vitória para toda a humanidade. ■

PERU

Gal. Velasco Alvarado

Dirigiu o país após a revolução de 1968 até 1975, morto após longa doença em dezembro de 1977

Depoimentos de várias entrevistas concedidas a Neiva Moreira, em Lima/“cuadernos” nº 18

Passados vários anos da revolução que o sr. liderou em 1968, quando era comandante-em-chefe do Exército, como o sr. avalia hoje os desafios que enfrentou na época?

— Para começar, alguns porta-vozes da oligarquia



me criticavam duramente porque diziam que eu não conhecia o meu país. A verdade é que não sei o que me falta conhecer. Graças à vivência e ao conhecimento direto do país, pudemos ver e sentir o sofrimento de nosso povo, constatar como os *gamonales* (latifundiários) tratavam nossos camponeses. A lei, a polícia e nós mesmos, ou seja o Exército, estávamos a serviço desta gente e era evidente que essa situação tinha que mudar.

Temos observado, em nossas viagens pelo interior do país, uma crescente mobilização dos camponeses, uma mão-de-obra que sempre foi explorada. Como o sr. vê esses sinais?

— Suas informações coincidem com outras que estamos recebendo. Realmente nossa massa camponesa está em movimento, e este é um acontecimento decisivo de nosso processo revolucionário. No início, não foi fácil convencer os camponeses dos propósitos e objetivos da revolução. As vezes nos desesperávamos. Era como se estivessem dormindo, num estado de apatia. Dava vontade de sacudi-los e dizer-lhes: "Olhem, isto é para vocês. Resistam, avancem."

Como o sr. avalia hoje o "Plano Inca", onde os srs. apresentaram os objetivos da revolução de 68?

— Já mais velho, com uma idéia mais clara do que é fazer uma revolução, vejo que esse documento tem uma dose de ingenuidade. Foi pensado por um homem cheio de idéias e bons propósitos, mas que não sabia o quão difícil é levar adiante um processo revolucionário.

Veja você as touradas... Uma coisa é estar na arquibancada e outra é estar na arena. De longe, a gente vê o touro pequenininho. Mas para o toureiro, como ele é grande! Agora somos nós que estamos com o "touro" cara a cara e eu lhe digo: ele é enorme.. ■

Em seu último depoimento, dado à revista "Socialismo y Participación", o general Velasco afirmou: "É necessário preservar o legado revolucionário e enfrentar unidos a histórica tarefa de construir em nossa pátria uma sociedade socialista, verdadeiramente independente e nacional, uma democracia baseada na propriedade social e na participação direta de nosso povo no poder político."

NICARÁGUA

Germán Pomares

Um dos fundadores da Frente Sandinista, morto uma semana antes da vitória da revolução, em julho de 1979

Entrevista concedida a Diêgo Achard, na Nicarágua, em janeiro de 1979/"cuadernos" nº 26

Comandante, o sr. é um dos fundadores da Frente Sandinista de Libertação Nacional. Quar-

do começou sua vinculação com a organização revolucionária?

— Integrei-me à FSLN aos 23 anos de idade, quando foi fundada, em 1961. A Frente Sandinista nasceu de uma preocupação de Carlos Fonseca Amador, porque existiam vários movimentos revolucionários naquela época, depois da morte de Anastasio Somoza García em 1958. Houve levantes até na Guarda Nacional. Um grupo de oficiais quis justificar os dois Somoza. Mas foram descobertos e todos tiveram que ir para o exílio.

A Frente se organizou, então, a partir de outras organizações...

— Sim. Em 1959, nasce a Juventude Patriótica, com um grupo de jovens que começam a fazer algo contra a ditadura, atacando com bombas os ministros, atirando em carros da polícia. Nessa organização se iniciaram José Evaristo Escobar Pérez, Daniel Ortega Saavedra, Félix Chifle, Edmundo Pérez, um grupo de companheiros que depois faziam parte da Frente Sandinista.

Nessa época, a que organização Carlos Fonseca Amador pertencia?

— Era um grupo guerrilheiro, um dos muitos que se organizavam. Nessa época, todos os nicaraguenses queriam fazer alguma coisa. Além disso, a questão da vitória da revolução cubana estava quente. De 58 a 60, ocorreram 60 levantes armados. Já em 1961, a Frente Sandinista começa a formar-se, quando Carlos Fonseca conta um grupo que se chamava "Nova Nicarágua", formado por exilados nicaraguenses na Venezuela. Havia outros grupos na Costa Rica e no México. Este último se chamava FUN.



O que queria dizer?

— Frente Unitária Nicaraguense. Nesse grupo, estava Noel Guerrero Santiago. Então Carlos Fonseca e Noel Guerrero contataram todos esses grupos. Da Venezuela, chegam Hibar Sánchez, Tobías Gadea, Alejandro Bermúdez Alegría e outros. Da Costa Rica, vêm Tomás Borge, Silvio Mayorca e outro rapaz chamado Portocarrero e se reúnem em Havana; aí começa a se formar um movimento revolucionário sério.

Carlos propôs que se chamasse Frente Sandinista. Mas a proposta de Noel Guerrero, que era o mais velho do grupo e dos mais preparados politicamente, foi que se chamasse Frente Unitária Nicaraguense, para agrupar todos os opositores ao regime. Assim começou a se formar o movimento.

Em 1964, se dá à organização o nome de Frente Sandinista. Juntam-se companheiros da Juventude Patriótica, e Daniel Ortega Saavedra, Félix Chi-

fle, Edmundo Otero, Roberto Amaya e um grupo bastante grande de companheiros.

Como é a vida familiar de um guerrilheiro?

— Bom, acontece que o guerrilheiro sempre tem sua família em outro lugar. Sabe que tem uma filha, uma mulher. Se a mulher é revolucionária, compreende que ele não está com ela nem com os filhos porque tem necessidade de lutar para dar-lhes uma pátria melhor. Quando alguém se encontra nessa situação e tem o apoio de sua mulher, as dificuldades por que passará vão ser partilhadas. Mas, freqüentemente, ele tem uma mulher que diz: “Bem, ele não volta mais.” Foi isso que me aconteceu. Levei três anos sem aparecer. Quando voltei, no quarto ano, ela tinha um filho de outro homem. Essas são coisas da luta. Não posso culpá-la.

Quando o sr. entrou para a guerrilha, pensou que o processo iria ser tão longo?

— Talvez não pensasse que fossem tantos anos. Porém, à medida que o tempo foi passando, percebi que o tempo foi longo mas que também está se criando uma base sólida. Vamos compreendendo que a formação da Frente Sandinista vai estabelecendo bases mais sólidas. Por isso já não nos assusta o passar dos anos.

IÊMEN DO SUL

Fattah Ismail

Presidente de 1978 até sua renúncia em 1980, morto em combate durante a eclosão da guerra civil de 1986



Entrevista concedida a Beatriz Bissio e Neiva Moreira, em Aden, em fevereiro de 1979/“cuadernos” nº 27

Em seu I Congresso, o Partido Socialista Iemenita adotou a definição marxista-leninista, que, segundo as explicações que o sr. nos deu, seria uma das definições ideológicas questionadas pelo setor derrotado em junho de 1978...

— A Frente Nacional de Libertação (FNL) havia adotado o socialismo científico há muito tempo, como base de suas definições. Por isso, nós ampliamos o estudo do marxismo por parte de nossos militantes. O marxismo-leninismo é a definição necessária para assegurar a vitória do socialismo. Adotamos no Iêmen Democrático essa definição ideológica porque temos a certeza de que, nos países emergentes, a construção do socialismo é o único caminho para garantir o desenvolvimento.

Qual é a participação da mulher na sociedade iemenita hoje?

— O desenvolvimento histórico e a evolução política deixaram a mulher árabe à margem da vida política, econômica, social e cultural.

A situação dos países árabes com regimes reacionários é bem conhecida de todos nós. Neles, a mulher vive segundo as antigas tradições, que não têm nenhuma relação com o século atual. Naturalmente, a mulher árabe não tem culpa dessa situação. Se lhes são dadas oportunidades, as mulheres dos países árabes — como todas as mulheres do mundo — participam ativamente da vida política e em todos os campos da atividade humana.

O que acontece no Iêmen é um exemplo do que estamos dizendo. Estamos tratando a mulher de um ponto de vista revolucionário, em condições de total igualdade frente ao homem. Mas, por tudo que disse acima, constatamos que hoje a mulher iemenita ainda não está preparada para ocupar altos cargos na administração.

E nas lutas da independência, houve participação feminina?

— A mulher iemenita participou da luta contra o imperialismo britânico, em vários campos, colaborando na conquista da independência, em 1967. Posteriormente, combateu pelo desenvolvimento social e para conquistar seu direito à igualdade. Participou também na luta contra a ala direita do partido, derrotada em 1969, e cooperou na luta contra os oportunistas de esquerda, que culminou em 26 de junho de 1978.

EQUADOR

Jaime Roldós

Presidente de 1979 a 1981, quando morreu em um acidente aéreo

Entrevista concedida a José Steinsleger, em Quito, em julho de 1979/“cuadernos” nº 31

Dr. Roldós, ao que parece podemos distinguir três períodos na história de seu movimento, a Concentração de Forças Populares: o primeiro protagonizado por seu fundador, Carlos Guevara Moreno; o segundo, quando descobrimos a figura de Assad Bucaram e, atualmente, o sr. aceita que nos encontremos no “período Roldós”?

— A CFP atravessa um natural processo de transição. Sem medo de nos equivocarmos, a CFP nasceu como movimento populista. E não acredito que o populismo em si, e não me refiro ao caráter





pejorativo do termo, mas à sua resposta histórica, tenha sido negativo. Porque, diante da crise dos partidos tradicionais e da incapacidade de outros setores políticos para poder canalizar o desejo de mudança, o populismo sentiu o desespero, a angústia dos setores marginalizados e começou a apresentar-lhes medidas concretas. O aspecto negativo do populismo é ficar somente nas respostas conjunturais, nas respostas imediatas aos problemas imediatos.

Essa é a política de Velasco Ibarra?

– Exatamente. Eu acredito que temos que caminhar por uma via dupla: dar respostas imediatas a problemas imediatos que não podem esperar para amanhã, mas junto à solução imediata, planejar a solução duradoura a longo prazo. Mas esta solução duradoura não pode ser jamais uma resposta puramente emotiva. Deve ser uma resposta consciente.

Será possível alcançar mudanças mínimas, considerando as contradições internas de um Equador radicalmente dividido no plano econômico e no social?

– Nós partimos da definição estrutural de nosso país. Somos conscientes de que o Equador é uma sociedade semi-oligárquica, semifeudal e dependente. Pensamos que, partindo de um diagnóstico global do que é o país, poderemos dar soluções aos nossos problemas.

Mas as mudanças deverão se dar a partir de nossas próprias realidades: seus recursos humanos, a tecnologia que o país dispõe, o avanço político-cultural, a organização popular, a capacidade de mobilizar essa organização popular, etc. Caso contrário, vamos nos encontrar diante de um abismo entre o que estamos pensando e o que podemos fazer.

Acreditamos que é preciso tomar consciência da existência do povo. Não se lembrar do povo unicamente nos momentos eleitorais, o que tem sido a razão do grande fracasso dos partidos da América Latina. ■

Qual é a solução?

– Que os trabalhadores assumam o controle dos monopólios, implantem a autogestão das empresas. Só então muitas coisas mudariam.

Tal objetivo é naturalmente difícil de alcançar. Até lá, o que se deve fazer?

– Sentemo-nos em torno de uma mesa, mas com todas as cadeiras no mesmo nível. Enquanto o Ocidente não abandonar sua política neocolonial e não nos tratar de igual para igual será difícil estabelecer um diálogo.

A Líbia tem demonstrado sempre um particular interesse no Mediterrâneo. Recentemente concluiu em Atenas a III Conferência dos Partidos Socialistas e Progressistas da região, promovida precisamente por Trípoli. O que o sr. tem a dizer sobre isso?

– Defendemos que a área do Mediterrâneo deve interessar aos povos que a habitam, os quais devem exercer seu controle...

Considero necessário afastar todas as bases estrangeiras para evitar o perigo de eventuais conflitos internacionais e converter este mar em uma zona de paz. Para isso é necessário cooperar com todas as forças progressistas desta área no sentido de uni-las.

Como o sr. avalia a preocupação evidenciada no Ocidente a propósito do ressurgimento islâmico, considerado por alguns como um fenômeno retrógrado e obscuro?

– Trata-se sempre da habitual cegueira do Ocidente. Como a revolução iraniana se baseia nas leis corânicas, o Ocidente a considera reacionária. Julgamos esta propaganda denegridora, uma cruzada do Ocidente contra a revolução iraniana. ■

LÍBIA

Muammar Kadhafi

Chefe do governo líbio desde a vitória da revolução, em 1969

Entrevista concedida a Dina Nascetti, em Trípoli, em agosto de 1979/ "cuadernos" nº 32

O que o sr. pensa do alarme do Ocidente diante da atual crise energética?

– O responsável pelo que está acontecendo é o próprio Ocidente, que faz de tudo para que os países produtores de petróleo não se industrializem, aumentando desproporcionalmente os preços da tecnologia de que necessitamos.

MADAGASCAR

Didier Ratsiraka

Presidente de 1975 a 1993

Entrevista concedida a LuisCameljo Miguel de la Guardia, em Antananarivo, em agosto de 1979/ "cuadernos" nº 32

O sr. pode nos fazer uma retrospectiva das realizações da revolução malgache nos últimos anos?

– É muito difícil fazer essa retrospectiva, sobretudo levando-se em conta que nossa revolução tem apenas três anos. No entanto, tratarei, na medida do possível, de oferecer-lhes alguns aspectos significativos da tarefa empreendida em 1975. A primeira coisa que fizemos foi recuperar os principais meios de produ-



ção de Madagascar. Para isso, tivemos que reestruturar nossas relações com os países amigos, particularmente com a França.

Em 1960, havia sido assinado um acordo de cooperação que era inaceitável para a República Democrática de Madagascar e para a revolução malgache. Não era aceitável para nós porque, a partir de 1972, e particularmente depois de 1975, nosso principal interesse era a independência total. Em 1973, sendo eu ministro das Relações Exteriores, denunciámos os acordos de cooperação firmados com a França 13 anos antes e se conseguiu firmar um novo tratado com este país.

Em virtude desse acordo, abandonamos a zona do franco, porque queríamos, em primeiro lugar, uma moeda independente. Também exigimos a retirada das bases militares francesas instaladas no nosso território, principalmente a de Diego Suárez e a base aérea de Antananarivo.

Este ano foi decretado pela ONU o "Ano Internacional da Infância". Qual a situação das crianças em seu país?

— Este ano começamos uma grande campanha de alfabetização e um milhão a mais de crianças já entraram na escola primária. ■

IRAQUE

Saddam Hussein

Presidente a partir de 1979

Entrevista concedida a Neiva Moreira e Beatriz Bissio, em Bagdá, em outubro de 1979/ "cuadernos" nº 34



Como o sr. encara o processo de unidade árabe?

— A Nação Árabe, nos últimos cem anos, foi dividida em pedaços e numerosas forças internacionais estão atuando contra os seus interesses. Mas os povos árabes sempre ambicionaram a unidade e a liberdade. Por essa verdade histórica e porque não podemos aceitar com resignação a destruição da unidade árabe, é que trabalhamos ativamente no sentido inverso. Estamos convencidos de que a unidade árabe será um dia conquistada, de uma maneira ou de outra, porque corresponde às necessidades do presente e às exigências do futuro.

Estávamos em Bagdá durante os dias da tomada de poder pelas forças lideradas pelo aiatolá Khomeini no Irã. Vimos como o povo e o governo do Ira-

que estavam satisfeitos com a vitória popular que pôs fim à ditadura. O xá Reza Pahlevi era um inimigo evidente das forças árabes progressistas. Por essa mesma razão, as correntes mais avançadas de todo o mundo tinham uma grande expectativa em torno das relações futuras entre os governos de Bagdá e Teerã. Porém, as notícias a respeito não são tão otimistas. Como o sr. prevê o desenvolvimento futuro do processo no Irã?

— É natural que a partida do xá fosse recebida com alegria por todos os povos que lutam nos diferentes pontos do mundo, já que aquele regime era um bastião do imperialismo na região.

Mas a luta do Terceiro Mundo tem características definidas e conhecidas. Uma revolução pode derrubar uma ditadura, mas em que medida pode realmente erradicar um regime com estas características e instalar em seu lugar outro, que atenda aos interesses do povo?

Para conseguir essa mudança profunda são necessárias condições muito concretas. Para construir um regime revolucionário, no qual o povo domine os mecanismos do Estado, é preciso ter metas nítidas e uma clara definição antiimperialista.

Por isso digo que nem todos os que se propõem a mudar um regime serão capazes de consegui-lo. Não podemos nem sequer afirmar que todo revolucionário poderá transformar um regime reacionário em um revolucionário. ■

VIETNÃ

Nguyen Co Thach

Chanceler do governo do primeiro-ministro Pham Van Dong

Depoimento dado a Neiva Moreira, em Havana, em 1979/ "cuadernos" nº 34

Durante a reunião dos Não-Alinhados em Havana, um dos temas mais "quentes" era a presença das tropas vietnamitas no vizinho Camboja. (Dois anos antes, em fins de 1977, o Khmer Vermelho havia invadido o Vietnã, cujas forças repeliram o ataque e foram decisivas na deposição do regime de Pol Pot (um aliado da China), em janeiro de 1979.)

Ao mencionarmos o tema, o chanceler Co Thach criticou duramente os países que defenderam o regime de Pol Pot no Camboja (1975- 1979), recordando que "os mesmos Estados que agora aludem ao Direito Internacional, ao não emprego da força e a outras razões jurídicas de validade duvidosa, mantiveram um silêncio cúmplice quando a China agrediu o Vietnã".



Disse que o argumento de que as tropas do Vietnã devem se retirar do Camboja pode ser facilmente rebatido: "Os países interessados nessa retirada são os que solicitam que se mantenham as forças armadas norte-americanas nas bases do Sudeste asiático." Destacou que fatos concretos demonstram que quando o Vietnã afirma que se retirará do país vizinho diz a verdade. "Em duas ocasiões anteriores tropas vietnamitas participaram na luta do povo cambojano e, quando cessou a ameaça e completaram sua missão internacional, se retiraram. Desta vez, faremos o mesmo - assinalou-, mas depois de assegurar que realmente deixou de existir a ameaça de agressão contra os povos laosiano, cambojano e vietnamita."

GRANADA

Maurice Bishop

Primeiro-ministro de 1979 até seu fuzilamento, em outubro de 1983, por uma facção de extrema-esquerda do seu próprio partido. Quinze dias depois, os EUA invadiriam a ilha



Depoimento tomado durante a reunião de cúpula dos Não-Alinhados em Havana, em 1979/ "cuadernos" nº 34

"Se nossas relações com os Estados Unidos não são boas, não é por culpa de Granada", declarou a **cadernos** Maurice Bishop, que acusou certos grupos dentro dos Estados Unidos de querer deteriorar as relações bilaterais devido à clara posição anti-intervencionista de seu governo.

O dirigente de Granada fez um resumo da crítica situação de seu país desde a época do colonialismo e da escravidão até chegar à etapa despótica de Eric Gairy. Descreveu a extrema pobreza de seu povo, a emigração maciça e a superstição, marcas da herança colonial e neocolonial.

Contrastando com essas imagens, Bishop falou da Granada de hoje "justa, livre e revolucionária", com um "firme compromisso com a comunidade internacional baseado em princípios fundamentais que coincidem com os do Movimento de Países Não-Alinhados, pois vão de encontro ao imperialismo, ao colonialismo, ao neocolonialismo, contra o racismo, o sionismo e o desprezível sistema do *apartheid*". Também defendeu a unidade e cooperação dos países do Caribe de fala inglesa, francesa, holandesa e espanhola.

Maurice Bishop ressaltou que o que está acontecendo em Granada é "parte do processo global de mudanças na região" e lembrou que em "nosso país não falamos de nacionalizações, e

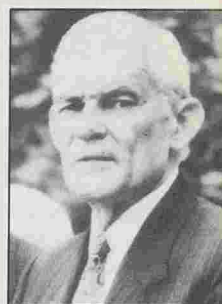
sim temos dito que precisamos tomar as rédeas da economia do país".

JAMAICA

Michael Manley

Primeiro-ministro de 1972 a 1980 e de 1989 a 1992

Depoimento tomado durante a reunião de cúpula dos Não-Alinhados em Havana, em 1979/ "cuadernos" nº 34



"Se um de nossos membros toma uma posição, ou o Movimento dos Não-Alinhados como um todo, que coincide com a adotada pelo grupo socialista, nos acusam de ser testas-de-ferro do bloco socialista. Nada poderia estar mais longe da verdade. Mas os países do mundo industrializado devem saber que nós não vamos mudar nossos pontos de vista a fim de evitar as coincidências com as opiniões do mundo socialista, nem com nenhuma parte do mundo."

O dirigente jamaicano acrescentou ainda que, "para aqueles que estão preocupados com o fato de haver crescentes exemplos de coincidências nos pontos de vista do Movimento Não-Alinhado e, digamos, o grupo socialista (sobre assuntos como as lutas de libertação), a única solução é os países desenvolvidos mudarem suas posições e se juntarem a nós. E, certamente, nós receberemos com agrado todas as ocasiões em que nossos pontos de vista coincidirem com os dos países desenvolvidos. Só lamentamos que isso ocorra tão raramente", afirmou.

PANAMÁ

Omar Torrijos

Líder panamenho que dirigiu o país entre 1969 e 1978, morto em um acidente aéreo em 1981

Entrevista concedida a Neiva Moreira, no Rio de Janeiro, em outubro de 1980/ "cadernos" nº 29

Poderia avaliar a situação no seu país desde que o sr. propiciou a entrega do governo aos civis? Como vê o momento atual?

- A revolução que lideramos no Panamá em 1968 tinha dois objetivos fundamentais. Primeiro, a recuperação do Canal e, segundo, transformar



uma caricatura de país numa nação. Dez anos depois, considerei que esses objetivos tinham sido atingidos.

Assim, quando o mundo político panamenho julgava, equivocadamente, que as Forças Armadas estavam elaborando uma Constituição para permanecerem no poder, nós nos afastamos. Em política, como em ginecologia, as coisas são ou não são. Não se pode ficar "ligeiramente grávida". Assim, nós decidimos não ficar.

Nenhuma sociedade suporta um governo setorial. Nem só de padres, nem só de jornalistas, professores ou militares. Porque nesses governos não há intercâmbio, não há confrontos de idéias. Não há criatividade.

Como o sr. avalia o papel das Forças Armadas em seu país e na América Latina em geral?

— Atualmente, as Forças Armadas panamenhas garantem a vigência da Constituição para que uma nova ordem política funcione. Introduzimos algo novo: os três poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário — atuam com independência, mas mantêm-se em comunicação com as Forças Armadas. Estabelecemos esse artigo constitucional para evitar que as Forças Armadas irrompam com armas, canhões e fuzis na vida pública.

Trata-se de um princípio constitucional novo e real. A América Latina está cheia de constituições que dizem que as Forças Armadas são essencialmente obedientes e alheias ao poder político, respeitando a Carta e a independência dos Poderes. Mas... de fato, os militares estão dentro do cenário político. E quando entram em cena, fazem-no com botas e não com votos.

As Forças Armadas, em geral, estão despolitizadas. Usam o critério de que o país pode ser governado sob os parâmetros de uma Divisão e de um Regimento. No Panamá, lhes demos uma nova definição: as Forças Armadas são obedientes ao poder político, mas têm também uma missão, fazem parte de um plano de desenvolvimento.

Nesses anos, levantamos o Panamá. Levantamos sua economia. Convertimos uma caricatura de país numa nação. Desenvolvemos um ambicioso plano de educação. Demos ao povo um novo conceito de saúde. Colocamos a saúde não como ausência de doença, mas sim como um estado de bem-estar geral.

Paralelamente a essa luta no plano interno para forjar uma nação, fizemos com que o Panamá tivesse voz a nível internacional. O Panamá recebeu. Demonstramos ao mundo que não íamos acrescentar mais uma estrela na bandeira dos Estados Unidos.

Como vê o futuro da América Central nos anos 80?

— O processo de mudanças é irreversível, embo-

ra possa haver alguns retrocessos transitórios. América Central muda todos os dias. E não há força capaz de deter esse processo. A força dos povos não pode ser contida. Temos que trabalhar para que os povos atuem com equilíbrio e maturidade dia em que tomarem o poder, trabalhar para que haja diálogo.

ÁFRICA DO SUL

Joe Slovo

Dirigente do PC sul-africano do CNA e atual ministro da Habitação e Bem-Estar Social no governo Mandela

Entrevista concedida, em Maputo, em 1981, a Neiva Moreira, Etevaldo Hipólito e João Escadinha/"cadernos" nº 34

O sr. é um dos principais ideólogos do CNA (Congresso Nacional Africano) e um dos poucos dirigentes brancos engajados publicamente na luta contra o apartheid, com todos os riscos que isso representa. Como o sr. encara isso?

— Para começar, devo dizer que não sou uma exceção. Desde o começo do século, houve na África do Sul numerosos exemplos de participação de operários, trabalhadores e dos estudantes da classe média branca na luta contra o racismo.

Nas prisões sul-africanas existem muitos brancos condenados por sua militância em favor do fim da segregação racial. Nem todos eles, mas um bom número, são militantes socialistas ou membros do Partido Comunista sul-africano.

Como o sr. analisa a luta do CNA?

— O CNA é uma organização política que está frente de uma grande aliança para a libertação do povo sul-africano do regime do apartheid. Não reivindica para si o monopólio da oposição.

No seio das massas negras surgiram muitas forças que, em geral, apóiam os objetivos globais do CNA. Na Igreja negra há um movimento maciço de oposição à política do apartheid encabeçado pelo bispo Desmond Tutu. Entre os estudantes, surgiram organizações de massa que não só reivindicam melhores condições de ensino, mas também questionam a essência do regime. A partir de 1967 surgiram nos bantustões personalidades e forças democráticas que resistem à fragmentação da África do Sul.

O CNA acredita que a classe operária sul-africana é a principal força de resistência. Desde o início



cio dos anos 70, surgiram greves em massa e o movimento sindical negro cresceu. Como os trabalhadores negros sofrem a discriminação racial, a luta não pode ser só econômica. Sempre tem uma conotação política.

Como o sr. vê o surgimento de uma classe média negra?

— Para enfrentar as ameaças da oposição negra e devido às pressões internacionais, o presidente Botha adotou uma política deliberada de criação de uma classe média negra que atuasse como “amortecedor”. A grande maioria das reformas que são propagandeadas no exterior só afetam a essa minoria da população.

As concessões são poucas: acesso desses negros a alguns hotéis, restaurantes e teatros; um diminuto setor do proletariado negro qualificado agora pode ser nomeado para alguns postos melhores; e essa minoria tem direito a viver nas áreas brancas. Mas isso não atinge 95% da população negra. ■

PALESTINA

Yasser Arafat

Líder da OLP desde 1969 e chefe do governo palestino instalado em Jericó após os recentes acordos com Israel



Entrevista concedida ao jornalista Moacyr Werneck de Castro, em Beirute, em 1982/“cadernos” nº 42

“Em 1956, o então secretário de Estado norte-americano John Foster Dulles disse que o povo palestino era realmente infeliz porque a geração que sofreu a expulsão e o exílio ia desaparecer e a próxima geração se esqueceria da Palestina. Vocês vieram as crianças palestinas nos campos de refugiados. Elas são a melhor resposta à profecia de Dulles, esta sim, uma declaração infeliz. A nova geração, nascida no exílio, é muito mais apegada à terra do que ele esperava.”

Entrevista concedida a Beatriz Bissio e Neiva Moreira, na Tunísia, em maio de 1987, ao finalizar a 18ª reunião do Congresso Palestino/“cadernos” nº 98

“Na 18ª reunião do Conselho Nacional Palestino o que todos queríamos era alcançar a unidade. Isso foi conseguido (nessa reunião, se reincorporaram à OLP a Frente Democrática de Libertação da Palestina (FDLP) e a Frente Popular de Libertação da Palestina – FPLP). Fortalecemos a unidade da

direção política palestina, que refletiu a unidade da população dos territórios ocupados. A OLP saiu fortalecida como única representante do povo palestino.”

“Nós, palestinos, temos grande experiência. Antes de Israel, já sofremos outras ocupações da nossa terra e sempre vencemos, inclusive através da astúcia, quando não tínhamos a força.”

Entrevista concedida a Alberto Mariani, em Zurique, em 1987/“cadernos” nº 102

“A ocupação das nossas terras e a repressão não impedirão que os palestinos continuem exigindo seus direitos. Cabe à comunidade internacional julgar quem é o agressor e quem é o agredido. Da nossa parte, estamos dispostos a examinar qualquer proposta de paz, de acordo com o direito internacional. Estamos preparados para aceitar todas as resoluções das Nações Unidas. Repito: todas, inclusive aquelas que os israelenses dizem que jamais aceitaremos. Mas é necessário impedir que se afirme que nós não existimos ou que vamos desaparecer.”

“O povo palestino já realizou dois milagres. O primeiro, ter organizado e aperfeiçoado uma resistência armada. O segundo, ter realizado uma revolução cultural. Nós provamos que no Oriente Médio é possível viver e praticar a democracia, inclusive sob os bombardeios da aviação israelense.” ■

ELSALVADOR

Guillermo Ungo

Presidente da Frente Democrática Revolucionária (FDR), morto em 1991

Depoimento tomado na sede da revista, no Rio de Janeiro, em maio de 1983/“cadernos” nº 54

O que o sr. pensa da recente proposta do governo de promulgar uma anistia?

— O avanço significativo da luta armada do movimento popular começa a provocar no exército salvadorenho um espírito de derrota que obriga a administração de Ronald Reagan a incrementar ainda mais a ajuda militar a esse país centro-americano. Nesse contexto, o governo trata de antecipar as eleições e lança uma proposta de anistia.

Em relação às eleições, acreditamos que é um remédio que já foi tentado no último ano e fracassou. Com mais razão fracassará este ano em que a guerra se aprofundou. E a anistia parece traduzir mais uma proposta de rendição da guerrilha do que uma intenção real de modificar o país.



Em El Salvador há mais de 700 presos políticos e mais de 2.000 desaparecidos, aos quais não se pode incluir em nenhuma anistia. Portanto, interpretamos a iniciativa governamental como uma oferta para uma rendição sem garantias de que no dia seguinte não seremos enterrados, depois de sermos assassinados pelos esquadrões da morte.

Como o sr. vê a evolução futura dos acontecimentos?

— Nós achamos que a guerra vai se intensificar. E são os Estados Unidos que estão regionalizando o conflito em El Salvador.

Apesar de tudo, a solução militar vai fracassar. Lamentamos que essa opção implique um maior custo em termos de vidas humanas, mas nem com toda a ajuda norte-americana o exército salvadoreño poderá derrotar o movimento popular armado. Washington terá de recorrer, cada vez mais, ao esquema do Vietnã, e acabar intervindo diretamente com forças norte-americanas. Ou, caso contrário, tem de aceitar o fracasso e partir para uma solução negociada.

Muito tem se falado da “teoria do dominó” em relação à América Central. O que o sr. pensa disso?

— A história mostra que os povos triunfam em sua luta pela democracia e pela justiça social. Se a Nicarágua venceu, El Salvador vencerá. E se El Salvador vencer, a Guatemala vencerá. Isso é o que assusta a direita norte-americana e eles explicam esse fato com essa interpretação infantil da “teoria do dominó”.

É estranho: os Estados Unidos ignoraram durante décadas a América Latina, inclusive o Brasil, que é o país mais poderoso do continente. Mas quando a América Latina se recusa a ser um instrumento dócil a seus interesses, o império se lembra que somos uma “zona estratégica”.

Antes, os interesses estratégicos dos Estados Unidos estavam no Oriente Médio e no Sudeste asiático. Agora acontece que a América Central se transformou numa “ameaça para o desenvolvimento das relações econômicas” de Washington. ■

NAMÍBIA

SamNu joma

Líder da Swapo e presidente desde a independência, em fevereiro de 1990

Entrevista concedida a Carlos Castilho, em Luanda, em 1986/“cadernos” nº 85

Como está a situação da Namíbia atualmente?

— A situação em meu país é extremamente explosiva, como resultado da escalada de violência e repressão deflagrada pelas forças de segurança da

África do Sul. No dia 17 de junho de 1985, o governo racista sul-africano impôs pela força um regime títere na Namíbia, num ato que foi denunciado por todos os governos africanos, pelos movimentos que lutam contra o *apartheid* e condenado pelas Nações Unidas. Paralelamente, aumentou a repressão aos simpatizantes e militantes da Swapo (Organização Popular do Sudoeste Africano) dentro do país, com espancamentos e torturas de todos aqueles que se manifestaram contra a implantação do governo fantoche.

Apesar das enormes dificuldades que enfrentamos, consideramos que é inevitável a independência de nosso país, mais cedo ou mais tarde. Estamos absolutamente convencidos disto.

O sr. acredita que as atuais dificuldades econômicas do apartheid, que faz obrigado inclusive a suspender o pagamento de parte de sua dívida externa, podem afetar a presença militar sul-africana na Namíbia?

— Seguramente. Se não fosse por causa do chamado “engajamento construtivo” da administração Ronald Reagan, a política colonialista e racista da África do Sul já teria entrado em colapso por falta de recursos financeiros. Mas, graças ao apoio financeiro do governo norte-americano à minoria branca racista, o *apartheid* tem se mantido durante todo este tempo.

O sr. poderia falar da estratégia militar da Swapo?

— Nossa estratégia tem sido sempre a mesma: tornar impossível a vida dos racistas na Namíbia. Já estamos lutando há 19 anos e temos energia e a disposição de continuar outros 19, se for necessário. Não conseguimos até agora alcançar o nosso objetivo exclusivamente por causa do apoio militar que governos ocidentais dão à África do Sul.

Como analisa o impasse atual em torno da aplicação da Resolução 435 no Conselho de Segurança das Nações Unidas?

— O impasse é uma consequência da chamada “política de engajamento construtivo” adotada pela administração Ronald Reagan. É o resultado do apoio militar e logístico a Pretória, o que, na verdade, não é novo. Na década de 70, Henry Kissinger divulgou o chamado documento número 39, pedindo que os Estados Unidos apoiassem a repressão salazarista aos movimentos de libertação nacional em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. É o mesmo imperialismo norte-americano que apoia o expansionismo sionista no Oriente Médio. Com tanques e aviões norte-americanos, Israel assume ares de grande potência contra os países árabes e especialmente contra os palestinos. Na África Aus-



tral, acontece quase o mesmo, com a África do Sul. Portanto, o impasse na libertação da Namíbia tem uma única origem: Washington. ■

URUGUAI

Gal. Líber Seregni

Presidente da Frente Ampla, preso durante a ditadura militar por 11 anos



Entrevista concedida a Beatriz Bissio e Cristina Canoura, em Montevideu, em 1988/ "cadernos" nº 117

Que tipo de país a Frente Ampla pretende construir?

— Nós partimos de um princípio fundamental: não existe horizonte—para nenhum país latino-americano— se não houver uma integração regional progressiva. A dívida externa e as limitações que ela acarreta para qualquer programa de desenvolvimento exigem a inserção do

Uruguai e de outros países da região no âmbito progressivo de integração. Apoiamos os acordos com o Brasil e a Argentina, mas em um regime de co-participação real e efetiva em todos os campos.

Entendemos que, para desenvolver nossa economia, devemos explorar e exportar os processos industriais de nossas matérias-primas. Mas entendemos, também, que o Uruguai deve participar em setores de tecnologia de ponta. Isso já está acontecendo, em pequena escala. Mas pelo alto nível cultural do seu povo e pela qualidade da mão-de-obra, nosso país tem possibilidades de participar em etapas do desenvolvimento industrial, tanto na eletrônica como em outros setores de ponta. E é esse objetivo que devemos perseguir.

Que caminhos a Frente Ampla sugere para atingir esses objetivos?

— A Frente Ampla por si só não vai poder mudar o país de imediato. É necessário realizar as mudanças estruturais que o Uruguai precisa, em conjunto com todas as forças sociais e políticas que compartilhem dessas idéias. Para ser viável, nosso programa necessita de ampla aceitação na base. Não queremos fazer programas apenas para publicá-los e ficar em paz com nossas consciências.

Mas é necessário também a unidade regional. De 1982 a 1987, a dívida da América Latina cresceu. Nesse período, nossos países transferiram recursos para o exterior da ordem de 250 bilhões de dólares. Nessas condições, o desenvolvimento fica absolutamente inviável. Mas também é impossível pensar em pagar a dívida externa nas condições em que ela foi negociada. A condição fundamental é que os países devedores tenham possibilidade de

negociar, e para isso é indispensável uma ação conjunta.

(...) Penso que o problema do nosso país está centrado em um grupo que deseja que tudo continue como está, enquanto uma parcela substancial dos cidadãos sente necessidade de mudanças; não querem continuar vivendo da mesma forma.

O jornalista Carlos Quijano, fundador e diretor do semanário *Marcha* e nosso grande mestre, dizia que na realidade existem dois partidos em nosso país: os partidários do *status quo* e os partidários das mudanças. Na medida em que sejamos capazes de formular propostas de mudança que sejam compreendidas e compartilhadas pela maioria da população, teremos cumprido nosso papel. Este é o nosso desafio. ■

ANGOLA

José Eduardo dos Santos

Assumiu a presidência em 1979, com a morte de Agostinho Neto; reeleito em 1992

Entrevista concedida a Neiva Moreira e Beatriz Bissio, em Luanda, em 1989/ "cadernos" nº 119



Depois de muitos anos de guerra, Angola inicia um tempo de paz e de reconstrução. Quais as prioridades do governo para essa nova etapa?

— Não podemos, infelizmente, partir já da premissa de que se inicia um tempo de paz e de reconstrução em Angola. Com a recente assinatura do acordo entre Angola, Cuba e África do Sul, cumprimos, de fato, uma etapa importante para a solução dos problemas nesta região do continente, mas ainda não é possível vislumbrar-se a paz para um futuro imediato.

A eliminação da componente externa do conflito em Angola é muito importante, mas temos ainda de dar solução — combinando as ações militares com as medidas previstas na política de clemência e de harmonização nacional e na lei da anistia — ao problema dos bandos armados da Unita.

As prioridades do nosso governo são, para a etapa que ora se inicia, a reconversão da nossa estratégia militar, para adequá-la às características atuais da guerra, e a aplicação efetiva do programa de Saneamento Econômico e Financeiro (SEF), para criar as condições propícias à retomada do crescimento da nossa economia.

Um dos problemas dos períodos de pós-guerra é a desmobilização dos combatentes e a sua inser-

TIMOR LESTE

Mari Alkatiri

Chanceler do governo maubere no ex

Entrevista concedida a Beatriz Bissio, em Luanda, em 1989/¹"cadernos" nº 121

Qual é a situação de Timor Leste no plano diplomático?

— Nos últimos anos, definimos como ponto principal da nossa diplomacia conseguir mudar a posição de Portugal. Afinal, na comunidade internacional, aquele país continua sendo reconhecido como a potência administrativa da ilha. Portanto, existem disposições legais importantes que unem um país ao outro.

Concentramos toda a nossa atenção nesse objetivo, levando em consideração que Portugal iria ser membro da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e, portanto, poderia ajudar a influenciar aqueles países.

Por outro lado, definimos um triângulo para o trabalho de esclarecimento da causa timorense, com um vértice em Washington, outro em Lisboa e o terceiro em Camberra (Austrália). Em Washington, concentramos nosso trabalho no Congresso e os resultados estão à vista com um avanço na compreensão da questão de Timor Leste.

Apesar da ocupação indonésia — iniciada em 1975 e que já custou a vida de 200 mil pessoas — Portugal, como ex-potência colonial, é até hoje reconhecida pela ONU como a autoridade legal sobre Timor Leste. Atualmente, qual é a posição do governo lusitano à luta desenvolvida pelos mauberes para obter sua independência?

— Se até uns anos atrás Portugal ainda tinha dúvidas de que existe um resistência com viabilidade de ser vitoriosa, hoje não tem mais. A opinião geral das autoridades lusitanas é que, se não existe solução militar para os patriotas de Timor Leste, também não existe solução militar para a Indonésia.

Nessa base, Portugal lançou, há um ano e meio, sua ofensiva diplomática, conseguindo ganhar apoio junto aos seus parceiros da CEE. Hoje, a nível do Parlamento Europeu e da CEE, existe uma posição em bloco, de apoio às reivindicações portuguesas, com relação à questão de Timor Leste. Isto é: respeito pela autodeterminação do povo maubere e exigência de uma solução negociada, internacionalmente aceita, de rejeição à situa-

ção na vida civil. Como Angola planeja enfrentar essa situação?

— Deduz-se da resposta anterior que a inserção dos combatentes na vida civil não vai ser para já. Mas, a médio ou longo prazo, a própria política de reajuste econômico criará as condições para um melhor e mais racional aproveitamento a nível econômico, não só dos combatentes, mas de todos os quadros civis que neste momento se encontram subaproveitados.

A batalha de Cuito Cuanavale é considerada o ponto de virada estratégico da guerra. Por quê?

— A importância da nossa vitória em Cuito Cuanavale foi ter demonstrado ao inimigo, no terreno, que a sua aventura belicista chegara ao fim e que, daí em diante, iria começar a acumular derrotas atrás de derrotas. A perda da supremacia aérea por parte das forças sul-africanas que haviam invadido nosso país e a contra-ofensiva iniciada de surpresa, no sudeste, foram os elementos que mais pesaram na decisão do regime de Pretória de aceitar sentar-se conosco à mesa das negociações.

Cabe lembrar que a colaboração cubana também foi decisiva. A maior experiência dos militares cubanos permitiu-lhes transmitir às nossas forças, num tempo mínimo, conhecimentos indispensáveis para o manejo de equipamento militar ultra-sofisticado e ajudou-nos também na própria definição da tática e estratégia adotada contra um exército poderoso e agressivo como o da África do Sul.

O cessar-fogo encontra Angola empenhada num imenso esforço para redirecionar sua economia, de maneira a poder enfrentar os graves problemas deixados pelo colonialismo e a guerra. Qual o papel que o governo reserva à colaboração da iniciativa privada? Como essa colaboração se insere no contexto ideológico de um Estado socialista?

— A adoção de uma economia de tipo misto, prevista no programa do SEF, com a aliança entre o setor privado e o estatal, não pôe em causa a opção de Angola pelo socialismo. Na verdade, enquadra-se num vasto movimento atualmente em curso na maioria dos países socialistas para agilizar o desenvolvimento econômico, reservando um papel importante para a iniciativa privada em áreas não estratégicas da economia do país. O setor privado poderá, portanto, num quadro legal definido pelo Estado, colaborar de forma decisiva para a reconstrução nacional.

A nossa intenção não é a de reprivatizar a economia, mas sim, a de tornar a gestão mais eficiente concentrando o esforço do aparelho estatal nas tarefas fundamentais, e controlando e acompanhando a atividade privada dos artesãos, pequenos produtores, etc., prestação de serviços mais solicitados pela população, com vistas a atenuar o grande desequilíbrio entre a oferta e a procura. ■

¹ Cuito Cuanavale foi a maior batalha de blindados após a célebre batalha do general alemão Rommel na II Guerra Mundial e antes da Guerra do Golfo. As forças sul-africanas sofreram a primeira derrota direta da sua história

ção de fato que a Indonésia pretende criar em nosso país. ■

NICARÁGUA

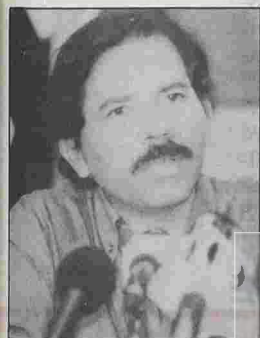
Daniel Ortega

Um dos fundadores da Frente Sandinista, presidente de 1984 a 1990

Depoimento dado a Beatriz Bissio e Cláudia Guimarães, no Rio de Janeiro, em 1990/ "cadernos" nº 130

"Como se entende o revés da Frente Sandinista em fevereiro passado? É possível um fracasso eleitoral da FSLN, sem que tenha sido derrotada a revolução? Sim, porque quando a Frente derrubou a ditadura somozista apresentou uma proposta nova, diferente, que significava um desafio para a imaginação e criatividade dos revolucionários da América Latina e Caribe: forjar uma sociedade democrática, pluripartidária, de economia mista e não-alinhada."

"A opção por uma sociedade pluripartidária só tem sentido se são realizadas eleições periodicamente. Por isso, apesar de estarmos em plena guerra, convocamos eleições."



"Em 1984, tínhamos realizado as primeiras eleições livres da Nicarágua. Participaram sete partidos políticos e ganhou a Frente Sandinista. Mas a guerra continuou e os nicaragüenses tiveram que enfrentar no peito e na raça os Estados Unidos."

"Se tivéssemos adiado ou suspendido as eleições, alegando com toda razão a situação de guerra imperante no país, os norte-americanos teriam usado toda a sua máquina propagandística para nos apontar perante o mundo como totalitários."

"Havia duas opções com possibilidades de vitória: a FSLN e a UNO. Nós oferecíamos ao povo a paz, sem discursos demagógicos. Não podíamos mentir para as pessoas, dizer-lhes que tudo ia mudar de um dia para o outro."

"A outra opção era a UNO, que em uma atitude demagógica prometia ao povo a paz e sanear a economia em 90 dias. E apareceu o presidente George Bush recebendo os candidatos dessa organização, uma, duas, três vezes na Casa Branca e dizendo que se votassem na UNO, terminariam a guerra e o embargo econômico."

"Portanto, o povo não votou com inteira liberdade, mas sob pressão, ameaçado de alimentar a con-

tinuação da guerra e do embargo econômico se desse seu voto ao sandinismo."

"Muitos dos que deram seu voto à oposição, depois nos disseram: 'Eu estou com a revolução, mas se vocês tivessem vencido, a guerra continuaria porque os Estados Unidos não querem aceitá-los'."

"Apesar de tudo, 40,8% do eleitorado decidiu dar seu voto à FSLN. Isso o ratifica como o maior e mais sólido partido da Nicarágua."

"A Frente Sandinista está enfrentando a sua maior prova de fogo. Mas, ao fazê-lo, está dando uma enorme contribuição ao processo revolucionário de toda a América Latina. Porque, ao perder a batalha eleitoral e entregar o poder aos vencedores, está ajudando a consolidar um modelo revolucionário de caráter democrático e de economia mista."

"O desafio que nos impõe esse momento é continuar a luta fora do governo. Mas o que significa esse desafio para nós, que estamos na luta desde que éramos um punhado de jovens na clandestinidade e quando nem nos passava pela cabeça a idéia de que chegaríamos ao poder? Quando veio a vitória, começamos a governar de cima, mas sempre junto ao povo, lutando contra os nossos próprios erros e contra um poderoso inimigo. E demos à Nicarágua uma Constituição democrática, revolucionária."

"A partir de agora, temos que passar a uma nova forma de luta, que enriquece o processo revolucionário da Nicarágua e da América Latina: estaremos governando de baixo para garantir as conquistas populares."

"Não lutamos para nos converter em donos do destino do povo, mas para que o povo se transformasse em dono de seu próprio destino. Esse é o objetivo dos sandinistas." ■

CUBA

Fidel Castro

Líder da revolução que depôs a ditadura de Fulgencio Batista em 1959 e chefe de governo

Entrevista concedida a Beatriz Bissio, em Havana, em 1990/ "cadernos" nº 131

Existe interesse de Cuba em diversificar seus mercados?

— É o que estamos fazendo. Como já disse, se existe uma proporção tão alta de intercâmbio com o campo socialista, isso se deve ao bloqueio dos EUA.

O governo norte-americano não apenas proíbe o comércio entre nós, como, além disso, sabota o comércio entre Cuba e muitas outras nações. Nessa situação, era lógico que o comércio com os países socialistas passasse dos 80%, incluindo aí a China.



Cuba alcançou um nítido desenvolvimento tecnológico. O sr. crê que o país pode ampliar seu intercâmbio, nesse campo, com as nações da América Latina e do Terceiro Mundo em geral?

— Sim. Em nosso país, depois de muitos anos de trabalho, temos milhares de cientistas desenvolvendo diversas pesquisas. Ocorreu em Cuba uma espécie de explosão científica, com grandes avanços no campo da medicina e da tecnologia médica.

Não existe medicamento das multinacionais que nós não sejamos capazes de produzir. Através de nossos centros de pesquisas estamos trabalhando na robótica e na eletrônica, e logicamente esses campos serão importantes no intercâmbio com o Terceiro Mundo. Além disso, estamos desenvolvendo o turismo com a América Latina em grande escala.

Como o sr. vê o futuro da integração regional na América Latina?

— A integração econômica é uma condição vital para o futuro de nossos países. Não haverá futuro para o hemisfério sem a integração.

Então, cabe se perguntar se podem ocorrer processos integracionistas entre países capitalistas da América Latina e Cuba socialista. Nós chegamos à conclusão de que sim. E mais: estamos melhor preparados que qualquer outro país latino-americano para a integração. Se for o caso de se derrubar barreiras alfandegárias, aqui não é necessário abolir nenhuma: elas já não existem.

Em função das transformações na Europa Oriental e também dos resultados eleitorais na Nicarágua, intensificou-se a campanha internacional pela realização de eleições em Cuba. Aderiram a ela até mesmo setores progressistas da América Latina. Como o governo cubano vê essas pressões?

— Nos Estados Unidos, o cidadão vota a cada quatro anos e nunca mais alguém se lembra dele. O presidente faz o que lhe dá na cabeça.

Em nosso país, as autoridades têm de prestar conta de seus atos. Mas, antes mesmo de institucionalizarmos-nos, era constante nosso intercâmbio com as massas. Aqui, estamos sempre realizando congressos para discutir nossos problemas.

Aqui, as pessoas não apenas votam, como pedem contas aos delegados que elegem. E esses delegados elegem os demais. A população não apenas vota, mas participa durante todo o ano, constantemente, de todas as atividades do Estado.

Como o sr. vê o futuro do socialismo?

— O socialismo passou por um processo de ascensão, auge, erros, desgaste e este momento de crise. Se além dos problemas que coloquei, tomamos em conta erros cometidos (os métodos nas relações entre Estados socialistas; as divisões e campanhas de descrédito mútuo; erros do Partido e de pessoas de esquerda de toda espécie; mais erros de

Estados socialistas, alguns dos quais vieram ao mundo de um modo artificial, conjuntural, o que deu lugar à crise atual), é fácil comprovar que isto gera um momento de desilusão.

Muita gente está confusa, abatida, desconcertada. Mas que vamos fazer? Vamos tornar-nos capitalistas? Esse lixo repugnante que é o capitalismo, esse regime de desigualdades e injustiça social não tem futuro em qualquer país do Terceiro Mundo. Porque, por definição, é antidesenvolvimento, antinacionalista, antipopular.

Creio que temos um dever para com o movimento revolucionário, com o mundo, de defender essa trincheira, porque se ela cair, a América Latina retrocederá cem anos. Nenhum país latino-americano fez mais, em matéria de progresso social, que Cuba.

Hoje, as pessoas passam a ver que nosso país se mantém e não podem fazer outra coisa, senão admirar a firmeza de Cuba, o heroísmo do povo cubano, sua unidade. São coisas raras nos tempos de hoje... Os povos admiram os que lutam. E só sobrevivem os que têm confiança em si mesmos. Estes são os valores permanentes, de todas as épocas.

As próximas gerações não viverão sob o capitalismo, porque nenhum sistema é eterno. Essas gerações bem poderão dizer que fomos incapazes de tirar todo o proveito possível de uma economia socialista. Na verdade, ainda temos muito que aprender. Mas verão que nosso sistema foi o mais humano, sem qualquer discussão. O outro promove o ódio.

Por tudo isso estou convencido de que o futuro pertence ao socialismo. E essa geração futura talvez saiba valorizar melhor que as de agora o que significou a luta de Cuba nesta época. ■

MOÇAMBIQUE

Joaquim Chissano

Assumiu a presidência em 1986, com a morte de Samora Machel

Entrevista concedida a Beatriz Bissio e Claudia Guimarães, no Rio de Janeiro, em 1992/ "cader-nos" nº 152

Qual a reação da população às conversações com o movimento guerrilheiro Resistência Nacional Moçambicana (Renamo)?

— É preciso enfatizar que essas conversações foram iniciadas apesar dos protestos da população. A população estava de tal forma indignada com a Renamo que não entendia o que um go-



LÍBANO

Walid Jumblatt

Líder do Partido Socialista Progressista e deputado na Assembléia Legislativa

verno como o nosso, responsável, iria conversar com esse tipo de gente.

Nós tivemos que convencer a população de que isso era necessário. E continuamos dizendo que será preciso conviver com eles quando vierem, porque são parte da nossa gente.

Mas é muito difícil, porque são milhares e milhares de pessoas que estão de luto por causa dos atentados da Renamo. Pessoas que viram filhos e pais serem mortos, crianças sendo levadas para as bases da Renamo, etc. Ou seja, eles não têm como negar as atrocidades que cometem.

O Terceiro Mundo, ou quem sabe até o mundo todo, parece que ficou meio órfão de utopias depois da desintegração da União Soviética. Qual seria o referencial a ser construído para uma sociedade mais justa? Como o sr. está vendo essa questão?

— Na realidade, no VI Congresso do partido debatemos muito esta questão e houve uma grande controvérsia. Preferimos insistir nas definições de objetivos que uniam a Frelimo.

Afinal, acabamos por enumerar alguns desses objetivos: o bem-estar da população, a necessidade de promover o respeito pelos direitos humanos e as liberdades individuais. Discutimos a necessidade de construir um estado de direito, um estado de justiça social.

A definição marxista-leninista que adotávamos tendia a ser muito estreita, por exemplo, ao tomar o proletariado como sendo toda a sociedade ou como um núcleo em torno do qual toda sociedade deve girar... Ora, no nosso país quase não há proletariado, é um país de camponeses.

No VI Congresso voltamos, mais ou menos, àquilo que pensávamos durante a luta de libertação nacional. Por isso, o partido ganhou uma visão muito mais ampla. Apesar das dificuldades que existem agora, o nosso partido cresceu, triplicou o número de membros.

Qual é o balanço desses 16 anos de governo da Frelimo?

— Fizemos muito nesse período, investimos muito na formação das pessoas. A campanha dos nossos adversários tem como lema que a Frelimo não fez nada. Mas nós podemos demonstrar que fizemos muito: já temos maquinistas, mecânicos e diversos técnicos, quando na época da independência não havia um único moçambicano preparado para exercer essas atividades. Naquela época, até os motoristas de ônibus e táxi eram quase todos estrangeiros.

Hoje, temos diretores de empresas moçambicanas, formados na nossa universidade. Outro dado: hoje, a maioria dos universitários é moçambicana e cerca de 60% dos professores de ensino superior são nascidos no nosso país. Isso é motivo de grande orgulho para nós. ■

Depoimento dado a Beatriz Bisio, em Berlim, em outubro de 1992/ "cadernos" nº 155



(...) "No novo Parlamento há cristãos e muçulmanos. Eu represento a zona das montanhas e em minha região foram eleitos quatro cristãos, três maronitas e um católico. O boicote de um setor dos cristãos às eleições, as primeiras nos últimos 20 anos, foi um erro. Espe-

ro que no futuro todos os cristãos entendam que o Líbano é hoje um país novo, diferente, de cuja vida política devem participar ativamente", afirma Jumblatt.

(...) "O Líbano foi cenário de vários conflitos alheios ao nosso. Os norte-americanos combatiam os soviéticos ali; Israel combatia os sírios no nosso país; os palestinos usaram nosso território para sua própria luta. Todos esses conflitos coexistiam 'multaneamente'."

Entre as prioridades da nova administração — o Líbano é uma república parlamentarista — está, segundo o dirigente, "conseguir que o dinheiro dos libaneses ricos, hoje aplicado no exterior, volte ao país. Nossos compatriotas devem se convencer da necessidade de investir no novo Líbano que está nascendo".

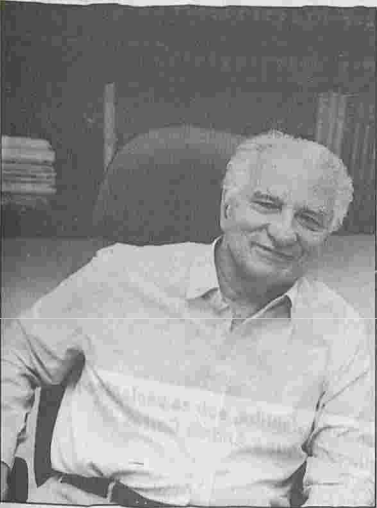
Em segundo lugar, na opinião do líder druso, é importante buscar fórmulas que permitam livrar o sul do Líbano da presença israelense, cumprindo a resolução 425 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. "Com esse objetivo iniciamos uma negociação com a delegação de Israel nos Estados Unidos, mas o diálogo está em um impasse."

Sobre o fato do primeiro-ministro israelense Yitzhak Rabin ter se comprometido, ao assumir o governo, a negociar a paz com os vizinhos ele declarou: "Espero que suas palavras sejam verdadeiras e que Israel devolva as colinas de Golá aos sírios e a nós, o sul do nosso país. Mas o desafio chave da gestão de Rabin é solucionar de forma definitiva a questão palestina, e não existe outra forma de fazê-lo a não ser reconhecer direitos dos palestinos." ■

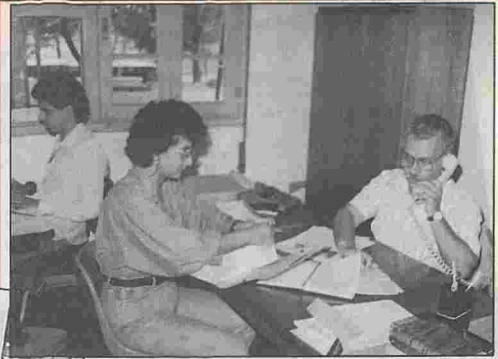
NOSSA GRANDE FAMÍLIA

*Uma equipe unida
e ativa é o segredo
da sobrevivência
de cadernos*





Não estamos aqui se não fosse pelo sonho de Nelva Moreira, nosso diretor-geral



Henrique Menezes administra essa grande família com a assessoria de Luiz Cláudio Souza e Sandra Mota



A editora-chefe Beatriz Bisso (dir.) e sua fiel escudeira (secretária) Janice Aquino



O disposto time da redação de cadernos e de Ecologia e Desenvolvimento: Elias Fejardo (em pé), Claudia Guimarães, Patrícia Costa e Marcelo Monteiro



A versão em espanhol de cadernos é feita pela dobradinha argentina Marcelo Montenegro e Roberto Bardini



Rosângela Guimarães e Vladimir Platonov, a dupla dinâmica da redação da Revista do Mercosul

A caçula Gabriela Temer (abaixo), estagiária da Revista do Mercosul e nossa mascote



José Augusto Ribeiro, o primeiro editor da Revista do Mercosul



Sempre fazendo as artes das revistas, Nazareno de Souza (esq.) e Roberto Soares (nosso caricaturista favorito)



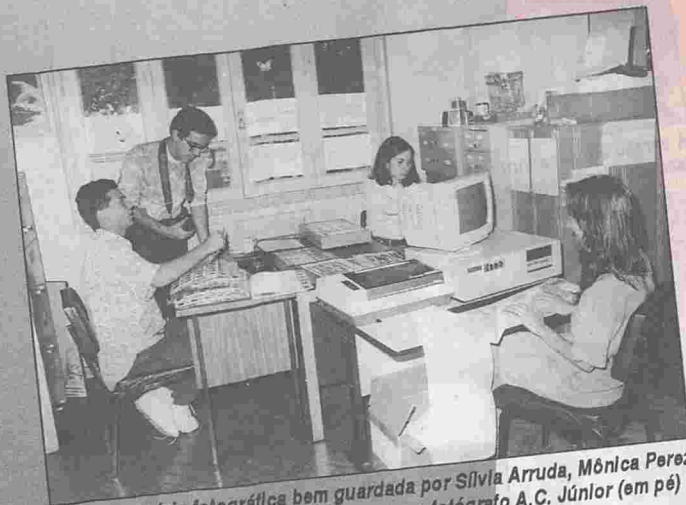
O que a arte desenha, a diagramação viabiliza, sob as pacientes mãos Macário Costa (de barba), Paulo Henrique e Andréa Correa



Os "dicionários ambulantes" Cléia Márcia Soares e Valdenir Poloto, nossos incansáveis revisores de texto



Toda a memória da editora protegida no Centro de Documentação está aos cuidados de Jesse Jane de Souza (dir.) e sua trupe Lella Costa, Rosângela Ferreira, Marco André, Juliana Iooty (em pé) e Luciane Reis



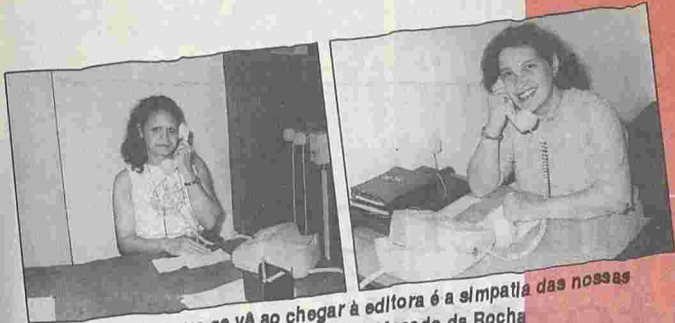
Nossa memória fotográfica bem guardada por Sílvia Arruda, Mônica Perez (no computador), Marcus Sanchez e nosso fotógrafo A.C. Júnior (em pé)



Krishnamurti Sarmento, o médico da editora



Ari Silva e Carlos Eduardo Mendonça, os donos da bola na publicidade



A primeira coisa que se vê ao chegar à editora é a simpatia das nossas recepcionistas Célia Maria Trotta e Vera Macedo da Rocha



Seu Luiz Nascimento, motorista e faz-tudo da editora e a secretária Maria Aparecida Silveira, braço direito do nosso diretor-geral



O Departamento Pessoal nas mãos de Edeon Sanches, Jonas Bezerra, Sandra Mota e Marieli Nelva



Assinaturas, comp ras de il vos e circulação de revistas é com a equipe de Mauro Mendes: A diara Soares, Rogério Silva (em pé), Francisca de Melo e Izabel Nascimento



A turma que pega no pesado na expedição de revistas: José Ronaldo Andrade, Hilário Brambilla, Marcelo Davi e Maurício Sant'Anna



Sínel de Souza (sentado) Marcelo Cabral (esq.) e José Carlos (Quinho) da Silva, o trio de mensageiros e experts em filas de banco



Angela Ferreira e Lindaura Marques alimentam nossos corpos com sua comida e nossa espírito com sua alegria



Raquel Maria da Silva e Maria Lucia de Souza são as queridas "secretárias da faxina", que arrumam diariamente a bagunça que os outros fazem



Os companheiros que se foram

No decorrer de uma viagem de 240 meses que praticamente englobou os cinco continentes, a morte interrompeu a marcha de muitos companheiros de viagem que nos acompanharam desde o princípio ou que foram se incorporando em diversas etapas. A maioria deles pertencia a esta confraria vital dos exilados latino-americanos da década de 70, que abriam de par em par as portas de sua casa, sua experiência, seu



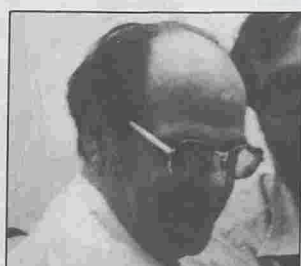
Wilfred Burchett



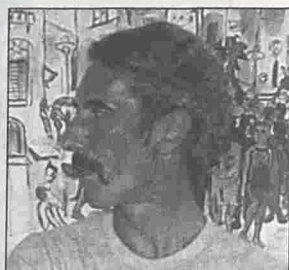
Malcolm Caldwell



Gregorio Selser



Daniel Waksman



Luwis Pedemonte

coração aos recém-chegados. Dessa confraria também faziam parte aqueles que, apesar de serem oriundos dos chamados "países desenvolvidos", haviam decidido compartilhar as lutas e dores do Terceiro Mundo.

Muitos deles haviam procurado a terra mexicana, por ser um tradicional lugar de asilo. Lá dirigentes políticos e militantes de base, professores e estudantes universitários,

ex-guerrilheiros sul-americanos e centro-americanos, veteranos do desterro, jornalistas, escritores, artistas e poetas denunciavam as ditaduras militares do continente, faziam campanhas pela liberdade dos presos políticos, exigiam o aparecimento com vida dos "desaparecidos". Na generosa terra mexicana, compartilhavam sotaques distintos, comidas típicas e a saudade da música de seus respectivos países.

Hoje, quando se completa um ciclo, não podemos deixar de lembrar aqueles que contribuíram com seu grão de areia e, em várias ocasiões, muito mais do que isso ao êxito do projeto de *cadernos*:

Genaro Carnero Checa, jornalista peruano, autor de mais de vinte livros, várias vezes desterrado de seu país. Fundador e secretário geral da Fe-

deração Latino-Americana de Jornalistas (Felap), no México, em cujo local se realizou o relançamento de *cadernos*, em 1977.

Marcelo Quiroga Santa Cruz, dirigente político e fundador do Partido Socialista Boliviano, viveu exilado no México. Foi assassinado na Bolívia por um comando militar durante o golpe de estado do general narcotraficante García Meza.

Cedric Belfrage, formado em Oxford, combateu os nazistas durante a II Guerra Mundial no serviço secreto inglês. Posteriormente, nos anos 50, suas convicções antifascistas fizeram com que o marxismo o obrigasse a abandonar os Estados Unidos, onde morava. Estabeleceu-se no México — onde faleceu — e foi o primeiro editor de *Third World*, a edição em inglês de *cadernos*.

Gregorio Selser, jornalista e historiador argentino, autor de mais de trinta livros e milhares de artigos sobre a América Latina, a ingerência dos Estados Unidos no continente, o militarismo e os "trabalhos sujos" da CIA. Viveu exilado no Peru e México, onde morreu.

Malcolm Caldwell, jornalista britânico assassinado no Camboja.

Wilfred Burchett, jornalista australiano, autor de milhares de artigos sobre o Vietnã.

Josué Guimarães, jornalista e escritor, exilado durante a ditadura militar brasileira.

Aquino de Bragança, nascido em Goa (Índia), lutador contra a *apartheid* e cofundador da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo); organizou o Instituto de Estudos Sul-Africanos na Universidade de Maputo. Morreu junto com o presidente Samora Machel num acidente de avião cujas causas nunca foram esclarecidas.

Luwis Pedemonte, jornalista uruguaio, trabalhou na *Prensa Latina*, morreu em Cuba.

Daniel Waksman, jornalista uruguaio da equipe do jornal *Marcha*, autor de vários livros. Morreu no México.

Luis Guagnini, jornalista argentino da equipe do jornal *Noticias*. Amigo do general Omar Torrijos, escreveu importantes trabalhos sobre a Guarda Nacional do Panamá; foi "desaparecido" em seu país na época da ditadura militar.

Haroldo Wall, jornalista brasileiro, membro da redação de *Prensa Latina*.

Arqueies Morales, jornalista e poeta guatemalteco, exilado em vários países, trabalhou durante muitos anos na redação de *IPS* no Panamá e passou os últimos anos de sua vida na Nicarágua, onde trabalhava no jornal sandinista *Barricada*. Morreu em Cuba.

Ecologia e desenvolvimento planta verde para colher ouro, prata e bronze



A semente lançada pela Editora Terceiro Mundo em março de 1991, dá ótimos frutos no VII Festival Internacional de Turismo e Ecologia (Fiptur). Neste concurso, a revista *Ecologia e Desenvolvimento* colheu o primeiro (ouro), o segundo (prata) e o terceiro (bronze) lugares na categoria de reportagem sobre ecologia em jornais e revistas, disputando com mais de 50 veículos de comunicação. Agradecemos não só aos organizadores do evento como também aos nossos leitores e anunciantes.

Os frutos são de todos nós.

PRESENTE NA VIDA DA GENTE

O Amanhã é nosso

Acreditar num futuro melhor é importante sim. Aliás, é muito mais que importante. É fundamental. O bem-estar de cada um depende da força e participação de todos.

The logo for BANERJ consists of two horizontal bars, one light green and one darker green, stacked vertically. The word "BANERJ" is printed in a bold, black, sans-serif font between the two bars.

BANERJ

BANCO DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO S.A.

PRESENTE NA VIDA DA GENTE